



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JÚLIA KILME GAMA DE CASTRO

**A PRÁXIS POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO NACIONAL DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR.**

FORTALEZA

2017

JÚLIA KILME GAMA DE CASTRO

A PRÁXIS POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação. Orientador: Justino de Sousa Junior

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C351p Castro, Julia Kilme Gama de.
A PRÁXIS POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS – MNCR. / Julia Kilme Gama de Castro. – 2018.
168 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de PósGraduação em Educação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.
1. Práxis. 2. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR. 3. Formação Política. 4. Trabalho com o lixo. I. Título.

CDD 370

JÚLIA KILME GAMA DE CASTRO

A PRÁXIS POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. José Rômulo Soares
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Àqueles catadores com quem dividi preciosos
momentos de luta e afeto.

Ao meu pai (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

À senhora Maria Isonilde Gama de Castro e aos ninos, Franklin Kilden, Kécio Kilsen e Alessandra Alves, por constituírem o tronco firme e viçoso da árvore que me estrutura.

Ao meu pai, Francisco Franklin de Castro (in memoriam), a inspiração que primeiro me guia.

Às minhas filhas, Iara Luna e Olga Luíza, pelo apoio irrevogável em afetos, tendo acolhido as ausências necessárias e a instabilidade emocional oriundas do processo de escrita durante esses dois anos.

Ao Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior, orientador da pesquisa, pela cumplicidade ativa na produção deste trabalho, desde a concepção até as últimas linhas. Por ensinar, na prática, com simplicidade e genialidade, como as relações humanas são essencialmente educativas.

À linha de pesquisa Trabalho e Educação, pela acolhida afetuosa, pelos debates políticos substancialmente críticos desenvolvidos no cotidiano de nossas atividades acadêmicas.

À professora e amiga Maria José Albuquerque, por se fazer presente com sua singular sabedoria, me segurando a mão exatamente no momento em que não conseguia enxergar mais luzes no caminho.

Aos professores participantes da banca examinadora Fábio Maia Sobral, Fábio José Cavalcanti de Queiroz e José Rômulo Soares pelas contribuições preciosas à pesquisa.

À FUNCAP pela concessão da bolsa que propiciou condições materiais para a realização deste trabalho em regime de exclusividade;

Às queridas companheiras Damares Oliveira, Lorena Carvalho e Nivânia Amâncio, sem as quais este processo seria um tanto cinzento, monocórdico. Mulheres que me inspiram por sua audácia em resistir, lutar, sonhar.

À Francisca Lígia de Castro Machado, pela lealdade, entusiasmo, apoio irrevogável.

Às amigas-irmãs Anúzia Pires, Andrea Moura, Nivânia Amâncio, Alessandra Gomes e o amigo Marcus André, por suas participações ativas na etapa final da elaboração deste trabalho, me apoiando operacional e afetivamente. Cada mão, passo e abraço tiveram

relevância absoluta.

Às minhas tias (estrelinhas do caminho) Dalva Castro e Irene Gama pelas motivações contínuas, orações, preces e fé em mim. À querida tia Voninha pela acolhida em sua ‘casa no campo’ quando precisei me refugiar buscando o reencontro com a escrita.

À Cáritas Brasileira Regional Ceará e a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, pela oportunidade de trabalhar junto aos catadores. Pelas experiências com as quais aprendi, na práxis cotidiana, como um ofício pode ser realizado com respeito, compromisso, militância política e afeto no serviço ao outro.

À Rede de Catadores/as do Ceará, pelas lutas e alegrias, pelas amizades construídas e confiança a mim dispensada, sem cujo precioso convívio a realização deste trabalho não teria sido possível.

"(...) Cegaram o cérebro, o gravador sanguíneo de vocês, e o meu, eles não conseguiram! Porque eu sou formato gente, carne, sangue, formato homem, par, eles não conseguiram. A bronca deles é essa, do trocadilho (...) amaldiçoado, excomungado, hipócrita, safado, canalha, indigno, incompetente. Sabe o que ele fez? Mentir pros homens, seduzir os homens, cegar os homens (...), depois jogar no abismo. (...). O homem não pode ser incivilizado. Todos os homens têm que ser iguais. Têm que ser comunista (...). Comunismo é igualdade. Não é obrigado todos trabalhar num serviço só. Não é obrigado todos comer uma coisa só. Mas a igualdade é a ordenança que deu quem revelou o homem o único condicional e o homem é o único condicional seja que cor for (...). O comunismo superior, o único comunismo (...)"

Catadora Estamira Gomes de Sousa

RESUMO

Esta pesquisa institui como objeto de análise a situação de trabalho e formação política dos trabalhadores que constituem a base do setor econômico da indústria dos materiais recicláveis: os catadores. Pretende analisar aspectos relacionados à práxis produtiva e à práxis político-educativa no sentido de compreender o complexo e rico processo de organização e formação desses trabalhadores como sujeitos ativos da transformação social. Os catadores de materiais recicláveis compõem uma parcela significativa da força de trabalho ocupada em países periféricos e semiperiféricos. No Brasil, essa força de trabalho é constituída por mais de um milhão de trabalhadores, organizados e representados politicamente pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Dentre as várias frentes de atuação política, este movimento trabalhista de base popular executa um projeto político-pedagógico próprio de formação de seus associados, capacitando-os tanto para o trabalho autogestionário como para a militância política. O Programa político-pedagógico que norteia tais ações educativas aponta para uma formação crítica, de resistência e superação do modo de produção capitalista. No entanto, os catadores, mesmo em suas relações informais de trabalho, encontram-se na órbita da produção capitalista, produzindo valor excedente a partir dos materiais recicláveis e constituindo uma parcela super explorada da força de trabalho. O fenômeno do lixo como mercadoria, vinculado às transformações do mundo do trabalho e às mutações do capitalismo, situa o trabalho de catação como um trabalho abstrato na dinâmica da cadeia produtiva de reciclagem. Neste contexto, tomando como ponto de partida o postulado do princípio educativo do trabalho e da práxis – tendo em conta a relação estabelecida entre o sujeito e seu trabalho e o caráter (trans)formador das atividades práticas em geral, especialmente da práxis político-educativa -, esta pesquisa empreende uma investigação teórica, histórica e documental do processo de organização e auto transformação dos catadores de materiais recicláveis de categoria que compõe uma das camadas mais exploradas e desqualificadas profissionalmente em importantes sujeitos da transformação social.

Palavras-chave: Práxis, MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, formação política, trabalho com o lixo.

ABSTRACT

This research establishes as an object of analysis the working situation and political formation of the collectors of recyclable materials. It aims to analyze aspects related to productive praxis and political-educational praxis in order to understand the process of organization and training of these workers as subjects of social transformation. The scavengers, even as informal workers, are in the orbit of capitalist production, producing surplus value from recyclables and constituting a super-exploited portion of the labor force. The phenomenon of garbage as a commodity, linked to the transformations of the world of labor and to the mutations of capitalism, places the work of collect as an abstract work in the dynamics of the productive chain of recycling. These workers represent in Brazil a workforce of more than one million people, organized in the National Movement of Collectors of Recyclable Materials (MNCR). This grassroots labor movement carries out its own political-pedagogical project of training its members, empowering them both for self-management work and for political militancy. The political-pedagogical program of the MNCR points to a critical formation, resistance and overcoming the capitalist mode of production. Taking as a starting point the postulate of the educational principle of work and praxis, especially the political-educational praxis, this research proposes a theoretical and documentary investigation of the process of organization and formation undertaken by the Movement that consists in the self-transformation of recyclable material collectors of category that composes one of the layers more exploited and disqualified professionally in important subjects of the social transformation.

Key words: Praxis, MNCR - National Movement of Collectors of Recyclable Materials, political formation, work with trash.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Da escolha do objeto.....	12
1.2	A problemática	15
2	A PRÁXIS	25
2.1	Para além de uma categoria de análise	25
2.1.1	Categoria filosófica central.....	26
2.1.2	Práxis, o desafio da totalidade	32
2.1.3	Conhecimento e Práxis	36
2.1.4	A debilidade da fragmentação	41
3	AFINAL, QUEM SÃO ESSES TRABALHADORES?	54
3.1	Uma herança maldita: o pavoroso lixo social.....	54
3.2	Quando a catação vira um trabalho.....	61
3.2.1	Lixo – nova fonte de matérias-primas	62
3.2.2	Supérfluos e necessários, contínua contradição.....	65
3.2.3	Catadores de materiais recicláveis no Brasil: expressão de uma crise estrutural	72
3.3	Breve caracterização da força de trabalho dos catadores no Brasil.....	76
3.3.1	Um ofício de alta insalubridade	81
3.3.2	Trabalhadores informais: “autônomos”?	82
3.3.3	Uma força de trabalho imprescindível para o capital	86
3.4	Artifícios para a naturalização do absurdo	88
3.4.1	Reduzir o consumo ou a produção de recicláveis?	88
3.4.2	O mito do 'Catador Agente Ambiental'.....	92
4	A FORMAÇÃO, PELA PRÁXIS, DE SUJEITOS POTENCIALMENTE REVOLUCIONÁRIOS	99
4.1	Organizar-se para o trabalho, um ato de resistência política	99
4.1.1	O cenário de lutas na constituição do MNCR	105
4.1.2	Criação e expansão do MNCR	106
4.2	Organização interna do MNCR	112
4.3	Lutas e conquistas do MNCR	121
4.4	Sobre a formação política de sujeitos potencialmente revolucionários.....	130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135

REFERÊNCIAS	141
ANEXOS	146
ANEXO 1 CARTA DE BRASÍLIA	147
ANEXO 2 CARTA DE CAXIAS	149
ANEXO 3 CARTA DE BOGOTÁ	152
ANEXO 4 DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR.....	154
ANEXO 5 AS VOZES DOS CATADORES (MATERIAL PEDAGÓGICO)	160

1 INTRODUÇÃO

“Só que essa ansiedade que você diz, não é coisa minha não. É do infeliz do teu povo, ele sim que anda aos prantos pendurado na quina dos barrancos. Seu povo que é urgente, força cega, coração aos pulos, pois carrega um vulcão amarrado pelo umbigo, ele então não tem tempo, nem amigo e nem futuro, que uma simples piada pode dar em risada ou punhalada, como uma mesma garrafa de cachaça pode acabar em carnaval ou desgraça. É seu povo que vive de repente porque não sabe o que vem pela frente então ele costura fantasia e sai fazendo fé na loteria, se apinhando, se esgoelando no estádio, bebendo no gargalo, pondo no rádio sua própria tragédia a todo volume, morrendo por amor e por ciúme, matando por um maço de cigarro, e se atirando debaixo de carro. Se você não aguenta essa barra tem mais é que se mandar...” (Monólogo do Povo. Chico Buarque in A Gota d'água).

A presente pesquisa envolve a análise de uma realidade que tem se tornado cada vez mais comum no cotidiano dos espaços urbanos. Apesar de se voltar para um segmento específico da população que vive dos resíduos humanos, descartada pelo sistema sociometabólico do capital, implica um estudo mais abrangente, da relação que a sociedade contemporânea estabelece com o descarte provindo de seu consumo material: o lixo.

Sabe-se que a problemática do convívio com os dejetos que a humanidade produz não é um desafio novo, sendo esta uma relação inerente à própria existência humana e, portanto, bastante significativa na compreensão de determinados sentidos nas histórias das civilizações. Basta observar que antigos locais de destinação de sobras ou rejeitos humanos se tornaram importantes fontes de estudos arqueológicos, tendo em vista sua capacidade de revelar a realidade de alguns costumes, como a relação que mantinham com seus cadáveres ou mesmo as práticas de consumo e produção material de cada civilização. Conforme relata Eigenheer (2009):

Com base em estudos arqueológicos, hoje é possível afirmar que na pré-história já se queimava lixo, supostamente para eliminar o mau cheiro, e se segregavam cinzas e ossos em locais pré-determinados. Isto indicaria que desde tempos bastante remotos há dificuldade em se conviver com restos que cheiram mal. (...) É certo que os problemas com dejetos e lixo não eram tão complexos enquanto o homem vivia em grupos nômades. O problema se dá com a fixação em aldeias, mas principalmente em cidades, que começam a ser formadas por volta de 4.000 a.C (Id., Ibid., p. 16).

Esta relação, no entanto, nem sempre se limitava à sua sordidez. Devido, por exemplo, às propriedades de fertilização do solo observadas com a ação das fezes e a adoção de seu uso nas grandes transformações agrícolas ainda no neolítico, ou dos restos de alimentos

para nutrição de animais, desenvolve-se uma relação de dualidade do ser humano com o lixo entre o necessário afastamento e a aceitação por sua utilidade.

De fato, os desafios da relação do ser humano com os resíduos que produz vêm se estabelecendo ao longo da história, conforme as relações sociais desenvolvidas entre os sujeitos e entre estes e a natureza. Ou seja, as diversas formas de reutilização desses resíduos tem se dado conforme a organização e estrutura desenvolvida por cada sociedade. Portanto, o ato de catar, de retirar do lixo elementos para o autoconsumo e de reutilizar os refugos humanos para distintos fins em si, não é uma especificidade da sociedade contemporânea. Como dito há pouco, no curso das Idades Antiga e Média inúmeras foram as formas de reutilização de sobras e dejetos, que conservavam seu valor de uso como adubos ou insumos e seu valor de troca, quando comercializados em pequena escala. Mas é somente quando o lixo se configura como mercadoria, como um meio de acumulação capitalista, que passamos a identificar na história humana um segmento específico da sociedade que o reutiliza para além do autoconsumo.

Percebe-se que a partir dos efeitos da consolidação do capitalismo industrial na Inglaterra, período conhecido como primeira revolução industrial, se estabelecem radicais transformações socioeconômicas e dentre estas, uma nova relação com o lixo também é desenvolvida. De acordo com Burke (2001 apud JUNCA, 2004, p. 47), “logo se percebeu que o lixo também poderia gerar lucro. Isto ocorria na Roma do século 18, onde (...) o empresário recebia dos camponeses para os quais vendia dejetos humanos e animais como adubo”.

Mais tarde, com a produção industrial em larga escala, o incremento notável da produção de embalagens e o aumento nos níveis de consumo, avoluma-se a quantidade de resíduos descartados nos centros urbanos. Configuram-se, nesse contexto, as condições para o surgimento do mercado do lixo. E já no início do séc. XX, quando a produção de mercadorias em larga escala obriga a sociedade industrial a considerar seu descarte como uma questão socioambiental grave e complexa, começam a se desenvolver as primeiras tecnologias de coleta seletiva e de reciclagem industrial. Em paralelo, verifica-se o crescimento da ocupação da força de trabalho com o recolhimento, tratamento e comercialização da matéria descartada – o lixo. No breve trecho abaixo, Velloso (2008) nos indica historicamente como se dá a consolidação do trabalho do catador como um trabalho capitalista:

A valorização do lixo começa a surgir no período industrial e amplia-se por causa da guerra. O lixo deveria ser transformado em dinheiro. Numa sociedade capitalista, geralmente só se atribui valor às coisas que podem gerar lucro. Este valor foi atribuído ao lixo, devido à possibilidade de sua transformação em matéria-prima.

Assim, em 1896, os trapeiros iniciam suas atividades, intensificando-as a partir de 1918. Existiam dois tipos de trapeiros: o catador e o atacadista. O primeiro fazia a separação dos materiais encontrados no lixo e os enfardava para serem vendidos como matéria-prima. Ele era o "operário", enquanto que o atacadista - "o atravessador" - era o patrão. (op. cit., p. 1959)

É, portanto, no curso deste complexo - e um tanto obscuro¹ - universo temático, considerados seus desdobramentos, que nos propomos adentrar na esfera da práxis da relação de trabalho do ser humano com o lixo na sociedade capitalista, relação esta inserida na lógica do sistema produtor de mercadorias. Mais especificamente, do fenômeno peculiar à nossa era que é a organização política dos trabalhadores informais que empregam sua força de trabalho na triagem e coleta do lixo produzido pela sociedade. Estes trabalhadores, hodiernamente identificados como catadores de materiais recicláveis, se agregam em torno de um movimento social institucionalizado, com representações políticas em todos os estados da federação brasileira. Dentre as várias frentes de atuação política, o referido movimento trabalhista de base popular executa um projeto político-pedagógico próprio de formação de seus associados, capacitando-os tanto para o trabalho autogestionário como para a militância política.

Ciente do desafio de investigar cientificamente acontecimentos contemporâneos, ainda em pleno curso - visto que a análise dos acontecimentos passados se torna mais fluida quando a própria realidade se encarregou de fazer sua crítica – entende-se importante o esforço de procurar na história referências para os acontecimentos presentes. Não com a intenção de justificá-los, mas numa perspectiva dialética, apreender o *novo*, o corrente, como um processo de construção histórica, forjado no seio de suas próprias contradições. Kosik (1995) nos orienta no curso desta jornada:

Como é possível compreender o novo? Reduzindo-o ao velho, isso é, à condições e hipóteses? Nesta concepção o novo se apresenta como algo externo, que se anexa num segundo tempo à realidade material. (...) Só uma concepção de matéria que na própria matéria descubra a negatividade, e, por conseguinte, a capacidade de produzir novas qualidades e graus de evolução superiores, proporciona a possibilidade de explicar materialisticamente o novo como qualidade do mundo material. (...) A realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu desenvolvimento (Op. Cit., p. 35).

¹Apesar das questões relacionadas à ecologia e ao meio ambiente virem assumindo um lugar de destaque nas discussões acadêmicas nos últimos anos - especificamente após a década de 1980, período interstício entre a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente humano), em 1972 e a ECO92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) – as questões da relação humana com o lixo não encontraram muito espaço nas áreas de estudo e pesquisa científicas até a primeira década do século XXI. Sobre o tema específico do trabalho com o lixo, a produção bibliográfica ainda é consideravelmente escassa. (BOSI, 2008; BURSZTYN, 2000; EIGENHEER, 2009).

Sob tal perspectiva, partindo dos princípios educativos do trabalho e da práxis – tendo em conta a relação estabelecida entre o sujeito e seu objeto de trabalho e o caráter (trans)formador das atividades práticas em geral, especialmente as atividades políticas -, dispomo-nos, a estudar a práxis político-pedagógica do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), analisando-a à luz dos conteúdos do programa oficial de educação do referido movimento. A partir dos princípios, objetivos, metodologia e materiais pedagógicos adotados pelo MNCR nas formações políticas, tentaremos tecer os nexos possíveis e necessários com a realidade concreta do mundo do trabalho em que vivem os catadores, no intuito de compreender a expressiva e historicamente recente organização desses trabalhadores.

1.1 Da escolha do objeto

A razão da escolha do objeto em tela se origina das experiências vividas durante alguns anos junto à organização política dos catadores do Ceará. Na ocasião, tive a oportunidade de participar, como educadora popular, de um projeto social do governo federal, em parceria com o MNCR, que visava organizar e consolidar as unidades de produção coletivas autogestionárias dos trabalhadores da catação no estado. Acompanhei de perto a rotina de produção de diversas associações e grupos produtivos situados nos lixões, nos centros de triagem, nas ruas ou nas casas dos catadores. Um dos principais objetivos do projeto era o de agregar mais trabalhadores “avulsos” às associações e cooperativas, associando-os localmente e assim vinculando-os politicamente ao MNCR; uma estratégia para também fortalecer as bases deste movimento nacional.

Pude acompanhá-los em rodas de negociação e debate com os diversos setores da sociedade: em audiências públicas com representações do Estado, quando reivindicavam a implementação da coleta seletiva nas cidades; com grandes corporações industriais, quando a finalidade era firmar acordos comerciais de logística reversa; com as representações nacionais do MNCR e entidades não governamentais, quando no bojo dos objetivos dos encontros, a formação política era processo ativo.

Foram diversas as mobilizações nas ruas, participando de expressivas manifestações populares locais, situações em que, junto a outros movimentos sociais afins, os catadores levantavam as bandeiras do fim da exploração de seu trabalho, dos recursos ambientais e da opressão socioeconômica capitalista. Conservar-se imune à convivência com este intenso processo de formação política e humana - e ainda quando junto a um povo para o

qual os sentidos de viver e resistir se confundem - tange a esfera do impossível.

Assim, envolvida na dinâmica torpe dos limites humanos, conheci o programa de formação político-pedagógico elaborado pelo MNCR e sua agenda de capacitações, cuja execução nos estados deveria ser assumida pelas próprias lideranças locais dos catadores. No bojo das propostas formativas, eram latentes as contradições inerentes a uma realidade ‘nova’ e complexa. Surge, daí, a necessidade de investigar a práxis político-pedagógica do MNCR com profundidade no intuito de compreendê-la em sua concreticidade e em seguida poder retornar à organização política dos catadores com os produtos desta pesquisa e contribuir com seus processos de luta e resistência.

Paradoxalmente, para que este processo investigativo fosse possível, foi necessário o afastamento temporário do cotidiano dos catadores, confirmando a observação de Kosik (1995, p. 28) de que, “para nos aproximarmos da coisa e da sua estrutura e encontrar uma via de acesso para ela, temos de nos distanciar dela”. Diante do confesso envolvimento pessoal com o tema, será empreendida aqui a cuidadosa tentativa de manter uma postura prudente no curso da investigação, conforme orienta Gramsci (1996) quando se refere aos elementos que um estudioso deve considerar ao realizar sua pesquisa:

É observação comum de todo estudioso, como experiência pessoal, que cada nova teoria estudada com “furor teórico” (isto é, estudada não por mera curiosidade exterior, mas por um profundo interesse) durante certo tempo, notadamente quando se é jovem, atrai por si mesma, apoderando-se de toda a personalidade e sendo limitada pela teoria sucessivamente estudada; isto ocorre até o momento em que não se estabelece um equilíbrio crítico e se estuda com profundidade, mas sem entregar-se de imediato ao fascínio do sistema ou do autor estudado (Op. Cit., p. 94-95).

Dito tudo isso, pois, para compreender a realidade em tela, que pulsa nas veias das cidades, do mercado e do Estado, mas que tem se encortinado aos olhos da sociedade em geral, escolhemos duas categorias marxistas como ferramentas que nos possibilitem ir fundo no desvelo do que insiste em ficar nos limites da aparência. Os fios categoriais de análise escolhidos para costurar toda a pesquisa aqui empreendida serão a práxis e o materialismo histórico dialético, observando o incansável esforço durante o processo investigativo de realizar o movimento recíproco, circular entre a totalidade e as partes que a compõem.

A priori, pode parecer um objetivo fora do alcance de abstração científica analisar um problema sob a ótica da totalidade e da realidade corrente objetiva, haja vista a improbabilidade de se dar conta de uma só vez da infinidade de elementos, dimensões e contradições, que conferem dinâmica à totalidade concreta. No entanto, Kosik (1995) nos ampara e afirma tal possibilidade, visto que a dialética da totalidade concreta:

Não é um método que pretenda ingenuamente conhecer a todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade, decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade (Op. Cit., p. 44).

Diante do exposto, seguimos na análise do objeto e, para isto, é preciso antes delimitar alguns elementos conceituais centrais. Um deles é: quem são estes trabalhadores - os catadores de materiais recicláveis brasileiros - na sociedade contemporânea do país?

No curso pela busca de pesquisas científicas cujo objeto de investigação fosse o catador de material reciclável, identifiquei que frequentemente eles são classificados em três categorias, a saber: como trabalhadores ditos “excluídos”, que encontraram em sua atividade uma geração alternativa de renda; como “agentes ambientais”, que contribuem diretamente com seu trabalho para a educação ambiental e atuam na preservação do meio-ambiente; ou como “sujeitos protagonistas”, que, organizados em associações, trabalham de forma autônoma e negociam livremente o produto de seu trabalho, resistindo ao domínio do modo capitalista de produção. Na perspectiva da totalidade e da práxis, poderia afirmar que nenhuma das interpretações em tela é falsa, e não o são. No entanto, todas elas se limitam a uma percepção isolada da estrutura que lhe é própria, ao imediatamente aparente, quando analisam o trabalho dos catadores como “marginal” ao processo de acumulação capitalista e a atividade recicladora como dotada pura e unicamente de inúmeros benefícios socioambientais.

Antonio de Pádua Bosi parte na contramão das teorias comumente apresentadas e problematiza a organização capitalista do trabalho informal identificando “a cata de recicláveis como trabalho capitalista e o lixo reciclável, uma mercadoria” (BOSI, 2007, p. 102). Partiremos, pois, desta referência teórica para basearmos nossas análises. O autor observa incisivamente:

No campo das ciências humanas e sociais, (...) têm sido predominantes e, não raras vezes, são apresentadas articuladamente a partir de uma visão que percebe o trabalho dos catadores como “marginal” ao processo de acumulação de capital. Essa interpretação geralmente tende a apreender o catador como um “trabalhador por conta própria” que negocia livremente o produto de seu trabalho. Algumas dessas abordagens, quando lidam com o trabalho dos catadores organizados em cooperativas, chegam a conceituá-lo como alternativo à economia de mercado e à lógica da produção capitalista, enxergando-o como uma nova expressão da

resistência e da sobrevivência de uma numerosa população trabalhadora socialmente excluída e que vive na informalidade. Portanto, no conjunto desses raciocínios, o trabalho do catador não tende a ser apreendido e interpretado como trabalho explorado, que gera mais-valia e que é organizado e articulado, em larga medida, em função do processo de acumulação de capital (BOSI, 2007, p. 102).

Tendo claras tais delimitações conceituais sobre o trabalho dos catadores para o curso da presente investigação - de que se trata de um trabalho abstrato, que gera mais-valia - precisamos também compreender o caráter de mercadoria da matéria “lixo” no processo de acumulação do capital, tentando articular todas as análises à cadeia produtiva da reciclagem e ao segmento do mercado que se engrandece no país com a exploração deste trabalho. O conteúdo do programa de formação política do MNCR e sua práxis político-pedagógica serão, portanto, analisados com lentes estruturadas nestes elementos conceituais aqui considerados essenciais para o entendimento do processo organizacional destes trabalhadores.

1.2 A problemática

A organização política dos catadores caracteriza-se como um fenômeno social peculiar não somente por tratar-se do desenvolvimento de uma organização de trabalhadores informais que se fortalece e expande no mundo, mas também pela consolidação desse coletivo como uma categoria profissional. No Brasil, desde 2001, se tornaram oficialmente reconhecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), identificados sob a descrição de *Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável*, cabendo a eles a função de: “coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.”²

Um contingente populacional que cresce *pari passu* ao desemprego e à informalidade e que nos instiga a compreender a curiosa articulação entre o aumento da informalidade no trabalho e sua subordinação ao circuito de acumulação capitalista. Segundo Bosi (2007), a nova dinâmica na articulação entre o trabalho “formal” e “informal” não foge ao controle e nem constitui ameaça à economia capitalista; prova disso é que as ocupações informais nesse processo não perdem sua finalidade de gerar valor para o capital. Ademais, dentre os danosos efeitos sociais e políticos da expansão do trabalho informal estão, conforme Antunes (2002, p.30): “a desregulamentação enorme dos direitos trabalhistas (...), aumento da

²Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em:<<http://www.mteco.gov.br/cbsite>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

fragmentação da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força humana que trabalha”.

Os catadores profissionais são filhos de uma era em que a geração de detritos materiais decorrentes da expansão da produção e consumo de mercadorias em nível mundial cresce numa velocidade sem precedentes. É o “descarte social”, conforme sintetiza Bursztyn (2000, p. 21), estabelecendo um nexos atroz na relação com o “descarte do consumo”: um vivendo do outro. Nos países periféricos e semiperiféricos, os catadores tem representado uma das populações mais numerosas na atualidade do mundo do trabalho.

Embora não haja, no território brasileiro, um levantamento preciso da quantidade de catadores distribuídos entre as ruas, lixões e galpões, estima-se que existam aproximadamente um milhão de indivíduos ocupados neste ofício atualmente³. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, revelou-se que a força de trabalho dos catadores é formada principalmente por indivíduos desempregados, com idade em torno de 40 anos e baixa escolaridade. Em sua grande maioria, homens negros, ocupados precariamente, na informalidade, com remuneração média abaixo do salário mínimo, condições de trabalho insalubres e extensas jornadas (BRASIL, 2013), aumentando as estatísticas do segmento populacional que precisa garantir a sobrevivência dentre as sobras, nas brechas da sociedade capitalista.

Uma realidade que, se por um lado, se mostra escancaradamente no cotidiano dos centros urbanos, à porta das casas e à beira das ruas, no convívio inevitável com o que já fora rejeitado, descartado, expondo-nos um tanto do que em nós é abjeto; por outro, permanece velada, maquiada sob a cortina de projetos sociais e discursos políticos que exaltam o trabalho com o lixo como oportunidade alternativa de geração de renda, e sua reciclagem como uma estratégia sustentável de preservação do meio ambiente. Argumentos que procedem, de fato, mas que ocultam outra realidade: o crescimento do opulento setor de reciclagem estruturado fundamentalmente na exploração da força de trabalho desses sujeitos coletores de matéria-prima⁴.

Percebe-se, nesse sentido, que a problemática do trabalho com o lixo assume para o senso comum um *status* socioambiental e se torna foco de um debate ampliado por diversos setores da sociedade: órgãos governamentais, indústrias, ONGs, escolas, associações, que dão

³Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, 2014. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

⁴A matéria prima da qual se trata aqui é o material encontrado no lixo que se converterá na indústria em insumo para produção de “novas” mercadorias.

visibilidade à “questão do lixo” geralmente de forma fragmentada, desconexa à lógica do capital. Por exemplo, não se deixa transparecer em alguns debates - especialmente os que destacam o papel socioambiental dos catadores, conferindo-os o título de “agentes ambientais”- o fato de que, no percurso da cadeia produtiva do mercado da reciclagem, são eles os responsáveis pela coleta da quase totalidade do material que é reciclado nas indústrias brasileiras ou de que a crise ecológica, na realidade se insere nos fundamentos da produção capitalista, sendo desencadeada exatamente pela sua essência destrutiva, de subordinação da natureza aos imperativos de sua reprodução.

Incontestável é o fato de que os resíduos que os catadores retiram do meio ambiente teriam, se ali continuassem, apenas a função de poluir o solo, o ar e as águas. No entanto, ao serem retirados já lhes é conferido um novo valor de uso, visto que tais materiais serão reutilizados como base para produção de novas mercadorias. O interesse dos catadores de retirar o material reciclável do lixo se restringe à sua venda - à geração de renda que ele representa num futuro imediato - e independe, na realidade, como veremos mais adiante, da análise de capacidade poluente da matéria que sazonalmente é rejeitada na catação, conforme os ditames do mercado. De fato, são os interesses econômicos dos diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva da reciclagem que norteiam a atividade da cata de recicláveis. A exploração da força de trabalho dos catadores, na estruturação deste segmento do mercado, é fundamental e, em países semiperiféricos como o nosso, se torna imprescindível:

Hoje, no Brasil, o trabalho dos catadores, organizados ou não, tem grande significado para as indústrias de reciclagem, sendo calculada sua participação em cerca de 60% do que é reciclado no país. Alimentam a cadeia dos materiais que chegam às indústrias a baixo custo e sem encargos trabalhistas (o que ocorre também quando são cooperativados). Em momentos de crise e baixa de preços, continuam com sua atividade de sobrevivência, submetendo-se aos preços e às interrupções nas compras. O crescimento da reciclagem industrial, desde o início do século XX, tem tido grande peso na economia de países ou regiões industrializadas. (EIGENHEER, 2009, p. 119).

Ao observar brevemente o percurso da referida cadeia produtiva, é possível apreender sua complexa dinâmica. Como no Brasil não há coleta seletiva pública, o processo se inicia a olho nu - geralmente nas ruas ou nos lixões - pelo torpe labor de catar dentre os detritos fétidos a matéria que, após ter sido descartada pelo consumidor, será recolhida e classificada pelos trabalhadores da catação, conforme a demanda do mercado da reciclagem. Por conseguinte, os catadores vendem o pesado resultado de sua coleta a um preço irrisório e o material outrora recolhido por eles, a partir daí percorrerá um longo caminho atravessado por diversos revendedores até chegar à indústria de reciclagem. Material este que, integrado novamente no processo produtivo como matéria-prima, reingressará transformado às

prateleiras do comércio como nova mercadoria. A matéria que havia perdido seu valor de uso retorna ao ciclo produtivo com seu valor de troca devidamente incorporado.

Notoriamente, a primeira fase do ciclo descrito é realizada por esta força de trabalho excluída do mercado de trabalho formal e sem atributos para a ele retornar, mas que se configura como fundamental para a indústria da reciclagem nas etapas de recolhimento e separação dos materiais a um baixíssimo custo de produção, dado o nível da remuneração que lhes é atribuído. Marx (1988) há aproximadamente dois séculos, já identificava a importância da manutenção de uma força de trabalho assim estruturada. Percebia que a constituição de uma “superpopulação relativa de trabalhadores” – contingente numericamente expressivo de trabalhadores sem ocupação fixa, que tendia a aceitar condições de trabalho e de remuneração sempre mais rebaixadas do que as praticadas em fábricas e empregos regulares – se consolidaria como elemento central na acumulação de capital. Neste sentido, Bosi (2007) analisa que:

A expansão histórica desse setor [de reciclagem] guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores (Op. Cit., p. 103).

Numa relação perniciosa com o mercado, é exatamente o fato de estarem numa condição social subalterna que os torna qualificados para esse tipo de ocupação. Afinal, dispor da opção de utilizar uma mão de obra a baixo custo na primeira etapa da produção é um dos fatores que possibilitam à indústria tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados. Observa-se, contudo, que numa sociedade onde tudo vira mercadoria, os resíduos por ela gerados se convertem em um meio estrategicamente viável de subsistência de uma população também descartada pelo metabolismo do sistema.

Historicamente, o segmento da população destinada a trabalhar com os refugos humanos era formado por sujeitos considerados marginais à sociedade (prisioneiros, estrangeiros, escravos, ajudantes de carrascos, prostitutas, mendigos, etc.). Desde a consolidação da propriedade privada e a constituição de espaços urbanos, a indicação de pessoas para trabalhar em serviços ligados à limpeza urbana (remoção de lixo, dejetos e cadáveres), conforme nos conta Eigenheer (2009), considerava como critérios a insegurança e a ameaça que representava lidar com tais elementos, extremamente insalubres. Nesse contexto, é possível estabelecer um paralelo entre as realidades históricas e inferir, sem dificuldades, que o perfil social da força de trabalho destinada a lidar com os rejeitos da sociedade na Idade Antiga mantém estreita semelhança com o que se manifesta na era

contemporânea.

Uma das diferenças que pode ser apontada, contudo, é que na sociedade do século XXI, a atividade de catar no lixo deixa de ser associada unicamente à mendicância e à miséria, visto que o fim do produto da cata não é mais o uso pessoal direto, mas a geração de renda. O produto retirado do lixo cuja finalidade é sua reinserção na cadeia do valor como nova mercadoria assume um significado social diferente daquele produto retirado do lixo cuja finalidade é sua utilização imediata e direta como valor-de-uso (vestir, calçar, alimentar) pelo indivíduo que o recolhe. Nesses termos, a atividade de catação contemporânea passa a ser legitimada pelo mercado de países considerados periféricos e semiperiféricos⁵ como uma preciosa força produtiva, e pela sociedade civil, é legitimada como um nobre e imprescindível trabalho imbuído de função socioambiental.

No Brasil, os “lixeiros”, “garrafeiros”, “homens do ferro-velho”, como eram conhecidos os catadores na década de 1970, começam a se reconhecer como um coletivo de trabalhadores autônomos a partir dos efeitos causados pelas significativas transformações ocorridas no mundo do trabalho neste período. Com a acumulação flexível de capital e o processo de reestruturação produtiva⁶, um grave cenário de desemprego estrutural da classe trabalhadora se estabelece e o deslocamento de trabalhadores para o setor informal impele-os a adotarem estratégias de sobrevivência das mais precárias e insalubres (ANTUNES, 2000). Nesse contexto, o número de pessoas que passa a trabalhar na catação se amplia e quando os catadores tornaram-se visíveis nas cidades puderam ser quantificados aos milhares (BOSI, 2007).

A necessidade de instituir uma representação política nacional origina-se então a partir de articulações pontuais entre os trabalhadores da catação que começam a se organizar para produzir em associações e cooperativas ao final da década de 1980, o que está diretamente relacionado ao avanço do movimento cooperativista e da Economia Solidária neste período. Os núcleos produtivos criados, que se propunham a ser autogestionários, em

⁵Em países considerados centrais, como Japão, Alemanha e Suíça a parceria entre Estado e mercado faz funcionar a coleta seletiva e a indústria recicladora emprega profissionais da coleta, estabelecendo-se uma relação formal de trabalho. Nestes países, inexistente o trabalho de catador de reciclável atuando em ruas ou lixões.

⁶Tal processo de reestruturação produtiva, motivado por uma profunda crise estrutural do capitalismo ao longo do período pós-guerra, culminou na ‘estratégica’ substituição do padrão rígido de acumulação taylorista e fordista - já com graves sinais de esgotamento - pelo toyotismo, caracterizando o início do chamado período da acumulação flexível de capital com vistas à retomada do processo capitalista de dominação global. Dentre os elementos desta reorganização estrutural do capitalismo, figuram o grande incremento tecnológico, o avanço da financeirização do capital e a vinculação de empresas em redes. Com a imposição de adequar o processo produtivo brasileiro ao novo formato de “empresa enxuta”, as relações de trabalho são flexibilizadas e o país registra altos níveis de desemprego. Nesse contexto, verifica-se uma aguda expansão da informalidade, do trabalho temporário, terceirizado, precarizado. (Antunes, 2002)

pouco tempo passam a se multiplicar por todo o país. Os “catadores de papel e materiais reaproveitáveis” – como à época se identificavam em coletivo -, estando minimamente organizados para a produção, começam também a empreender ações de articulação política nacional, promovendo diversas manifestações populares no país a partir da década de 1990 (ALENCAR, 2007).

Seguidos nove anos de articulação em bases estaduais, nasce o MNCR, num encontro nacional de catadores, embalado por palavras de ordem do tipo: “Pelo fim dos lixões: reciclagem feita pelos catadores: já!”. Adiante, mais consolidado, com forte atuação junto ao Estado⁷, uma série de leis e decretos federais é aprovada com o fim de beneficiar as organizações produtivas de catadores com o material oriundo da coleta seletiva nos municípios. Tais ações do governo, com ativa participação do MNCR, são explícitas no propósito de apoiar e incentivar a formação de cooperativas e associações organizadas por catadores como meio de fortalecer sua capacidade produtiva e a geração de trabalho e renda.

O movimento popular organizado dos catadores é caracterizado por Gohn (2005) como um movimento que se propõe a atuar em redes, voltado para a execução de ações coletivas propositivas geradoras de trabalho e renda, sendo identificado como um movimento das cooperativas populares e economia solidária, mas também como mandatário por direitos sociais e políticas de inclusão social. O MNCR adota como princípios a autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo. Assume como principais objetivos: a coleta feita por catadores, pagamento pelos serviços de coleta, controle da cadeia produtiva pelos catadores e acesso aos direitos fundamentais como saúde, educação, moradia e creches (MNCR, 2005).

Dentre as diversas atividades políticas que realizam, como já mencionado, promovem “oficinas de formação” em todo o país, executando um Programa Político-Pedagógico voltado tanto para a qualificação produtiva da força de trabalho dos catadores e de suas associações e cooperativas, como para uma formação política e humana calcada em estratégias de resistência e superação do sistema capitalista, visando a “construção de uma nova sociedade” (MNCR, 2005, p. 46).

Em uma de suas canções, chamada “Passando a rasteira nos ômi”, que consta em cartilhas que compõe o material pedagógico, por exemplo, o MNCR convida os catadores, identificados por eles como “uma categoria historicamente excluída da sociedade”, a saberem:

⁷O diálogo do MNCR com o Estado só foi possível a partir de 2003, na gestão do Presidente Lula.

(...) que tem um movimento que prepara o enfrentamento para o poder popular; auto-gestão da cadeia produtiva; ação direta todo dia pro socialismo alcançar; vem catador pro movimento organizado, pois unidos ficamos fortes e não seremos mais explorados. Vem catador recuperar a dignidade, lutando pra construir o socialismo com liberdade! (Op. Cit., p.71)

Em suma, inseridos na complexa realidade da sociedade capitalista, ainda que aparentemente situados à sua margem, os catadores organizados se articulam internamente na luta contra as formas de opressão do poder hegemônico bem como na luta pela sobrevivência material, reivindicando o domínio da cadeia produtiva de reciclagem. Nesse contexto desafiador, é possível observar no programa de formação política elaborado pelo movimento nacional que os agrega uma possível contradição imposta pela própria realidade. É que na prática cotidiana, sendo os catadores responsáveis pela coleta e separação da matéria prima da indústria da reciclagem, ainda que organizados em associações e cooperativas, inserem-se economicamente no mercado capitalista, contribuindo diretamente para sua acumulação e, portanto, participando ativamente do processo de reprodução do capital.

Na soma das práticas sociais destinadas a fissurar o sociometabolismo do capital, num contexto de tensões e disputas de classes, que envolve os interesses conflitantes tanto da força de trabalho dos catadores, da luta política do MNCR, como do mercado da reciclagem, o MNCR enfrenta inúmeras contradições na efetivação de sua práxis político-pedagógica.

Mészáros nos dá pistas quando reconhece que a natureza da educação está vinculada ao destino do trabalho e que “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (MÈSZÁROS, 2008, p. 27). No entanto, por outro lado, se trata também de perceber como a práxis política também condiciona a formação revolucionária dos diversos sujeitos imbricados no próprio processo de organização popular.

Quanto à forma como os catadores se organizam para o trabalho - como trabalhadores auto-organizados em cooperativas de produção - Luxemburgo (2010, p. 83) analisando as contradições que guardam as cooperativas de produção que pretendem se configurar como parte de uma reforma social geral - alerta que núcleos produtivos “são, por essência, um ser híbrido dentro da economia capitalista” e que aí “a troca domina a produção, fazendo da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa”. Entende ainda que “somente contornando a contradição que oculta em si mesma, entre modo de produção e o modo de troca”, pode a cooperativa assegurar sua coexistência nesse sistema.

Por isso torna-se importante indagar: apesar da ausência de contratos de trabalho e de pagamento em forma de salário na rotina dos catadores, bem como da organização autogestionária para a produção, como esta força de trabalho ainda assim caracteriza-se como mais uma força produtiva explorada que produz excedente a ser apropriado pelo capital da emergente indústria da reciclagem? E ainda, como provoca Moura (1994) quando este se refere aos “recessos ou recolhimentos presuntivamente salvíficos”: “mais do que resistência e, sobretudo mais do que transformação e de empenhamento na transformação, a estratégia não será de sobrevivência”? (MOURA, 1994, p. 15)

É, pois, em meio a esta complexa realidade que pretendemos desenvolver a presente pesquisa, buscando ir ao cerne das formas de apropriação dessa força de trabalho pela economia capitalista, mas também das formas de luta e resistência coletiva desses trabalhadores. Dentro do arcabouço de contradições inerentes ao sistema capitalista, pretendemos compreender como um trabalho desenvolvido por sujeitos que são historicamente marginalizados, descartados pelo mercado de trabalho formal é o mesmo trabalho que possibilita a expansão da geração de lucros pela indústria da reciclagem, e que, principalmente, considerando o princípio formativo na relação do sujeito com seu objeto de trabalho - de sujeitos lidando com o lixo – como conseguem se organizar politicamente, desenvolvendo núcleos de trabalho cooperativo e formando um forte movimento político representativo de expressão nacional.

E pra que a análise seja feita na perspectiva da totalidade, propomo-nos a investigar a realidade deste objeto, utilizando a práxis como categoria de análise por entender que nenhuma outra categoria seria capaz de explicar tão bem a multiplicidade de mediações (incluindo o trabalho, mas para além dele), que se dão na relação entre os sujeitos e destes com sua realidade objetiva externa e que possibilitam a formação política que pretendemos estudar. Objetivamente, fez-se necessário lançar mão de uma categoria de análise⁸ que nos ajudasse a realizar a mediação entre a teoria apresentada no programa pedagógico do MNCR e a prática cotidiana dos catadores, identificando e reconhecendo as dimensões educativas na própria organização política, no trabalho, nas relações com o mercado e com o Estado.

A pesquisa, portanto, está dividida em três capítulos: o primeiro foi dedicado à investigação da categoria “práxis” no intuito de compreendê-la para além de uma categoria de análise, em sua essência, em sua dimensão ontológica e, portanto, reconhecer o caráter

⁸Compreendemos categorias de análise como ferramentas nas quais o pensamento se apoia para atingir a compreensão da realidade objetiva, concreta, em sendo conceitos fundamentais dentro de uma teoria relacionada dialeticamente à prática social. (Gramsci, 1996)

multidimensional da formação humana fundado nas diversas práxis. Problematizamos, mediante a categoria da totalidade em Marx, a primazia da prática em relação à teoria dada a necessidade de compreender os sentidos da complexa relação dos catadores com a teoria - sendo esta uma constatação possível mediante observação desta pesquisadora enquanto realizava oficinas de formação política junto aos coletivos de trabalhadores da catação - procurando evidenciar os fundamentos históricos da fragmentação entre estas duas dimensões inseparáveis na constituição do conhecimento humano.

O segundo capítulo foi subdividido em três momentos. No primeiro, investiu-se numa busca histórica pelas origens do trabalho com os resíduos humanos e como se deu o processo de transformação do lixo em mercadoria bem como do trabalho de catação em trabalho abstrato, fundamentando-se, para isto, nos princípios marxianos de análise. Embora este não seja o objeto central da pesquisa, considerou-se de alta relevância realizar este estudo por avaliar que as conclusões daí resultantes configurariam elementos fundamentais para a proposição da pesquisa em geral. No segundo momento, procedeu-se uma caracterização da força de trabalho dos catadores no país, realizando um breve levantamento do quantitativo de trabalhadores, perfil socioeconômico e formas de organização política. A esta análise conjugou-se a discussão sobre como estes trabalhadores, ainda que informais, encontram-se na órbita da produção capitalista, produzindo valor excedente a partir dos materiais recicláveis e constituindo uma parcela super explorada da força de trabalho. No terceiro tópico, questionou-se, com base nos princípios da pseudoconcreticidade analisados no primeiro capítulo, a realidade fetichizada que se forma em torno da reciclagem, como uma prática salvacionista e do trabalho do catador, como um serviço de ambiental de caráter solidário. Foram utilizados dados secundários, tratados quantitativa e qualitativamente. A coleta dos dados secundários foi obtida a partir de órgãos oficiais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE).

No terceiro capítulo, empreendeu-se a análise da práxis do MNCR em sua dimensão política e pedagógica, tendo como referência documentos oficiais elaborados pelo movimento e alguns dos materiais que fundamentam e norteiam a sua trajetória histórica no País. Para tanto, procedeu-se, inicialmente, à caracterização do MNCR em âmbito nacional, situando as suas origens e posterior desenvolvimento, a partir da descrição de suas formas de organização, destacando os vínculos com outros movimentos de catadores em nível internacional, suas principais bandeiras de luta e conquistas, bem como identificando o lugar

que ocupam no Brasil em relação à esfera institucional do Estado. Na conclusão do capítulo, alguns dos materiais utilizados pelo MNCR no processo formativo dos integrantes do movimento, mais especificamente, com base em cartilhas e vídeos que constituem o seu acervo político e didático-pedagógico, foram analisados, relacionando-o à sua práxis político-pedagógica e aos limites estabelecidos pela racionalidade sociometabólica do capital.

2 A PRÁXIS

“O presente é contraditório, está sempre sobrecarregado de passado, mas ao mesmo tempo está sempre grávido das possibilidades concretas de futuro”. Konder (1992, p.123).

2.1 Para além de uma categoria de análise.

O que significa, no curso da elaboração de um trabalho científico, o reconhecimento da categoria *práxis* como central para mediar a compreensão e investigação do objeto a ser analisado? Ou, o que pode ser evidenciado mediante esta escolha, para se apreender o real papel da *práxis* no processo material de transformação humana, transcendendo o recorrente (posto que necessário) debate da oposição entre teoria e prática? E ainda, na relação que a *práxis* estabelece com as complexas dimensões da formação humana, onde e como se situa a *práxis* político-pedagógica? Cientes da profundidade analítica que cada uma destas questões encerra, não temos a pretensão leviana de resolvê-las nem esgotá-las neste momento, mas nos propomos ao longo do exercício de sua elucidação – dentro dos limites objetivos deste trabalho -, tomá-las como diretrizes para o processo investigativo-expositivo que aqui se inicia. A propósito, a decisão de iniciarmos exatamente com o estudo da *práxis*, considera o ponto de vista de Kosik (1995), quando este entende que o necessário início de uma exposição não deve se dar arbitrária ou casualmente - porque constitui o embrião de toda a obra -, sob o risco de não se chegar à concepção concreta e real da coisa investigada, permanecendo-se apenas em sua superfície. O autor assim nos alerta:

Aqui, um início verdadeiramente autêntico é um início necessário, a partir do qual se desenvolvem necessariamente as demais determinações. Sem um início necessário, a interpretação nunca é desenvolvimento, explicitação; é combinação eclética ou um contínuo saltar de um assunto para outro; ou então ao final não se opera o desenvolvimento interno e necessário da coisa em si, mas o desenvolvimento do reflexo da coisa, da meditação sobre a coisa, o que – no tocante à coisa – é algo externo e arbitrário. (KOSIK, 1995, p. 38)

Portanto, o primeiro momento desta pesquisa será dedicado ao estudo de algumas das substâncias⁹ da *práxis*. Para isto, o capítulo foi subdividido em dois tópicos que devem integrar-se organicamente. Deteremos-nos, todavia, no conceito de *práxis*, com o intuito de alcançar uma concepção que ultrapasse a aparente obviedade de seu aspecto metodológico, reconhecendo-o como inerente ao processo de formação humana, por constituir a mediação

⁹Aqui, ‘substância’ utilizada com o significado de “conhecer as leis do movimento da coisa em si”. Kosik (1995, p.34).

mais complexa estabelecida entre os seres sociais e sua realidade externa; e reconhecendo-o igualmente como um insuplantável critério da verdade objetiva, conforme destacado por Marx, na Tese II sobre Feuerbach: “É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento”. (MARX, 2002, p. 100)

Nesta esteira, recorreremos ao auxílio de alguns dos principais autores marxistas contemporâneos que se dedicaram à práxis em suas investigações científicas, como o filósofo tcheco Karel Kosik (1995), o escritor português Barata-Moura (1994), o filósofo brasileiro Leandro Konder (1992) e o educador hispano-mexicano Sanchez Vázquez (2007), além de procurarmos beber na fonte das próprias obras marxianas que fizeram referência direta ao tema, especificamente nas Teses sobre Feuerbach (2002). Cada um dos militantes políticos em tela, a seu modo, desenvolveu uma concepção dialética de práxis que transpõe os limites da relação dicotômica teoria/prática, ação/contemplação, identificando ser esta a categoria central das obras marxianas.

2.1.1 Categoria filosófica central

Percebe-se constantemente, seja em meio ao senso comum popular ou erudito, a recorrência de determinadas¹⁰ associações imediatas quando se fala em práxis. Por exemplo, é frequente encontrar quem relacione práxis a uma modalidade de prática, sendo esta uma “prática diferenciada”, que se efetiva quando baseada em *teorias críticas*, equivalendo aí ao sinônimo de prática “reflexiva”, “consciente” ou “revolucionária”¹¹ e neste sentido se contrapondo à uma prática mecânica, cotidiana, fundamentada em teorias conservadoras dominantes. Há também quem identifique *práxis* por um viés técnico, expressando “praticidade”, “técnica do agir”; substituindo-a muitas vezes, de modo simplório, pela palavra “prática”, numa conotação eminentemente pragmático-utilitária, de negação à teoria. Nos espaços acadêmicos, em trabalhos e discursos científicos, nota-se a predominância do emprego do termo como uma espécie de categoria híbrida que nasce da união entre teoria e prática (concepção na qual precisaremos nos deter mais demoradamente adiante). Outra importante relação que se verifica é com a categoria ‘trabalho’, quando não raro reduz-se o

¹⁰Obviamente, não pretendemos esboçar aqui uma sistematização destas, até porque como diz Barata-Moura (1994, p.12), é “embaraçosa a pergunta pelo que está próximo e é comumente utilizado, o que vale para a prática”, mas julgamos relevante evidenciar alguns dos sentidos que lhe são geralmente atribuídos e que acabam por confundir sua concepção real.

¹¹Ver FRIGOTTO, G., 2008, apud SOUSA JR.(2013, p.10).

significado daquela a este¹².

A palavra práxis, também semanticamente, em português, se reveste de uma grande diversidade de sentidos que, de modo ordinário, convertem para o campo da ação. Barata-Moura (1994), que dedicou parte da referida obra a tratar a polissemia do termo, demonstra como é recorrente o uso da “prática”¹³ no âmbito cotidiano, apontando-nos múltiplas possibilidades de utilização conforme as circunstâncias de emprego. O autor inclusive organiza algumas modalidades de ocorrências.

A partir de sua sistematização, percebemos que os sentidos mais comuns ao uso do termo estão relacionados ao “prático” no sentido do que é simples, direto, imediato, palpável, operativo; como um exercício, como execução/objetivação de um plano, ideias ou de subjetividades. Também no sentido de experiência acumulada, que funda um “saber fazer” ou “estar habituado” a proceder a determinadas operações com o domínio de “quem tem a prática”. Destaca inclusive a existência em nosso vocábulo da palavra “praxe” e de seu uso corriqueiro (é de *praxe* ou não é de *praxe* tal comportamento), que traz o sentido do conjunto de procedimentos que é norma ou está estabelecido seguir, segundo o comportamento habitual, padrão. Além destes, a palavra “prática” pode denotar uma rotina de gestos e procedimentos nas ocasiões em que se afirma “ter prática com esta ou aquela ação”. O autor nos indica ainda que no marco de sua utilização corrente, a práxis é “encarada no horizonte de uma equação de prática e de experiência, e surge-nos identificada ao acto de acolhimento empírico daquilo que sensivelmente se nos mostra e impõe” (MOURA, 1994, p. 21-23).

Não podemos afirmar que nalguma das referências acima haja equívoco definitivo. No entanto, o uso habitual do termo tende a esvaziá-lo de sua essência, que desatentamente aplicado pode assumir sentidos ora imprecisos, ora simplórios, ora ingênuos. De fato, para se apreender a real dimensão da práxis como categoria e considerá-la em sua devida complexidade na análise da realidade, é preciso imergir um tanto profundo nas investigações que buscam lapidar com cautela seus fundamentos e princípios. E, sendo este um tema filosófico controverso, acentuadas divergências conceituais são identificadas no bojo dos debates que o envolvem, o que requer apurado discernimento crítico ante um posicionamento. Gramsci, atentando para os riscos de manipulação e vulgarização deste

¹²Ver LESSA, S. (2007) apud SOUSA JR.(2013, p.5).

¹³O autor se refere à “práxis” em seus textos como “prática” assumindo uma posição filosófica. Para ele, “no plano interno da determinação do conceito, trata-se de tornar patente o constitutivo da prática, enquanto *acção*”(1994, p.89). Na presente pesquisa, preferiu-se utilizar o termo “práxis” para pontuar, conforme Vázquez (2007), o seu sentido filosófico em relação ao emprego cotidiano utilitário do termo “prática” em nosso idioma. Portanto, para efeito de coerência e clareza textual, no decorrer deste trabalho será substituído o termo *prática* por *práxis*, quando o autor a esta estiver se referindo nas citações indiretas aqui elaboradas.

objeto, orienta que se o plano é estudar a filosofia da práxis, é imprescindível notar a “honestidade científica, a lealdade intelectual e a ausência de qualquer preconceito ou apriorismo” (GRAMSCI, 1966, p. 95), no curso do processo investigativo.

Konder, por sua vez, observa nos debates acadêmicos hodiernos sobre a práxis que a questão da relação entre as categorias “teoria” e “prática” tem ocupado um lugar central. Ele destaca que ao longo do século XX “os filósofos tem divergido, apaixonadamente, a respeito da ênfase que deve ser posta num dos termos ou no outro; e tem divergido acerca da articulação existente ou desejável entre ambos” (KONDER, 1992, p. 98). Kosik corrobora esta análise e lamenta, ao constatar que “da grande descoberta da filosofia materialista resta, na consideração acrítica, apenas a ideia de que a práxis é algo incomensuravelmente importante e que a unidade de teoria e práxis tem o valor de postulado supremo” (KOSIK, 1995, p. 218).

Diante do patente vazio na busca pelas concepções essenciais da práxis nos meios científico e popular contemporâneos, urge um aprofundamento crítico de seus sentidos fundamentais. Isto porque não se trata apenas de compreender e constatar que a palavra “práxis” acumula hoje um sentido divergente do original; mais que isso, é preciso, conforme alerta Konder, relacionar os sentidos pelos quais estão passando determinadas palavras ao empobrecimento da vitalidade de ideologias específicas no curso das transformações históricas.

Barata-Moura (1994), identificando perigos no equívoco da real acepção da práxis pela sociedade ou do trato indevido com os elementos concretos que a constituem, apela também para o aprimoramento deste debate. Ele revela:

Múltiplas são as ocorrências e testemunhos textuais que indiciam a necessidade de se aprofundar a especificidade da prática e, sobremaneira, de se denunciar – mais do que a sua contaminação – a sua dissolução (tendencial ou deliberada) em outras modalidades de actividade, como com tanta conseqüência (ainda hoje) acontece na oralidade e na escrita em torno deste tópico (Op. Cit., p. 89).

O autor se refere a um processo de contaminação e dissolução da práxis em outras modalidades, sugerindo ameaças na identidade filosófica da categoria. Tais preocupações se tornam muito mais claras quando se compreende que os estudiosos da práxis aqui citados consideram que a “filosofia da práxis” constitui a própria teoria filosófica marxiana e que, portanto, quando se faz referência a um processo de contaminação, reporta-se também aos conflitos travados com as concepções idealistas da história, difundidas pelas classes conservadoras dominantes.

Gramsci (1966, p.101), para quem o termo “filosofia da práxis” corresponde

diretamente à “filosofia marxista”¹⁴, denuncia que a filosofia da práxis sofreu uma grave dupla revisão durante o início do século XX. Quando, por um lado, algumas correntes idealistas, “constituídas em sua imensa maioria por intelectuais ‘puros’” incorporavam de forma conveniente certos elementos desta filosofia e por outro, os chamados ortodoxos, que identificavam fundamentalmente a filosofia da práxis ao materialismo tradicional, “formados por personalidades intelectuais mais dedicadas à atividade prática, e, portanto mais ligados às massas populares”, também a incorporaram. Segundo ele, no curso deste processo, ocorreu uma dilaceração da filosofia da práxis, retornando-se da *unidade dialética* ao *materialismo vulgar*. Ele especifica:

Esta distinção tem uma grande importância. Os intelectuais “puros”, como elaboradores das mais amplas ideologias das classes dominantes, como líderes dos grupos intelectuais de seus países, não podiam deixar de utilizar pelo menos alguns dos elementos da filosofia da práxis, a fim de fortalecer as suas concepções e atenuar o decrépito filosofismo especulativo com o realismo historicista da nova teoria, *a fim de fornecer novas armas ao arsenal do grupo social ao qual estavam ligados*. Por outro lado, a tendência ortodoxa se encontrava em luta com a ideologia mais difundida nas massas populares – o transcendentalismo religioso – e acreditava poder superá-lo através tão somente do mais cru e banal materialismo, que também ele, era uma estratificação não indiferente do senso comum, mantida viva (GRAMSCI, 1966, p. 101, grifo nosso).

Entende-se uma clara relação entre a *unidade dialética* – que Gramsci afirma ter-se dilacerado – e a *concepção da realidade como totalidade*, que perde forças para o pragmatismo, a partir do tensionamento político ideológico ao qual faz referência. Interessante perceber aqui como Gramsci trata a práxis político pedagógica ao considerar o processo de acepção da filosofia da práxis pelos grupos sociais como o próprio fornecimento de “novas armas ao arsenal do grupo social ao qual estavam ligados”. Este posicionamento é caro ao debate que pretendemos tecer adiante. Voltando à dilaceração da concepção da realidade como totalidade, Kosik (1995, p.51), corrobora a análise de Gramsci quando constata que “foi reduzida a pedaços e substituída pelo fragmentarismo dos horizontes subjetivos”, como fruto dos embates entre os empiristas e os existencialistas neste mesmo período histórico.

A divisão do marxismo em duas correntes políticas radicalmente opostas trouxe conseqüências assoladoras para a filosofia da práxis. As concepções dicotômicas, utilitaristas, positivistas da realidade tomaram força no meio científico. Segundo Konder (1992, p.124), “ao longo do século XX a importância do conceito de práxis não chegou a ser devidamente

¹⁴“Gramsci se servia da expressão “filosofia da práxis” por um lado para driblar a censura que poderia ser exercida por seus carcereiros e, por outro, para indicar sua maneira peculiar de interpretar o pensamento de Marx”. (Konder, 1992, p.92).

reconhecida pelos teóricos socialistas”. O autor nos conta que em meio a este severo processo de disputas político-ideológicas na Europa, ao final da década de 1920:

enquanto Lenin acentuava a importância da teoria, declarando que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”, seu sucessor na direção do sistema bolchevista mal conseguia disfarçar seu desprezo pelas exigências da reflexão.(...) Com extrema habilidade, Stalin, que tinha consciência de não ser forte no trato com questões teóricas, convenceu os dirigentes do seu partido de que as elaborações, no plano da teoria, deveriam ficar subordinadas às exigências mais prementes das ações táticas. Os intelectuais, para não atrapalhar a ação partidária, não deveriam se aventurar a discutir questões teóricas estratégicas, a não ser quando autorizados pelo partido. As consequências dessa diretiva foram devastadoras. (...) O poder que a teoria revolucionária precisa ter, de discutir com profundidade a prática, “dialogando” com ela, questionando-a, interpelando-a para forçá-la a renovar-se, esse foi destruído (...). A teoria era pura e simplesmente usada para proporcionar vantagens imediatas; tratava-se, não de procurar conhecer melhor os problemas com que o projeto dos revolucionários se defrontava, mas de extrair proveito imediato das situações que surgiam (Op. Cit., p. 76-77).

Na análise acima, restringindo-nos ao ponto proposto no presente tópico, nota-se que o trato dicotômico entre teoria e prática se sobressai como precioso instrumento de disputa pelo poder social. A partir de uma imposição ideológica, a teoria passa a ser subsumida pela prática e manipulada claramente a serviço da manutenção da ordem vigente. Percebe-se, pois, até aqui de modo incipiente ainda, as necessidades históricas que fundamentam os extensos debates contemporâneos que observamos travar-se em torno da relação entre as categorias teoria e prática no dinamismo dos nexos sociais.

No entanto, tais menções também nos ajudam a entender a preocupação manifesta dos autores pela necessidade de ir além desta, que tem se configurado como questão principal, e retomar a *práxis* como um elemento central nas lutas pela transformação social. Afinal, atentando para o alerta de Barata-Moura (1994, p.16): “com o ‘fim da história’ autenticado, ou com o seu prosseguimento modernizado, o liberalismo econômico e político é declarado intransponível e se torna objeto de inculcação ideológica consensualizante”. A *práxis*, na concepção marxista, apreendida como atividade real, objetiva, material, do homem que só é homem como ser social prático, mas que também precisa reconhecer concreta e conscientemente sua própria *práxis* é em si mesma revolucionária. Barata-Moura desafia a aprofundar o debate:

A meu ver, decerto polemicamente – um dos contributos maiores de Marx para o patrimônio filosófico da humanidade situa-se precisamente neste quadro duplamente articulado: de um reconhecimento do papel central da prática na mediação histórica do ser pelas coletividades humanas; e de uma sua compreensão essencial como atividade material de transformação. Esta contribuição desenvolve-se, no plano ontológico, sobre o fundo (estruturante) de uma tese que reputo determinante: a da *unidade de materialismo e dialética*. (MOURA, 1994, p. 88, grifos do autor).

Ao desenvolver o materialismo histórico-dialético Marx repensa a relação entre teoria e prática articulando-as na esfera da totalidade e considerando os trabalhadores como sujeitos históricos. Afinal, conforme Vázquez (2007, p.29) “não se supera o idealismo filosófico com qualquer filosofia ou com uma dose de ‘senso comum’, mas com outra teoria filosófica que, precisamente por seu caráter materialista, eleva-se ainda mais do que o idealismo sobre a consciência comum”. Portanto, a ideia de que o homem se faz a si mesmo, e se eleva como ser social por meio de sua práxis, – só surge com Marx, na consciência filosófica moderna.

Kosik (1995) destaca o papel revolucionário que cumpre a necessária compreensão da práxis, ao qual Barata-Moura se referiu no trecho anterior:

a realidade pode ser mudada de modo *revolucionário* só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que sabemos que a realidade é produzida por nós. A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo *revolucionário* a realidade humano-social porque ele próprio é o produtor *desta última* realidade. (Op. Cit., p. 22-23, grifos do autor).

É imprescindível, pois, que “saibamos que a realidade é produzida por nós” na mesma medida em que “nós mesmos produzimos a realidade”, unindo-se neste movimento ontológico de transformação da natureza e do próprio ser as dimensões da dialética e da materialidade.

Marx, em seu rigoroso trabalho de investigação teórica, ao se dedicar ao estudo do modo de produção capitalista, descobre e revela as leis e contradições fundamentais do sistema sociometabólico do capital. Os produtos de sua pesquisa, que detém seu fundamento inesgotável na prática, passam a configurar elementos historicamente indispensáveis para a construção de uma nova sociedade. As teorias desenvolvidas por Marx fundamentaram profundas revoluções sociais no mundo ocidental. Porém, é importante lembrar que a atividade teórica marxiana, para que chegasse a tal dimensão, inicialmente precisou realizar um movimento básico e essencial: se objetivar, se materializar, tornar-se práxis. Ademais, trata-se de uma teoria fecunda de caráter revolucionário, por estabelecer nexos concretos com a realidade, propondo para além de interpretá-la, transformá-la. Vázquez (2007) alerta:

As mudanças profundas contemporâneas, de significado histórico-universal, impõem exigências teóricas cada vez mais elevadas ao marxismo; isto é, reclamam a elevação de seu caráter científico e de sua função ideológica, e isso só pode ser alcançado em íntima relação com a prática social e, particularmente, com o movimento operário e a luta dos povos por sua emancipação nacional. (Op. Cit., p. 255)

Tendo guardados estes princípios, a reivindicação da práxis como categoria

central no legado marxiano constitui questão basilar para todos os autores aqui referidos. Para Vázquez (2007, p. 30), tal reivindicação “se convertera numa tarefa indispensável para resgatar a medula marxista de suas camadas ontologizante, teoricista ou humanista abstrata”. Konder, por sua vez, situa que a partir das teses sobre Feuerbach “já se pode perceber com nitidez que a práxis é a mais importante descoberta de Marx” (KONDER, 1992, p. 123). Nesta direção, Gramsci determina que a filosofia da práxis é a expressão mais completa das contradições históricas, porque é consciente. O autor sintetiza:

A filosofia da práxis (...) é uma filosofia libertada (ou que busca libertar-se) de qualquer elemento ideológico unilateral e fanático, é a consciência plena das contradições, na qual o mesmo filósofo (...) não só compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento da contradição, *eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação* (Gramsci, 1966, p. 114, grifo do autor).

Daqui, poderemos problematizar, motivados pela afirmação de Gramsci no último trecho em destaque, se é de fato a ação consequência do conhecimento ou o inverso, ou ainda se ação e conhecimento interagem num processo de mutualidade na práxis. Entende-se a relevância de analisar dialeticamente tal questão quando se propõe estudar a práxis político-pedagógica de uma classe de trabalhadores que cotidianamente se educa durante o desenrolar de suas atividades práticas coletivas, seja no exercício do trabalho associado, da militância política, das sucessivas reuniões com representações sociais diversas, etc., mas que encara com manifesta dificuldade e certa resistência as atividades educativas formais, consideradas puramente teóricas.

2.1.2 Práxis, o desafio da totalidade

Ao observar a seguinte assertiva: “A dialética é coisa muito árdua e difícil, na medida em que o pensar dialeticamente vai contra o vulgar senso comum, que é dogmático, ávido de certezas peremptórias” (GRAMSCI, 1952 apud KONDER, 1992, p. 93), a tarefa de compreender a práxis (ou qualquer outra categoria) em sua essência dialética, filosófica, à primeira vista parece se situar num lugar muito distante do alcance popular, do “homem não-erudito”. No entanto, um pouco mais atentos, vemos adiante o mesmo autor conclamar à destruição do preconceito de que “‘filosofia seja algo muito difícil’ (...) e a considerar que ‘todos os homens são ‘filósofos’; que há uma ‘filosofia espontânea’, própria de ‘todo o mundo’” (SEMERARO, 2014, p.138).

A aparente contradição no pensamento expresso de Gramsci guarda em seu bojo a complexa relação do sujeito histórico com o conhecimento teórico-filosófico. De antemão, é

preciso observar o fato de que: caso a finalidade de qualquer processo de conhecimento esteja situada num horizonte de pura contemplação e relação passiva, mecânica com o objeto investigado, tal tarefa não representará interesse ou necessidade consistente para o indivíduo (seja ele erudito ou não), porque carecerá de sentido real. Para o ser humano - um ser eminentemente prático - somente a mera reflexão não basta para que conheça as coisas em si ou ainda que se sustente uma real motivação para seguir na intentada busca pela verdade. É necessário que se dê a mediação da atividade com a coisa a ser conhecida, em meio à realidade objetiva. Assim,

(...) para conhecer as coisas em si, (o ser humano) deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentes de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis: para poder constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático (KOSIK, 1992, p. 28).

Conforme Kosik, a atitude primeira e imediata do ser humano em face da realidade, não é a de examiná-la especulativamente, mas a de inter(agir) com ela - objetiva e praticamente - tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses em meio ao conjunto das relações sociais que estabelece. Para ele, o ser humano é um ser essencialmente prático. Isto é, é a própria realidade, no trato prático-utilitário cotidiano, que se apresenta como meio, instrumento, esforço, para satisfação das necessidades. Nesse sentido, o autor se opõe às concepções que encaram o ser humano como um ser primordialmente cognoscente, exercendo primeiro no mundo o reconhecimento de sua mente pensante.

A força soberana da necessidade vital do ser humano de saciar fome e sede, proteger o corpo de ameaças exteriores à sua integridade física o impelem naturalmente à execução de ações que lhe supram tais carências com prioridade absoluta. No curso dessas ações que atendem a um fim, são estabelecidas, por necessidade, diversas mediações com o meio externo (a natureza, inclusive os outros seres humanos) e cada uma dessas mediações constitui parte do processo formativo do ser natural em ser social. Tal processo é concreto: estruturado na realidade concreta e efetivado por sujeitos concretos. Afinal, Konder (1992, p. 107) nos lembra: “a ação pressupõe alguém que a realiza. Só há ações concretas onde existem sujeitos concretos agindo”. Os autores aqui referidos se contrapõem à concepção do ser social como um sujeito essencialmente abstrato; às concepções que fundamentam ontologicamente a formação humana na esfera da *consciência* que os sujeitos têm sobre o mundo ou de sua *capacidade* de agir sobre este mundo. Vázquez reitera tal posição:

Agente é o que age, o que atua e não o que tem apenas a possibilidade ou disponibilidade de atuar ou agir. Sua atividade não é potencial, mas sim atual. (...) A atividade mostra, nas relações entre as partes e o todo, os traços de uma totalidade. (...) O ato ou conjunto de atos sobre uma matéria se traduzem em um resultado ou produto que é essa própria matéria já transformada pelo agente. O fim prefigura, portanto, o resultado de uma atividade real, prática, que objetiva o que antes era pura atividade da consciência (VÁZQUEZ, 2007, p. 220).

A ação humana não pode prescindir da produção de fins; consiste numa ação essencialmente teleológica que implica a intervenção da consciência, já que os fins (no sentido de finalidade) são produtos desta consciência. Todavia, não se desenvolvem atividades baseadas numa consciência pura, que seja inerente ao indivíduo, mas numa consciência produzida a partir da experiência prática com a realidade em que se vive, ou seja, as atividades concretas são desenvolvidas pelos indivíduos como seres sociais que atuam conscientemente. Marx, em sua fundamentação sobre o ser social, afirmava que o ser em atividade conjunta deve ser entendido como o próprio processo histórico e que a consciência humana, além de intrínseca à transformação do ser natural em ser social, é o próprio produto do desenvolvimento do ser material. Ele afirmava: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que, inversamente, determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47).

Detendo-se nessa problemática, Konder (1992, p. 37) nos esclarece: “esse ser social que determina a consciência é aquele que existe no processo da vida social, política e espiritual, condicionado pelo modo de produção da vida material” que ele mesmo cria. Esta proposição é própria a uma concepção materialista da história; se trata de reconhecer o ser humano como um ser que se faz a si mesmo a partir de suas atividades materiais, ou seja, a partir de sua práxis. Configura-se assim, a práxis, como a principal dimensão ontológica do ser humano por constituir as mediações essenciais entre este e a natureza; bem como revolucionária em si porque meio de transformação da realidade natural, inorgânica. Kosik (1995, p. 222) define: “na práxis do homem advém algo essencial, que contém em si mesmo a própria verdade; não é mero símbolo de qualquer outra coisa, mas possui uma importância ontológica”.

Vázquez (2007, p. 220), por seu turno, delimita: “práxis é atividade propriamente humana e apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real”. Isto porque antes de se efetivar alguma ação, a ideia desta ação existe previamente na esfera da consciência (ainda não é práxis), mas é somente a partir da articulação e estruturação de elementos materiais mediados pela atividade humana que aquela ideia se

transforma em práxis. Nesse sentido, Marx apontava essa capacidade de prever uma ação – a posição teleológica - como a que diferencia a atividade do ser humano da atividade de qualquer outro animal.

Para Marx, o ser humano, um ser natural, forma-se em social por ser o único animal capaz de efetivar – cada vez mais conscientemente - ações transformadoras no meio em que vive, produzindo suas próprias condições materiais de subsistência. Ele nota:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1988, p. 142-143).

Ao final do trecho citado, Marx indica claramente o processo formativo mediado pela práxis produtiva, o trabalho. Quando o trabalhador, ao transformar a natureza externa por meio de sua ação, também percebe efetivado o objetivo que previamente determinou, se enreda no contínuo processo de sua trans(formação) em ser social, se identificando como um ser capaz de criar e modificar a própria realidade. Aqui, o *trabalho* é caracterizado como a práxis fundante do ser natural em ser social, como a atividade vital que primeiramente estabelece a relação do ser humano com a natureza, humanizando-o. Contudo, é preciso notar que apesar de constituir a base de todas as outras práxis, o trabalho é *uma de* suas modalidades. A práxis é a expressão das diversas e complexas mediações das atividades humanas transformadoras, incluindo obviamente o trabalho, mas compreendendo atividades que o ultrapassam. Pelas diversas práxis (fundamentalmente, a práxis produtiva), à medida que transforma a realidade e a si conscientemente, o ser humano desenvolve também uma compreensão desta realidade e de si, efetuando neste momento um processo de autoformação, numa simbiose contínua entre o processo educativo e o processo da atividade material transformadora.

Kosik (1995, p.227) chama esse ser de *ser ontocriativo*. O autor tcheco identifica a práxis como atividade criadora, uma esfera própria do ser humano. Reitera que é exatamente pela realização de atividades criadoras, práticas, que o ser humano se distingue dos demais animais, é “na práxis, e baseado na práxis, que o homem ultrapassa a clausura da animalidade e da natureza inorgânica e estabelece sua relação com o mundo e sua totalidade”. Nesta dimensão, a práxis não pode ser reduzida a uma determinada prática, porque é ela inerente ao próprio processo de formação primordial do ser humano. Afinal, a realidade humano-social é

criada pela práxis. No curso da construção de sua história, como um processo prático, é que o humano se distingue do não-humano:

A existência não é só “enriquecida” pela obra humana; na obra e na criação do ser humano – como num processo ontocriativo – é que se manifesta a realidade e se realiza o acesso à realidade. (...) A práxis é a revelação do segredo do homem como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade na sua totalidade (Kosik, 1976, p. 222).

A práxis, portanto, como se vê, não se limita a uma categoria teórico-filosófica porque é inerente à dimensão ontológica do ser social. Deste modo concebida, os autores aqui referenciados a entendem como imprescindível à constituição do ser humano, inclusive considerada a superação do capitalismo visto que, para além de uma filosofia, a práxis é atividade humana criadora e como tal não desaparece, independente do modo de organização social vigente, assim como se dá com o trabalho.

Barata-Moura (1994, p.87) analisando o caráter de categoria da práxis a classifica como uma categoria ‘forte’, já que definida fundamentalmente como atividade material de transformação. Percebe a práxis como “um forte instrumento categorial de penetração na complexidade do real”. Ele nos esclarece que uma categoria é tomada na sua acepção ‘forte’ quando:

Para além da consistência emergente da determinação do seu teor, ela vem a ocupar uma posição fontal relativamente a um conjunto diversificado de tratamentos e de abordagens que relevam de áreas específicas de interesse, porventura, não imediatamente conectadas. Mais do que privilegiar o endereço estreito de uma significação, trata-se de por em destaque, e de operacionalizar teoricamente, um sentido estrito susceptível de se converter em dispositivo gerador de inteligibilidade. (MOURA, 1994, p. 87-88)

Com efeito, a partir do estudo desta categoria de análise é possível desvelar diversas realidades em sua estrutura concreta, de modo consciente, dialético, fundamentado, na perspectiva da totalidade. A apreensão da práxis como categoria de análise e como dimensão ontológica central na formação humana nos possibilita elucidar questões fundamentais tais como a relação dialética entre conhecimento e ação, sujeito e objeto, “espírito” e matéria, teoria e prática, nos desafiando a transpô-las, sem negligenciá-las, mas seguindo com elas adiante.

2.1.3 Conhecimento e práxis

No universo do processo ontocriativo ao qual Kosik se refere, a produção de conhecimento se manifesta, do mesmo modo, como atividade consciente que objetiva a um

fim, isto é, na forma da produção de conceitos, hipóteses, teorias ou leis mediante as quais o homem conhece a realidade. Não se trata de uma atividade realizada abstrata e puramente como mera atividade da consciência, mas como atividade baseada na práxis objetiva da humanidade, como qualquer outra atividade. Vázquez (2007) pondera:

Não se conhece por conhecer, mas sim a serviço de um fim, ou série de fins que pode ter como elo inicial o da conquista da verdade; por sua vez, como já assinalamos, os fins que a consciência produz levam em seu seio uma exigência de realização, e essa realização pressupõe – entre outras condições – uma atividade cognoscitiva sem a qual tais fins nunca poderiam ganhar chão, isto é, realizar-se. Por outro, todo fim pressupõe determinado conhecimento da realidade que ele nega idealmente, e nesse sentido – como índice de certo nível cognoscitivo – não poderia tampouco se desvincular do conhecimento (Op.Cit., p. 224).

Vê-se que o conhecimento humano é um modo complexo de apropriação da própria realidade. Como atividade consciente, integra-se inerentemente à prática do homem de transformar a natureza exterior e à própria natureza, posto que as atividades cognoscitiva e teleológica da consciência interagem na práxis organicamente. No entanto, vale destacar conforme Vázquez, que o conhecimento se coloca em relação à prática por meio dos fins e não limitado à esfera da consciência, ou seja, uma atividade que se opera apenas no pensamento, “se não salta para a esfera da ação, não pode se identificar com a atividade prática que chamamos *práxis*” (Idem, p. 236).

Barata-Moura segue com criterioso alerta no que diz respeito às atividades do pensamento. Ele diz: “nem toda atividade humana é, em si mesma, e desde logo, prática. De um ponto de vista próprio, a prática é atividade materialmente transformadora” (BARATA-MOURA, 1994, p. 90). A atividade do pensamento, da reflexão, da própria produção do conhecimento, se não se converte em ato material de transformação da realidade objetiva e, portanto, do indivíduo mesmo que a opera, não consiste em atividade prática, em práxis. Ou seja, só é possível construir ou transformar a realidade humano-social pela prática. O autor luso arremata:

No interior desta complexidade múltipla (por vezes contraditória) de determinações e relações, como ingrediência sua (e não como instância dualizadamente justaposta ou sobre-imposta), a prática desenvolve e consoma um incontornável poder de reconfiguração (da realidade). Em suma, para compreender e para transformar a realidade – o horizonte do nosso viver concreto – a instância da prática é decisiva. (Op. Cit., p. 89)

Ora, na atividade prática, o sujeito age sobre uma matéria que existe (na natureza ou na sociedade) independentemente de sua consciência. O fim de sua atividade é a transformação real, objetiva, da realidade primeira para satisfação de suas necessidades. Sem que efetive uma ação transformadora do objeto externo, ou seja, caso permaneça limitado à

sua atividade subjetiva ou psíquica - que não se objetive materialmente - o resultado de sua atividade não se concretizará, não sendo efetivada, portanto, nenhuma modificação da realidade em que vive, seja do meio ou dele mesmo como ser social. Afinal, como afirma Vázquez (2007, p. 225) “o produto de sua atividade transformadora é um objeto material que subsiste independentemente do processo de gestação e que, com uma subjetividade própria, se afirma diante do sujeito, isto é, adquire vida independentemente da atividade subjetiva que o criou”.

Sobre a relação entre a produção material e a atividade teórica¹⁵ cabe sempre alertar para o fato de que, embora esta última seja indispensável a qualquer ato de transformação da realidade - na medida em que elabora e organiza perspectivas, projetos, hipóteses, estabelecendo finalidades - a atividade teórica em si não é capaz, por si (ou seja, sem a dimensão efetivamente prática), de transformar a realidade concreta.

Parece improvável, no entanto, que alguma produção teórica não se relacione à vida prática se consideramos que, na perspectiva da totalidade, estabelece-se uma relação intrínseca e necessária entre os dois momentos (pensamento e ação) na produção do conhecimento. Na Tese II sobre Feuerbach, Marx (2002, p.100) nos aponta: “A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica”. Entendemos deste trecho que pretender separar a práxis da produção do conhecimento, desconectando-as, já se tendo admitido que a prática representa não só critério de validade da teoria, mas também seu fundamento; já se tendo ademais reconhecido sua primazia em relação à teoria; ou seja, quando já se tenha claro o lugar de cada uma destas esferas na formação ontológica do ser humano, a questão do isolamento entre conhecimento e práxis configura como uma dispensável formalidade mecânica e antidialética.

Kosik (1995, p.33), neste sentido, defende que “toda teoria do conhecimento se apoia, implícita ou explicitamente, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade mesma”. No trecho a seguir, ele descreve - numa concepção materialista e dialética - como se dá a relação imanente entre produção do conhecimento e a realidade, na prática:

A teoria materialista distingue um duplo contexto de fatos: o contexto da realidade, no qual os fatos existem originária e primordialmente, e o contexto da teoria, em que os fatos são, em um segundo tempo, mediatemente ordenados, depois de terem sido precedentemente arrancados do contexto originário do real. *Como é possível, porém, falar do contexto real, em que os fatos existem de maneira primordial e originária,*

¹⁵Compreendemos teoria aqui, de acordo com (Vázquez, 2007, p.17), como a “estrutura sistêmica que permite ordenar e hierarquizar de forma concreta o conjunto que pode parecer caótico do ponto de vista superficial de manifestações concretas da mesma”.

se tal contexto só pode ser conhecido pela mediação de fatos que foram arrancados do contexto do real? O ser humano não pode conhecer o contexto do real a não ser arrancando os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo conhecimento: a cisão do todo. Todo conhecimento é uma oscilação dialética (...), oscilação entre os fatos e o contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação (Kosik, 1995, p. 57, grifo nosso).

O filósofo marxista nos provoca a compreender que a realidade objetiva, - não a natural¹⁶, mas a criada pela práxis humana - é o alicerce concreto da vida social e que o conhecimento muda com ela conforme sua dinâmica, que se dá de forma interativa, dialética, isto é, num movimento que configura a totalidade concreta¹⁷: “a cisão do todo”. Classifica esta como a característica fundamental de todo conhecimento dialético, que exige um processo de mutualidade ativa entre o *todo* e cada um dos *fatos* isolados. Fatos estes que somente podem ser conhecidos a partir de seu descolamento da realidade e posterior submissão à análise, à investigação, o que Kosik chama de “reprodução espiritual da realidade”. Sem o referido movimento, a compreensão dialética da realidade concreta não se realiza, estabelecendo-se então a concepção geral de uma “má totalidade”¹⁸, fragilizando-se assim, as possibilidades de transformação efetiva, revolucionária desta realidade.

Isto porque o conhecimento guarda a imprescindível função de legitimar, consolidar, disseminar, problematizar e, conseqüentemente, orientar as diversas práxis – embora, reiteramos, nunca sozinho seja o agente de transformações materiais. A práxis, como vimos, é antes de tudo, *ação* objetiva. Portanto, não se pode afirmar que a riqueza da realidade depende ou muda a partir da mudança do mero pensamento em si ou da compreensão que dela se tem, ainda que se apreenda o caráter de indivisibilidade e autonomia na relação entre produção de conhecimento dialético e realidade concreta.

Nas Teses sobre Feuerbach, ao combater o materialismo contemplativo daquele, Marx (2002) insiste no reconhecimento da dimensão humano-sensível da práxis e na necessidade de transformação prática do mundo¹⁹. Analisando-as, Barata-Moura (1994, p. 95-96), afirma que a qualificação de ‘sensível’ aparece porque se manifesta aos sentidos, e sendo

¹⁶Importante observar que aqui não negamos a realidade natural como base ontológica da realidade humano-social. Na distinção das duas ordens de realidade, é a realidade natural que torna possível, a partir de sua transformação pelas práticas humanas, a constituição da realidade humano-social. A distinção, portanto, se faz necessária por considerarmos ser também a realidade natural uma realidade objetiva.

¹⁷“Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1995, p.43).

¹⁸Para Kosik (1995, p.61-62), a *má totalidade* é aquela produzida pelo “processo de conhecimento que não descobre a autêntica objetividade histórica por baixo da aparente objetividade do fenômeno, tornando o conhecimento prisioneiro da intuição fetichista”.

¹⁹Teses V e XI, respectivamente. (Id., 2002, p.101;103)

assim, atesta a materialidade da atividade prática, cuidando para que no curso desta compreensão, “não se dissolva em subjetividade a materialidade” presente. Ainda assim,

não é, pois, a liminar desqualificação da “interpretação” que aqui se encontra em causa, mas outra coisa, muito diferente e de bem mais vasto alcance: não confundir uma diferente interpretação teórica para uma realidade que se deixa intocada – “inventar frases novas para interpretação do mundo existente” – com a instauração prática material da diferença (ou do diferente), isto é, com a transformação efetiva de um mundo carecido de mudança qualitativa ou estrutural. Aquilo que de nuclearmente se trata não é apenas de mudar as ideias ou de transformar as mentalidades – é de transformar mesmo, isto é, materialmente. (MOURA, 1994, p. 91).

O incansável e imprescindível combate dos estudiosos marxistas contra o limite da contemplação e do idealismo no âmbito da luta de classes e a necessidade de reafirmação do princípio do materialismo histórico de que os homens são sujeitos de sua própria história, requer a cuidadosa ponderação do papel do conhecimento e da subjetividade na práxis revolucionária. Numa concepção dialética de totalidade, é desafio atentar para as armadilhas dicotômicas. No que tange à práxis, superar as unilateralidades opostas, pensando o sujeito histórico em sua integralidade, reconhecendo-lhe todo o poder material de intervenção no mundo.

Konder (1995, p.124) infere com tranquilidade que “o que a práxis exige do sujeito é que ele não se limite à interpretação. Em nenhum momento, todavia, ela poderia prescindir do esforço interpretativo, que lhe permite corrigir-se autocriticamente, aperfeiçoar-se e alcançar seus objetivos, sua meta (telos)”. Também para Vázquez (2007):

A atividade prática é simultaneamente subjetiva e objetiva, dependente e independente de sua consciência, ideal e material, e tudo isso em unidade indissolúvel. O sujeito, por um lado, não prescinde de sua subjetividade, mas também não se limita a ela; é prático na medida em que se objetiva, e seus produtos são a prova objetiva de sua própria objetivação (Op. Cit., p. 262).

Portanto, para que a prática seja apreendida em seu papel inexorável de fundamento, fim e critério da verdade, necessita da mediação da atividade teórica, do conhecimento. Ou poderia a prática falar por si mesma, direta e imediatamente? Implica necessário entender que teoria e prática se relacionam mutuamente, interagindo organicamente na práxis, apesar de não constituírem atividades idênticas. Trata-se de uma relação intrínseca e autônoma:

A prática mantém sua primazia com respeito à teoria, sem que essa primazia dissolva a teoria na prática nem a prática na teoria. Por manterem relações de unidade e não de identidade, a teoria pode gozar de certa autonomia em relação às necessidades práticas, mas trata-se de uma autonomia relativa, uma vez que, como vimos insistindo, o papel

determinante corresponde à prática como fundamento, critério de verdade e fim da teoria.

Ou seja, apesar de claros os fundamentos que levam a prática a manter primazia em relação à atividade teórica, não se pode admitir uma oposição absoluta entre ambas, ao considerar que a prática – concebida como práxis humana total – estabelece um vínculo imanente com as atividades da consciência, do pensamento. Ainda nos casos em que a atividade teórica se pretende autônoma, distanciando-se excessivamente da ação ou mesmo considerando que a prática lhe constitui mácula, estabelece-se aí, conforme Vázquez (2007, p. 242), não uma oposição absoluta, mas relativa, “ou melhor, trata-se de uma diferença – no seio de uma unidade indissolúvel”. Aprender tal relação de organicidade quando se determina o primado da práxis em relação à teoria é um passo elementar para reconhecer a dimensão humana em sua totalidade.

Toda esta discussão, contudo, se dá no contexto de um processo histórico social e que “a história do conhecimento (do saber humano em seu conjunto) e da práxis (das atividades práticas do ser humano) são abstrações de uma única e verdadeira história: a história humana”. Afinal:

É uma prova de mecanismo dividir abstratamente essa história em duas, e depois tentar encontrar uma relação direta e imediata entre um segmento teórico e um segmento prático. Essa relação não é direta e imediata, mas sim por meio de um processo complexo no qual algumas vezes se transita da prática à teoria, e outras destas à prática. (VÁZQUEZ, 2007, p. 256.)

A cada modo de organização social, inúmeras e complexas mediações se estabelecem a partir dos processos históricos constituídos pelo ser humano. No curso das modificações históricas, a concepção de práxis também se transforma, expressa no seio das contradições sociais. Enfim, “concomitantemente às modificações na concepção e na prática da práxis, modificaram-se de maneira correspondente também a concepção, a tarefa e o sentido da filosofia, assim como o conceito do homem e do mundo” (KOSIK, 1995, p. 218).

2.1.4 A debilidade da fragmentação

Com a instituição da propriedade privada e da divisão social do trabalho nela fundada, desenvolvem-se mecanismos de exploração da força de trabalho e de dominação de classes. A produção intelectual se descola da material estruturando uma relação hierárquica, de forma que aquela se consolida como superior a esta na escala do poder social. Tal cisão foi-se aprofundando historicamente, a ponto de se instituir abismos entre a práxis intelectual/teórica e a práxis manual/prática, o que parece ir na contramão da formação

primordial do ser humano ao considerar a concepção ontológica de práxis que se desenvolveu até aqui: a de unidade indissolúvel, interativa, entre teoria e prática, conhecimento e ação, subjetividade e objetividade, matéria e ‘espírito’, enfim, da concepção do sujeito histórico em sua totalidade.

Da atroz divisão que se fundou, o ser social principia um processo histórico de fragmentação no exercício de suas múltiplas potencialidades e habilidades humanas em função quase exclusivamente da práxis produtiva, perdendo aos poucos sua identidade como o ser ‘inteiro’ que primordialmente se constitui - embora se saiba que ainda de modo bastante rudimentar nas primeiras civilizações -, para reconhecer-se ao contrário, como um ser limitado, unilateral, com habilidades especializadas a serviço da produção material da sociedade. Observa-se, de fato, como lamenta Konder (1995, p.85), um processo de “dilaceração da comunidade humana pela divisão social do trabalho”.

No entanto, em nome da manutenção do poder e interesses das classes dominantes, a filosofia ocidental grega ignorou ou rejeitou o mundo prático, curiosa e contraditoriamente sob a justificativa de captar nele somente seu caráter prático-utilitário. Vázquez (2007, p.37) nos conta que a atividade prática material, e particularmente o trabalho, era considerada no mundo grego uma atividade indigna dos homens livres e própria aos escravos: “Ao mesmo tempo em que se rebaixava a atividade material, manual, exaltava-se a atividade contemplativa, intelectual. (...). A prática produtiva ocupava um lugar secundário e já não se fazia a conexão intrínseca desta com a transformação do universo humano”.

Com os gregos, estabelece-se o reconhecimento da superioridade do teórico sobre o prático. De acordo com sua ideologia, o homem se eleva socialmente pela libertação de toda atividade prática material e, portanto, ao se dedicar à pura contemplação teórica do mundo. O pensamento vinculado à ação (à prática) passa a ser considerado um pensamento inferior²⁰. Cinde-se socialmente – não ontologicamente, é preciso assinalar - teoria e prática.

Nesse nível superior, que corresponde ao homem como ente da razão, a teoria se basta a si mesma, sem necessidade de ser aplicada ou subordinada à prática. A única atividade humana digna, para os gregos, que pode convergir teoria e prática é a atividade política, mas sempre que esta for a aplicação dos princípios absolutos traçados pela teoria; ou seja, ainda na práxis política, trata-se de uma relação unilateral em que a primazia pertence à atividade teórica (...). A teoria deve renunciar à prática, e esta tem de se tornar independente da teoria. Tanto uma quanto a outra subsistem, mas em planos diferentes. (VÁZQUEZ, 2007, p. 38-39)

A *práxis*, na concepção grega, abrigava exatamente a ação política, designando

²⁰Interessante observar aqui a relação do desenvolvimento das atividades intelectuais ou políticas com o tempo livre. Somente em condições materiais de gozar do ócio o homem poderia desenvolver devidamente as atividades teóricas que lhes cabiam.

uma ação diferenciada. Segundo resgata Konder (1992, p. 97), Aristóteles, que se referia com frequência ao termo *práxis*, o fazia como atividade ética e política, distinta da atividade produtiva. Tratava-se de uma ação intersubjetiva, moral, diferente da que se realizava na esfera da produção material (*poiésis*) e na esfera da teoria (*theoria*). Portanto, *práxis* designava uma modalidade de atividade que não criasse ou produzisse um objeto exterior ao sujeito que o projetasse.

Nesse sentido, pode-se notar como herança histórica ocidental que, embora se verifique uma “diversidade de intenções significativas que o termo *prática* – e seus associados – exhibe na atualidade” (MOURA, 1994, p. 12), e que tais significados complexos não mais coincidam com o sentido original da *práxis* em grego, a variante semântica que opõe atividade subjetiva (pensamento) à objetiva (ação), admitindo-a como uma terceira modalidade de atividade humana, se faz presente ainda expressivamente nas interpretações dicotômicas contemporâneas da *práxis*.

Importa destacar que o modo de vincular teoria e prática material produtiva na sociedade escravista deriva de uma concepção da ideologia dominante, que considerava o homem como ser racional ou teórico por excelência. A suficiência quantitativa da mão de obra servil para satisfazer às necessidades práticas da sociedade em geral constituía uma das razões para que se ignorasse o valor do trabalho humano ou que este aparecesse como mera atividade inferior. Também a essa época estabeleceu-se o forte mito ideológico de que, para o ser humano, “o mundo da realidade seria ‘o outro mundo’ (platonismo) e o único mundo ao alcance do ser humano seria o mundo dos fenômenos” (KOSIK, 1995, p. 16). Ou seja, a essência das coisas é considerada inacessível à compreensão humana, cabendo aos indivíduos somente apreender o limite da realidade aparente, imediata.

No capitalismo forja-se uma nova concepção da relação teoria e prática. Pensamento e ação continuam apartados, mas agora é a atividade teórica a considerada improdutiva ou inútil. Estabelecidas as devidas condições históricas, a atividade valorizada socialmente não era mais a ação intersubjetiva, política e moral dos cidadãos (*theoria, práxis*): era, ao contrário, a atividade da produção material (*poiésis*). Conforme analisa Konder (1992), no processo de reconfiguração dos valores sociais *pari passu* à estruturação do modo de produção capitalista, a produção de conhecimento agora deveria ter um fim útil, mas uma utilidade voltada para o aumento da produção de riquezas materiais. As atividades políticas, filosóficas continuavam privilégio de uma seleta elite, com a diferença de que agora precisavam ser relegadas a segundo plano na valorização do conjunto de fatores das forças

produtivas²¹.

O autor contextualiza:

A cultura dos séculos em que a burguesia acumulou forças e construiu sua hegemonia, até poder controlar econômica e politicamente a sociedade, ficou marcada por essa tensão interna: de um lado, impulsos especulativos “contemplativos”; e, de outro, exigências ligadas a um “ativismo” pragmático. Sem que um polo destruísse o outro, o “ativismo” foi prevalecendo. (...) Nos horizontes burgueses da cultura liberal, era impossível realizar a síntese dos dois movimentos. (KONDER, 1992, p. 101).

Prova de que a produção de conhecimento científico ora deveria, somada às demais forças produtivas, servir à acumulação capitalista, pode-se apresentar o caráter progressista, pragmático que assumiram as ciências naturais e sociais no referido processo histórico. Vázquez (2007, p.245) observa: “as ciências que progredem mais rapidamente são aquelas cujo desenvolvimento constitui uma condição necessária do progresso técnico imposto pela produção, progresso que serve de mediação indispensável entre esta última e as ciências”.

Sob a lógica produtivista, o mundo humano é reduzido a uma única dimensão: à das relações quantitativas. Na concepção “moderna” de sociedade (liberal), onde o comportamento humano é fruto de escolhas individuais, a partir de suas preferências ou sentimentos, os sujeitos são vistos como agentes racionais livres que fundamentam suas decisões nas concepções utilitaristas dominantes. Portanto, predomina aqui uma concepção subjetivista, relativista, individualista da realidade. Kosik (1995) reivindica:

No mundo do fisicalismo – que o positivismo moderno considera como única realidade – o homem pode existir apenas como uma determinada atividade abstrata, isto é, como físico, estatístico, matemático, linguista, mas jamais com todas as suas virtualidades, jamais como homem inteiro. (...) Além do mundo físico existe ainda um outro mundo, igualmente legítimo –por exemplo, o mundo artístico, biológico, e assim por diante -, o que significa que a realidade não se exaure na imagem física do mundo. (...) Com isso, em primeiro lugar ele (o fisicalismo positivista) negou a inexauribilidade do mundo objetivo e sua irredutibilidade à ciência, que é uma das teses fundamentais do materialismo; e em segundo lugar empobreceu o mundo humano, por ter reduzido a um único modo de apropriação da realidade a riqueza da subjetividade humana, que se efetiva historicamente na práxis objetiva da humanidade (Op. Cit., p. 31).

Sabe-se que, para a teoria materialista marxista, ao contrário do que sustenta o pragmatismo, de fato o conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro e não o contrário. Obviamente, as concepções de ‘utilidade’ e ‘verdade’ se opõem de modo radical em Marx quando confrontadas com o pragmatismo. Para o marxismo, o conhecimento é útil quando diz

²¹Conforme Vázquez, “na medida em que a ciência, como forma teórica de conhecimento da realidade, entra necessariamente na própria produção como um fator ideal que nela se objetiva e materializa, converte-se através dessa objetivação e materialização em uma força produtiva direta”.

respeito à utilidade social, à prática-social da ciência, ou seja, quando o conhecimento possa ser fundamento para que o sujeito histórico transforme a realidade. Por exemplo, para Marx, as práxis produzidas a partir da fantasia, da ficção, como no caso da arte, da literatura, são consideradas atividades úteis porque significativas para a formação humano-social. Já como critério da verdade, no marxismo, elege-se a prática, que diferentemente da concepção pragmatista é entendida por “ação material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais e que, considerada do ponto de vista histórico-social, não é só produção de uma realidade material, mas sim criação e desenvolvimento incessantes da realidade humana” (VÁZQUEZ, 2007, p. 242).

No mundo prático-utilitário do capital a verdade fica subordinada aos interesses individuais, a concepção da realidade se relativiza e corresponde a tais interesses; àquilo em que seria mais vantajoso ou útil se acreditar. Atividades políticas, artísticas ou teóricas quando postas em relação com os interesses imediatos, pessoais pelo senso comum, aparecem desconectadas das necessidades práticas, sendo assimiladas como atividades sem utilidade.

Ao considerar o contexto real de uma sociedade de classes sociais, é manifesto que alguns segmentos da população humana precisem dedicar uma parcela maior de seu tempo e atividades em função da satisfação de suas primeiras necessidades. Dado o caráter prático do ser humano, na luta pela sobrevivência material a preocupação com a satisfação das necessidades imediatas e a ação necessária para satisfazê-las constituem prioridade absoluta (e este configura um fator definidor nas relações sociais de luta pelo poder). As atividades teóricas, ou seja, as atividades que têm como fim o processo objetivo de produção dos conhecimentos sociais gerais (científicos, políticos, artísticos, filosóficos, etc.) por seu turno, ocupam um lugar secundário. Para a consciência simples, alimentada e limitada pela práxis cotidiana utilitária, a vida prática se basta a si mesma, como se fosse dotada de um poder autossuficiente, que dispensa o amparo de qualquer atividade teórica em seus fundamentos.

Enquanto na estrutura social da Idade Antiga, aos escravos era indigno o exercício de suas habilidades teóricas, na Idade Moderna, às classes sociais dominadas é relegada a ilusória liberdade do direito de escolha entre prover o próprio sustento com seu trabalho e desenvolver outras atividades que não estejam ligadas à práxis produtiva material. As precárias condições materiais de existência às quais estes segmentos sociais têm que se submeter cotidianamente, lhes impõe a urgente (embora aparente) restrição de preocupar-se com o imediato. Diante da necessidade de despender a maior parcela do tempo com extensas jornadas de trabalho alienado, até o limite do esgotamento de sua capacidade física, estes trabalhadores parecem não dispor de espaço-tempo para o desenvolvimento das demais

potencialidades humanas. Uma parcela significativa de tempo útil de vida lhes é usurpado e com ela possibilidades concretas de acesso aos diferentes níveis de autoformação obtidos a partir das complexas mediações estabelecidas com as diversas práxis.

Em condições, pois, cujos indivíduos se orientam em seu cotidiano pela “práxis utilitária imediata e pelo senso comum a ela correspondente” sem que compreendam “as coisas e a realidade”, estabelece-se, conforme Kosik (1995, p.14) uma práxis, “historicamente determinada e unilateral, é a práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue”. Na sociedade capitalista, onde as necessidades práticas imediatas assumem um sentido estritamente utilitário, as atividades que não estão ligadas diretamente ao trabalho passam a ser consideradas improdutivas por excelência.

O trabalho, que constitui a dimensão soberana da práxis humana- a de produção material da vida – nesse contexto passa a significar a própria práxis. Como já visto aqui, a práxis é a atividade prática, material, atividade humana transformadora em geral e, como tal, o trabalho constitui a modalidade de práxis mais significativa. Afinal, é a que executa diretamente o fim de produção material da existência e assim, se converte em condição de realização de todas as outras práxis. Contudo, além de reafirmar o papel determinante da práxis produtiva e suas mediações na organização social, se faz necessário distingui-la e relacioná-la metabolicamente às demais práxis no processo de formação do ser social.

Kosik especifica algumas das diversas dimensões ontológicas fundadas pela práxis:

Ela (a práxis) compreende, além do momento laborativo, também o momento existencial: se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza, como na formação da subjetividade humana – a angústia, a náusea, o medo, a alegria – não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta pelo processo de realização da liberdade humana. *Sem o momento existencial, o trabalho deixaria de ser parte da práxis, assim como a práxis se degrada ao nível da técnica e da manipulação* (KOSIK, 1995, p. 226, grifo nosso).

Para o autor, a atividade subjetiva também se expressa objetivamente compondo as demais práxis. São as diferentes atividades práticas, teleológicas, transformadoras, relacionadas intrinsecamente, interagindo entre si (inclusive o trabalho) que constituem a dimensão fundante da transformação do ser natural em ser social. Entendemos, ademais, que Kosik expõe no referido trecho em destaque uma instigante problemática: a necessária relação de mutualidade entre o trabalho e as demais atividades humanas como condição para constituição do ser social. Numa concepção de totalidade da realidade e de omnilateralidade do ser, embora o trabalho seja a atividade humana vital, se desconectada da subjetividade

humana, das demais práxis, se degradaria “ao nível da técnica e manipulação”.

Barata-Moura (1994) se posiciona com clareza sobre a categoria ontológica *trabalho* como um “outro domínio de evidenciação da prática”:

Com o trabalho, a prática assoma na sua constitutiva dimensão estrutural, e estruturante, da produção e reprodução do viver pelas e nas sociedades humanas. Mas a prática, enquanto categoria filosófica, não se reconduz, para Marx, à sua exclusiva dimensão econômica. Aqui, como em muitos outros contextos, é indispensável ter presente que o materialismo designadamente, o de Marx – não é um economicismo. “Toda vida social é essencialmente prática” – decerto; só que não o é porque apenas fundada no trabalho, nem – como outros pretendem – simplesmente porque é social, mas, em substância, porque globalmente ela possui um *caráter material de transformação*. Esse é o horizonte do nosso viver (Op. Cit., p. 101, aspas e grifo do autor).

Considerando que a formação do sujeito histórico está inscrita essencialmente no trabalho, as demais práxis não são esferas autônomas e independentes deste, ao contrário, são formas organicamente vinculadas à produção material e à dimensão econômica social.

Konder (1995, p.127), nesta esteira, segue defendendo a criação de condições materiais necessárias ao desenvolvimento das demais atividades humanas como elemento fundamental na luta pela emancipação social já que “mesmo numa sociedade em que venham a ser humanizadas as condições de trabalho, será necessário assegurar aos seres humanos as possibilidades concretas de eles desenvolverem sua criatividade fora da disciplina do trabalho”. Afinal, para ele: “A práxis é a atividade que, para se tornar mais humana, precisa ser realizada por um sujeito mais livre e mais consciente” (Op.Cit., p.16).

Ora, numa sociedade cuja lógica produtivista predomina e que em função da acumulação do capital, o sujeito - cuja única propriedade é sua força de trabalho - para sobreviver precisa vendê-la como mercadoria e dispensar a maior e melhor parte de sua energia, força, criatividade, habilidade em rotinas alienadas e estranhadas de trabalho, faz-se compreensível, embora inaceitável, que as demais práxis pareçam-lhes vazias de sentido, tão estranhadas como as próprias outras dimensões deste mesmo ser humano.

Para os catadores de materiais recicláveis, segmento das classes trabalhadoras que constituem o sujeito de nosso principal interesse nesta pesquisa, trabalhadores informais que obtêm sua renda pelo resultado da própria cata diária, ou seja, para quem a preocupação com a produção imediata de suas condições materiais de existência é prioridade absoluta, a práxis da educação formal, escolar, por exemplo, lhes aparece como uma atividade dispensável, inapropriada a seu mundo cotidiano. Nos momentos de formação política realizados com esses trabalhadores, em cursos e oficinas, é notória a postura de estranhamento, distanciamento e algumas vezes até rejeição às teorias apresentadas; como se, mais forte que a

vontade de acessar aqueles conhecimentos, preponderasse a consciência ideológica grega de que a eles não seria digno esse tipo de atividade ou como se tal práxis fosse inadequada ao lugar que ocupam na sociedade.

A referida postura, bastante habitual, finda por afastá-los da acepção concreta das coisas, dificultando o processo de efetivação de ações transformadoras rumo à emancipação social e contribuindo, ao contrário, para consolidar uma relação de poder na qual o conhecimento (ou a limitação dele) se torna elemento estratégico. Observando tal racionalidade, Kosik (1995, p.14) infere: “Marx pôde escrever que aqueles que efetivamente determinam as condições sociais se sentem à vontade, qual peixe n’água, no mundo das formas fenomênicas desligadas da sua conexão interna e absolutamente incompreensíveis em tal isolamento”. Sem a devida apropriação crítica da realidade em sua essência pelas classes dominadas, conjugando-a a ações revolucionárias efetivas, a manutenção do poder hegemônico permanece inabalável em sua estrutura.

O indivíduo, enredado no mecanicismo da práxis cotidiana, não sente a necessidade de descortinar os preconceitos, consensos e hábitos comuns sobre os quais projeta suas práticas, visto que envolvido nesta práxis “a aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, da confiança e da familiaridade em que o homem se move “naturalmente” e com que tem de se avir na vida cotidiana” (KOSIK, 1995, p. 14) e, sendo assim:

O apoliticismo de grandes setores da sociedade os exclui da participação consciente na solução dos problemas econômicos, políticos e sociais fundamentais e, com isso, fica aberto o caminho para que uma minoria se encarregue das tarefas de acordo com seus interesses particulares de grupo ou classe (VÁZQUEZ, 2007, p. 34).

Para a consciência comum, gerada pela práxis cotidiana, é a esfera do prático utilitário que predomina. Aí vigora a falsa impressão de que por dedicar quase todo o tempo e atividades de sua vida à satisfação das necessidades imediatas, o “sujeito da rua”, comum, está mais próximo de uma concepção verdadeira da realidade do que o “sujeito que investiga”, já que este, por viver no reino das abstrações e do mediato, somente conseguiria apreendê-la em sua forma abstrata e ideal. Vázquez (2007, p. 35) observa que por essa razão “o homem comum e corrente despreza os teóricos e, principalmente, os filósofos que especulam ou teorizam sem oferecer nada de prático, isto é, nada de utilitário”. Segundo o autor:

O homem comum e corrente considera a si mesmo como verdadeiro homem prático; é ele quem vive e atua praticamente. (...) Vê-se a si mesmo como o ser prático que não precisa de teorias; os problemas encontram sua solução na própria prática, ou

nessa forma de reviver uma prática passada que é a experiência. (VÁZQUEZ, 2007, p. 33).

Assim, para a consciência comum, o prático – num sentido estritamente utilitário, empírico, – contrapõe-se absolutamente à teoria. O ponto de vista do ‘senso comum’ segue reproduzindo-se acriticamente, considerando as atividades teóricas desnecessárias, incômodas e até nocivas para a própria prática cotidiana, que pode naturalmente ser executável com um mínimo admissível de teorias (quando estas aparecem instrumentalizadas, capazes de resolver questões postas pelas circunstâncias imediatas). No lugar das teorias, forma-se “toda uma rede de preconceitos, verdades estereotipadas e, em alguns casos, as superstições de uma concepção irracional (mágica ou religiosa) do mundo” (VÁZQUEZ, p. 240). Deste modo, os nexos estabelecidos na práxis cotidiana imediata com a realidade parecem prescindir, ainda que parcialmente, das substâncias de um plano teórico quando se enredam diretamente com o mundo prático.

Para compreendermos tal dinâmica, recorreremos à Kosik. O autor constata que é a práxis cotidiana, mecânica – esta que produz o senso comum -, que constitui a atmosfera comum da vida humana e que primeiramente “coloca o ser humano em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporciona a compreensão das coisas e da realidade” (KOSIK, 1995, p. 14). Conforme o autor, nesse mundo prático, os seres humanos criam suas próprias representações, captando e fixando o aspecto fenomênico da realidade. Essas representações quase sempre contradizem o que guardam os conceitos, as estruturas, a *essência* das coisas em si. Ou seja, essas representações familiarizam o ser humano a uma realidade fenomênica, mas não proporcionam a compreensão da realidade concreta em sua totalidade, a noção aprofundada dos nexos e conexões estabelecidos com esta realidade, proporcionando-lhe somente uma compreensão parcial de mundo.

Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma) não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana. A práxis utilitária cotidiana cria o “pensamento comum” – em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento com as coisas – como forma de seu movimento e sua existência. (KOSIK, 1995, p. 19).

A realidade em si, para Kosik, se apresenta em duas instâncias: como pseudoconcreticidade²² (complexo fenomênico de duplo caráter, que indica e esconde a

²²“O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo

essência) e concreticidade (essência). A essência da coisa - que é a “coisa em si” - não se apresenta imediatamente ao ser humano histórico, visto que está oculta no fenômeno. Essência e fenômeno se relacionam organicamente, no seio de um extremo movimento contraditório. Ambos estão em plena dinâmica de atividade. O fato de a essência se manifestar no fenômeno e este, por sua vez, revelá-la parcialmente, demonstra que a essência não é inerte nem passiva, como uma verdade absoluta. A práxis cotidiana imediata, por sua vez, longe de mostrar a realidade concreta de um modo transparente, oculta-a.

Para o filósofo em tela, “o mundo contemporâneo é o mundo da pseudoconcreticidade”, no qual a apreensão dos processos, fenômenos e relações que se dão na realidade cotidiana se dão na esfera da representatividade, e não numa esfera sólida, alicerce do conhecimento crítico. Somente é possível chegar à concreticidade (o mundo real, a essência), desvelando e destruindo a pseudoconcreticidade (que esconde o mundo real, mesmo o tendo manifestado em si) pelo pensamento dialético, que não considera a realidade imediata, mas a decompõe em sua totalidade. Afinal, “o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana” (KOSIK, 1995, p. 13, grifo do autor). Ele complementa: “o conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura” (idem, p. 18).

Entende-se que com isto o autor não queira dizer que cabe somente ao filósofo especulativo a árdua tarefa de destruir a pseudoconcreticidade e captar a essência da práxis de forma desmistificada; nem tampouco atribuir à consciência comum, forjada a partir das vivências cotidianas, uma maior intimidade com a verdadeira concepção da práxis. Kosik, com efeito, reconhece na realidade concreta o alicerce do conhecimento crítico dialético e o desenvolvimento deste como elemento imprescindível na destruição da pseudoconcreticidade. Trata-se de estabelecer, portanto, uma reciprocidade dialética entre o conhecimento produzido a partir do meio popular, do senso comum, e o produzido no meio erudito, filosófico, rumo à superação material de uma realidade dicotômica, fetichizada.

Barata-Moura (1994) nos ajuda chamando atenção para o papel da teoria crítica tendo em vista à práxis revolucionária. Ele fundamenta:

A crítica, como apreciação (pensante) e como negação (prática) do existente. (...) Não é apenas uma crítica teórica ou racional que se tem em mente: é a crítica material, efectiva, prática, que importa pensar e empreender. É por isso que, na tese

primeira, a Práxis nos surge valorizada como “atividade prático-crítica (ou praticamente crítica)”: o praticamente crítico vai além, num registro de materialização transformadora, do crítico meramente teórico que circunscreve o âmbito do seu intuito “negador” a um plano de mera idealidade, ainda que enformada por perspectivas e preocupações de racionalidade (Op. Cit., p. 92).

Neste sentido, a consciência forjada na práxis cotidiana utilitária, ainda que não constitua uma consciência crítica, avalia necessariamente que as ações executadas não são um encadeamento de atos instintivos. Trata-se muitas vezes de uma consciência que se desenvolve de forma espontânea, baseada nos fenômenos, mas que ainda assim “nela não faltam, por ser consciência, certos elementos ideológicos ou teóricos em forma degradada, grosseira ou simplista” (VÁZQUEZ, 2007, p. 35). Destarte, é possível afirmar que não há práxis sem consciência. Há práticas mecânicas, utilitárias, produtivistas, revolucionárias, etc. conjugadas a teorias conservadoras, reformistas, críticas, revolucionárias, parciais ou totalizantes, etc. correspondentes. Todas constituem manifestações da complexa atividade humana e, portanto, estão todas em movimento; todas são, inevitavelmente, passíveis de transformação.

Reconhecendo-se o ser humano como um ser social e histórico; ou seja, envolvido numa rede de relações sociais que se efetivam dentro de um determinado contexto histórico e, portanto, numa cotidianidade também condicionada histórica e socialmente, entende-se que tal cotidianidade é parte inerente de uma estrutura social ativa, hegemônica e contraditória. O sujeito histórico, enredado nesta práxis, não deixa de ter consciência (por mais equivocada que esteja) da realidade que constrói. Barata-Moura (1994) nos esclarece que:

Ainda que acompanhada de consciência e de vontade – ela (a prática) não é “cega”, está envolta em ideologia, e por isso devém igualmente necessário proceder a toda uma crítica das ideias – por parte dos agentes, singulares e coletivos que a efetuam, a prática é também, na sua determinação e alcance, *relativamente* independente do querer deliberado e da representação consciencializada que esses agentes nela investem ou dela fazem. Por isso, é possível falar do caráter *material* dos processos sociais (a materialidade não se restringe ao domínio reico dos entes “naturais”); por isso, o revolucionamento do existente só se faz *materialmente* (e não apenas em ideias ou em desejos) (Op. Cit., p. 95, grifos do autor).

E sobre a necessidade de “proceder a toda uma crítica das ideias” agregada ao caráter revolucionante da ação humana, vem a ser possível, por exemplo, modificar a consciência - a partir da práxis educativa- de que o conhecimento teórico crítico não é inacessível ao senso comum, mas que, na verdade, se configura como um poderoso instrumento de luta e resistência popular; um elemento imprescindível para que se efetivem ações radicalmente transformadoras na ordem hegemônica estabelecida.

A atuação que o indivíduo tem sobre a realidade social guarda relação direta com

a consciência que desenvolveu sobre esta realidade. É elementar que somente a compreensão de mundo não é capaz de garantir nele transformações – reconhecendo que muitos de fato preferem ocupar somente o lugar cômodo da contemplação – mas sem o conhecer crítico, dialético, concreto deste mundo, qual a substância para impulsionar a efetivação de ações que fortaleçam a luta de classes, objetivamente? Os segmentos sociais que compõem as classes dominantes, na defesa de seus interesses, articulam entre si estratégias de limitação e controle no acesso ao conhecimento crítico pela classe trabalhadora, mantendo-se suficientemente incólumes à sombra de atentos projetos de legitimação cotidiana da pseudoconcreticidade.

Vimos sobre a necessidade revolucionária de descortinar a realidade fenomênica que se manifesta pelo mecanismo da cotidianidade e do papel que o conhecimento crítico exerce nesta árdua tarefa. No entanto, o processo de elevação da consciência comum à consciência crítica, dialética da práxis quando realizado, deve disseminar-se, expandir-se, respeitando a feitura do percurso inverso ininterruptamente, fazendo-se chegar aos meios populares, independente do nível de instrução ou leitura com o qual se depare, desenvolvendo-se uma compreensão orgânica e concreta da realidade. A consciência filosófica da práxis mantida na clausura da contemplação, sem partir para a efetivação de uma práxis político-pedagógica, esteriliza-se.

Logo, "entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo indispensável para desenvolver ações reais efetivas". (VÁZQUEZ, 2007, p. 236). O programa de formação política do MNCR– Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis assume este propósito. Faz chegar a cada associação produtiva de trabalhadores da catação o conteúdo teórico que foi elaborado com a pretensão de nortear as práxis política, produtiva, enfim, cotidiana desses sujeitos.

Muitas vezes, trata-se de uma teoria que corresponde a uma atividade prática que ainda não se dá efetivamente ou se dá só de forma incipiente. Neste caso, conforme diria Vázquez, a prática passa a ser o fim que determina a teoria. E como todo fim, esta prática – ou mais exatamente este projeto ou sua antecipação ideal – só pode ser efetivada com o concurso da teoria que a orienta. No entanto, para se assimilar e materializar tal articulação é preciso um alto nível de consciência crítica:

Com efeito, o ser humano pode sentir a necessidade de novas atividades práticas transformadoras para as quais carece ainda do necessário instrumental teórico. (...) A prática como fim da teoria exige uma relação consciente com ela, ou uma consciência da necessidade prática que deve se satisfazer com a ajuda da teoria. Por outro lado, a transformação desta em instrumento teórico da práxis exige uma

elevada consciência dos laços que vinculam mutuamente teoria e prática, sem o qual não se poderia entender o significado prático da primeira (VÁZQUEZ, 2007, p. 256).

Tal consciência é condicionada somente pela história material construída pelo ser humano, a partir de sua práxis. No que tange aos processos de formação política do MNCR, é preciso observar os nexos estabelecidos entre a práxis pedagógica e a práxis cotidiana dos agentes envolvidos - em meio a toda contradição que lhe é inerente - como elemento fundamental para possibilitar uma efetiva elevação crítica das consciências e assim, seguindo um movimento dialético, uma elevação das práxis políticas.

A práxis, em suma, apresenta-se:

como uma atividade material, transformadora e adequada a fins. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de fins e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. Isso significa que o problema de delimitar o que é a práxis requer delimitar mais profundamente as relações entre teoria e prática. (VÁZQUEZ, 2007, p. 237)

Diante do exposto, nota-se que não é possível considerar a ação humana sem que dotada de um conhecimento prévio e, do contrário, também não é possível produzir conhecimento sem que este esteja estruturado numa realidade concreta. Logo, relacionando tais considerações às práticas pedagógicas do MNCR, entende-se que no processo formativo, o conteúdo teórico proposto pelo movimento precisa estabelecer nexos com a realidade concreta dos catadores para os quais a ação formativa é finalidade. Do mesmo modo, a prática cotidiana vivida por estes sujeitos na esfera da experiência vazia de sentidos, ou seja, “a práxis sem a compreensão da práxis”, não guarda em si a capacidade de transformação revolucionária, efetiva da realidade.

3 AFINAL, QUEM SÃO ESSES TRABALHADORES?

“Como lutadores do povo que somos e parte da camada mais pobre, marginalizada e excluída da população, nada temos a perder e nada menos podemos querer do que modificar radicalmente a estrutura desta sociedade. Para isso é importante compreender como ela funciona, as origens de toda a desigualdade, conhecer nossa história, saber de quem somos descendentes, aprender com o exemplo de luta dos antepassados; colhendo aquelas experiências que ainda podem ser aplicadas, adaptando aos dias de hoje para construção de nossa estratégia e projeto político de poder popular. (...) Índios, negros, imigrantes pobres e a mistura de todas as raças, culturas e experiências de luta fazemos do MNCR o espaço de encontro de todos(as) para construção de nossa utopia” (Cartilha de Formação, MNCR, 2005, p.4).

Este capítulo está subdividido em quatro momentos. Investir-se-á inicialmente numa busca histórica pelas origens do trabalho com os resíduos humanos, estabelecendo-se os nexos possíveis com a realidade contemporânea, com o intuito de compreender o lugar - na estrutura social - dos sujeitos que lidam com o lixo desde que este trabalho se tornou socialmente necessário. Em seguida, será empreendida uma investigação, conforme os limites estabelecidos por esta pesquisa, acerca do processo de transformação, no seio da acumulação primitiva do capital, do lixo em mercadoria e, por conseguinte, do trabalho de catação em trabalho abstrato, fundamentando-se, para isto, nos princípios marxianos de análise.

No terceiro momento, proceder-se-á uma caracterização da força de trabalho dos catadores no país, realizando um breve levantamento do quantitativo de trabalhadores, perfil socioeconômico e formas de organização política. A esta análise pretende-se conjugar a discussão sobre o caráter de informalidade destes trabalhadores, e de como, ainda assim, encontram-se na órbita da produção capitalista, produzindo valor excedente a partir dos materiais recicláveis e constituindo uma parcela super explorada da força de trabalho. No último momento, buscar-se-á questionar, com base nos princípios da pseudoconcreticidade analisados no primeiro capítulo, a realidade fetichizada que se forma em torno da reciclagem, como uma prática salvacionista, e do trabalho do catador, como um serviço ambiental de caráter primordialmente solidário.

3.1 Uma herança maldita: o pavoroso lixo social.

Tigres, badameiros, burros-sem-rabo, trapeiros, lixeiros, garrafeiros, catadores de materiais recicláveis. Trabalhadores a quem é historicamente imposta a execução de

atividades consideradas degradantes, estas figuras guardam características sociais comuns que transgridem o tempo cronológico. Desde que se identificou – em nome da preservação da saúde pública – a necessidade de separar da população urbana a imundície²³ por ela produzida, determinados sujeitos são socialmente designados, direta ou indiretamente, a despender sua força de trabalho na limpeza dos espaços habitados e no trato com os dejetos humanos. Insegurança e perigo na lida com tais substâncias de extrema insalubridade, se tornaram critérios na definição da mão-de-obra para trabalhar num dos serviços públicos (remoção de lixo, dejetos e cadáveres) mais vis.

Dado que a geração de resíduos é uma condição inexorável à existência humana, – sejam provindos do metabolismo humano ou das atividades produtivas –, o convívio das civilizações com os próprios dejetos têm representado historicamente um desafio tão incômodo quanto complexo, conforme o processo de produção material e as formas de organização social estabelecidas.

Até o final do século XVII, a produção de resíduos oriundos das atividades humanas era basicamente orgânica: se limitava a restos de comida, sobras dos insumos naturais utilizados na produção material e dejetos, substâncias facilmente degradáveis. Ainda que mecanismos de reutilização destes resíduos fossem se desenvolvendo ao longo do tempo, sendo intensamente aproveitados tanto na agricultura, como na manufatura ou no artesanato, não se alcançava sua reutilização integral.

Com o crescimento de cidades e povoados, quanto maior a aglomeração humana, maior a geração de resíduos e sua vasta parcela não reaproveitada, destinada ao acúmulo a céu aberto ou ao despejo em águas de rios e mares. Os avanços obtidos pelas Cidades Antigas²⁴ em tentativas de implementar técnicas de limpeza urbana foram desprezados consideravelmente ao longo da Idade Média – numa era em que o convívio direto com os dejetos produzidos se tornou densa realidade cotidiana. O contato da população com o lixo exposto representava pavor e repulsa. Em parte, devido à forte influência de uma concepção

²³ O termo imundície, bastante usado no Brasil até 1950, podia significar indistintamente os dois tipos de rejeitos: tanto o lixo (resíduos sólidos) como as águas servidas (fezes, urina, etc. que não podem ser considerados lixo, porque derivam do metabolismo e não da produção ou da atividade humana) e até mesmo corpos humanos. Somente a partir da segunda metade do século XIX se passa a distinguir claramente os tipos de rejeitos, quando estes passam a ser coletadas separadamente através do esgotamento sanitário. (Souza, 2007, p.17) (Eigenheer, 2009, p.16)

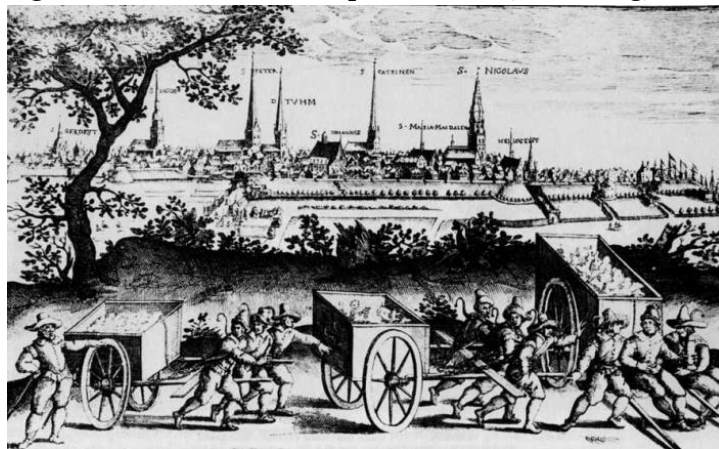
²⁴ Mesmo de forma precária e experimental, diversas cidades do Império Romano desenvolveram técnicas de coleta e tratamento de seus dejetos e águas servidas buscando evitar a exposição absurda da população a seus dejetos. Tais medidas de sanitização urbana, por sua eficácia, são consideradas contribuições significativas no entendimento dos princípios sanitaristas contemporâneos, com destaque para Ur, Atenas, Roma e Grécia. Na maior parte dos casos, aos prisioneiros de guerra e apenados era reservada a responsabilidade da limpeza pública (EIGENHEER, 2009).

miasmática das doenças²⁵, noutra parte, devido a fatores culturais, inclusive religiosos, que não nos cabe aprofundar nesta pesquisa²⁶.

Foi em meados do século XIV que a relação de repúdio com os restos humanos conheceu seu ápice na Europa: excrementos e entulhos eram despejados abertamente nas ruas e ali ficavam expostos, sem tratamento, contribuindo para tornar alarmante a incidência de epidemias e pandemias de pestes letais. Firmava-se aí, portanto, a crença de que o “ar infeccionado”, resultante da putrefação e decomposição de matérias orgânicas, era, por si, responsável pela disseminação de doenças (SOUZA, 2007, p. 16).

Para lidar com tão pavorosa matéria, eram designados os seres humanos considerados execráveis. Apesar de, ainda no séc. XVII, ter-se registro do uso de técnicas alternativas malsucedidas, como a que consistia em se recorrer a porcos para manter uma certa limpeza nas ruas (JUNCÁ, 2004, p. 47), as continuadas frentes de trabalho se tornavam cada vez mais necessárias à medida que se avolumava a quantidade de refugos produzida pela população que ia se adensando caoticamente nas cidades emergentes²⁷.

Figura 1 - Prisioneiros transportando lixo, Hamburg, 1609.



Fonte: Eigenheer, 2009.

Velloso (2008) nos conta que:

Neste período, os serviços de limpeza estiveram frequentemente subordinados ao carrasco da cidade e eram executados pelos seus auxiliares. As tarefas ligadas aos restos, inclusive o destino de cadáveres, eram delegadas a prostitutas, prisioneiros de

²⁵ A concepção miasmática das doenças foi uma teoria secular cujas emanções e decomposições das substâncias eram apontadas como ameaças à população. Em vigor até o século XIX, foi refutada mais tarde pela “teoria microbiana das doenças, que trouxe uma radical mudança na visão da saúde pública e da atenção em relação aos nossos dejetos” (EIGENHEER, 2009, p. 70).

²⁶ Ver EIGENHEER, 2009, VELLOSO, 2008.

²⁷ No final da Idade Média, era difícil se controlar o volume produzido, principalmente nas cidades maiores. Em Bordeaux, na França, tal volume era tão grande que as pilhas de refugos existentes nas proximidades dos portões que circulavam a cidade, chegaram a se constituir em perigo não só em termos de saúde, mas também de segurança, uma vez que através de tais pilhas era possível se escalar suas muralhas. (JUNCÁ, 2004, p. 47).

guerra, condenados, escravos, ajudantes de carrascos e mendigos. (...) Segundo Hösel, na cidade de Berlim na Alemanha, começou-se a empregar prostitutas na limpeza das ruas, usando-se como argumentação o fato de que elas “usavam mais as ruas do que os outros cidadãos” (Op. Cit., p. 6).

O temor e a conseqüente repulsa social pelo convívio com perigosos resíduos se estendiam às pessoas que trabalhavam diretamente com esta matéria, àqueles designados a lidar com as imundícies: os “escravos, prisioneiros, condenados, prostitutas, mendigos, entre outros grupos apontados como inferiores na sociedade” (Souza, 2007, p. 17). A marginalização social, fundada essencialmente na estrutura de uma sociedade de classes, neste caso é agravada pela postura de pavor, dada a identificação dos sujeitos que lidam com o lixo – durante o exercício de suas atividades – como figuras que podem ameaçar a saúde e a higiene social, motivando uma reação generalizada de afastamento por autopreservação.

Tal trato discriminatório tende a se reproduzir, conforme observa Eigenheer (2003), aos trabalhadores que atuam nas esferas da estrutura social que inevitavelmente expõem as abjeções humanas. Em nome da manutenção de um *status quo* limpo, higienizado, desenvolve-se a necessidade de esconder, ou se possível, banir as manifestações consideradas molestas ao convívio social. De acordo com o autor:

[...] tanto as pessoas que trabalham com o lixo como os locais em que ele é disposto recebem tratamento negativo similar ao de pessoas e espaços ligados a outras “produções” da sociedade igualmente antigas e indesejadas, como cemitérios, manicômios, hospitais terminais, prisões, áreas de prostituição e albergues para mendigos. São lugares malditos, relegados de preferência aos “cantos” e à “periferia” da cidade. Aqueles que trabalham nesses lugares são discriminados, e em muitos casos, considerados cidadãos de terceira categoria. (2003, p. 21).

Na esteira das várias contradições que guardam as sociedades de classes, aqui reside uma de suas interessantes expressões: ao mesmo tempo em que determinados setores da sociedade desejam eliminar estas figuras (os sujeitos pavorosos) de seu convívio, tentando higienizar os espaços transitáveis de tais “sujeiras sociais”, o trabalho que executam é tido como imprescindível. Trata-se de sujeitos considerados desprezíveis, perigosos, mas extremamente necessários à manutenção de uma asseada ordem social hegemônica. A necessidade de uma força de trabalho que execute os fazeres torpes, torna esta mesma força de trabalho socialmente importante; senão, a quem seria devido executar tais ofícios?

No Brasil colônia e império, eram os escravos que realizavam o trabalho com as ditas imundícies. A estes era dado o apelido de cabungos ou tigres²⁸. O serviço de limpeza

²⁸ “Gilberto Freire (1999, p.461) afirma que numa escala classificatória, os escravos ligados ao carregamento de lixo e dejetos se situavam na escala mais baixa.” Quanto à origem deste apelido dado pela população aos

urbana rendia lucros aos senhores de escravos que recebiam os pagamentos do Estado pelos serviços prestados. Outra forma de conseguir a mão-de-obra necessária para a realização destes serviços públicos era “a utilização de prisioneiros, que podiam ser escravos, bem como negros livres e libertos; o que representava uma oportunidade para que a câmara realizasse suas ações sem ônus para seus cofres” (Souza, 2007, p. 60). Os tigres - escravos propriedades de menor status ou valor patrimonial -, eram considerados figuras absolutamente ameaçadoras:

[...] apontados como estorvo, uma vez que interrompiam ou impediam os habitantes da cidade de se regalarem com o frescor da noite de verão, principalmente por causa do mau cheiro que exalavam no transporte dos dejetos pela cidade.(...) À noite, a população se afasta, se acaso surgem esses tristes operários do labor imundo. Mas ninguém lhes escapa. Eles semeiam, a cada passo, a vingança, e mais tarde, confirmando a infecção, chegam as exalações que acarretam a morte, as febres e as pestes: o cortejo do tigre. (Op. Cit., p.75)

Figura 2 - “Tigre”, J.C. Guilhobel, Rio de Janeiro, 1814.



Fonte: *Eigenheer* (2009)

Em suma, ao buscarmos apreender o perfil social dos sujeitos designados historicamente a trabalhar com os dejetos humanos, nos deparamos com o fato pouco surpreendente de que é pelas mãos das classes subalternas que os serviços de limpeza e higienização se realizam nas cidades desde as civilizações urbanas mais remotas, mas aqui é desvelado também o fato de que de dentro desta classe, numa espécie de hierarquia de torpezas, é a considerada “escória social” o segmento destacado para a realização de um labor com valor que se correlacione ao seu.

escravos, existem várias possibilidades observadas por historiadores. Um fato curioso é que os barris em que transportavam os excrementos também eram chamados de Tigres. Não se sabe se o nome da coisa se estendeu aos escravos ou o contrário, numa relação de identidade entre “coisas””. (Souza, 2007, p. 65).

Como pudemos ver no primeiro capítulo, a práxis produtiva - o trabalho -, atividade vital que primeiramente estabelece a relação do ser humano com a natureza, humanizando-o, é a práxis fundante, a que eleva o homem da condição de ser natural a ser social. Em si, como em todas as outras práxis, no trabalho existe, imanente, um processo, além de produtivo, também educativo, pois à medida que o ser humano transforma a realidade de modo produtivo, transforma também a si mesmo como sujeito, desenvolvendo ao mesmo tempo formas de compreensão desta realidade e de si, efetuando neste momento um processo de auto-formação, numa simbiose contínua entre o processo educativo e o processo da atividade material transformadora.

No processo produtivo, o trabalhador estabelece, inelutavelmente, uma relação com seu objeto de trabalho. Porquanto, ao transformar o meio natural, o ser humano transforma também sua própria natureza, sendo este um movimento essencial à formação humana. Marx expõe com clareza tal relação:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza (MARX, 1988, p. 142).

Ao dizer que o trabalho cria o homem, e que, por força da dialética, o homem cria a si mesmo pelo trabalho, Marx evoca a função mediadora do trabalho na relação entre ser humano e natureza; uma relação ontologicamente pedagógica. Tal mediação, ainda segundo Marx (1988), independe da forma social hegemônica, pois este (o trabalho) representa um elemento imprescindível à vida humana em seu processo de existência, na produção de valores de uso que permitam a reprodução da espécie. A práxis produtiva, pois, que guarda um significado essencial no universo da sociabilidade humana, para além de meio de vida, forma a identidade do sujeito e principalmente a existência do ser social, ainda que essencialmente conjugada às demais práxis.

Conforme Sousa Jr. (2013):

O caráter fundante da categoria ontologicamente primaz se afirma exatamente porque ela é a atividade através da qual o ser social se faz enquanto tal num processo contínuo e constante de auto-formação, auto-transformação. O trabalho move, movimentando, um processo pedagógico do homem como ser genérico e como ser social. É através do trabalho, da sua ação sobre o mundo natural, como dinâmica do

mundo histórico-social, portanto, como ação com os outros, mediada linguisticamente e dirigida conscientemente que o homem aprende a ser e aprende a operar o/no mundo (Op. Cit., p. 5).

O autor faz referência aqui ao princípio educativo do trabalho – inerente ao trabalho em geral –, que se efetiva a partir das diversas formas sob as quais o ser humano se objetiva no mundo. Considerando que o referido processo pedagógico somente é possível quando se está inserido num contexto de relações sociais, a *auto-formação* e *auto-transformação* apesar de dizerem respeito ao sujeito que trabalha – que se relaciona diretamente com o objeto –, também se manifesta nas relações em que este ser firma socialmente. Marx explica que somente por meio da práxis tal processo se consolida:

Toda auto-alienação do homem, de si mesmo e da natureza, manifesta-se na relação que ele postula entre os homens, para si mesmo e para a natureza. (...) No mundo real prático, a auto-alienação só pode revelar-se mediante a relação prática com outros homens. O meio pelo qual a alienação ocorre também é prático. Por consequência, o homem, por meio do trabalho alienado, não só produz a sua relação com o objeto e com o ato de produção como com homens estranhos e hostis, mas produz ainda a relação dos outros homens com a sua produção e com o seu produto, e com a relação entre ele mesmo e com os outros homens. (MARX, 1993, p. 119)

No caso do trabalho com as imundícies, a identidade do sujeito também vai se formando no curso da ação mútua que se estabelece no processo de recolhimento, transporte e destinação dos resíduos. Quando o escravo, o prisioneiro ou a prostituta dispendiam seus músculos, sua energia, sua capacidade intelectual, enfim, sua força de trabalho com aquelas matérias, dispendiam ali um tanto de si, objetivando-se nas matérias transformadas pelo seu trabalho ao mesmo tempo conformando sua subjetividade naquele metabolismo que, sendo repugnante, não deixa de ser educativo, formador de sujeitos. Em se tratando de uma atividade degradante, que não só ‘desumaniza o Homem’ (MARX, 2002) por ser alienada e estranhada, mas ainda é asquerosa e ocupa os mais rebaixados estratos dos fazeres de trabalho, é possível que se questione a função pedagógica, o caráter formativo deste trabalho.

Ora, tomando-se por educação todo o processo de formação humana estabelecido nas práticas criadoras, transformadoras, nas objetivações gerais e nas relações sociais praticamente constituídas, aqueles trabalhos não escapam à regra. Educar/formar não é apenas construir personalidades solidárias, criativas, éticas, etc., “o trabalho tem caráter educativo porque ele põe, constrói, afirma ou modifica o ser social independentemente da direção ou perspectiva para a qual aponte esse processo” (SOUSA JR., 2013, p. 15). Toda atividade objetivada materialmente, toda práxis, forma o ser social, não importando se tratar de uma atividade considerada edificante ou não.

Assim corrobora Kuenzer (1989) quando sintetiza um dos pressupostos marxianos sobre a pedagogia do trabalho:

[...] o homem se educa se faz homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação, e portanto, de humanização e de desumanização (Op. Cit., p. 11).

Portanto, a identidade formada pelo trabalhador cujo objeto de trabalho é o lixo, será bastante peculiar desde o escravo do Brasil colonial, ao prisioneiro da Roma antiga, à prostituta da baixa idade média ou ao catador de materiais recicláveis do século XXI. Conforme sua condição de classe, enquanto explorados, já ocupam posição social subalterna e ao trabalharem com dejetos, tal identidade atinge as raias da profunda degradação. Para um ofício vil e sujo, um ser humano correspondente auto identificando-se e identificado socialmente como execrável. Nestes termos, o trabalho cuja matéria é o lixo, ou os dejetos, pode ser tipificado como uma atividade mediadora entre dois estados de precariedade e degradação humana.

Note-se que até o momento, no curso destas páginas, não foi feita referência ao catador em si. Poderá ser observado mais adiante que a atividade da catação como um trabalho é um fenômeno inerente à sociedade capitalista.

Contudo, ainda que em sociedades anteriores a referida mão-de-obra que lidava com os dejetos humanos fosse predominantemente de cativos, compreender as transformações que se deram na relação destes trabalhadores com a sociedade, os aspectos conservados e os que foram modificados ao longo do tempo, nos auxiliará no entendimento do lugar que o contemporâneo catador de material reciclável ocupa e o papel social que desempenha nesta sociedade. Afinal, continuam sendo eles, apesar de inseridos noutra realidade econômica e social, os sujeitos que lidam com os restos produzidos pela sociedade e que, ainda com finalidades diferentes das de outrora, carregam imbricados consigo a herança maldita do pavor social pelo trabalho que executam.

3.2 Quando a catação vira um trabalho

“enquanto uns passam e veem lixo jogado na rua, a gente passa e vê dinheiro desperdiçado”. (Depoimento de catadora, então pres. de cooperativa em Fortaleza, ao telejornalCe, em 23 de janeiro de 2016).

3.2.1 Lixo – fonte de matérias-primas²⁹.

Até que os resíduos provindos do lixo passassem a ser considerados insumos para produção de novas mercadorias, o ato de catar, em si, não passava de uma prática corriqueira, cotidiana. Escolher materiais dentre sobras, ou mesmo encontrá-los soltos pelo ambiente, reutilizando-os com finalidades distintas, fosse no processo de produção material artesanal ou para o autoconsumo, consistia um ato de extensão da relação do ser humano com o meio e com as próprias sobras produzidas socialmente. Uma prática fundada essencialmente na transformação – pelo trabalho - de valores de uso em novos valores de uso, bem como Marx descreve:

O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua função e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção. (MARX, 1988, p. 146)

Catar, no sentido de coletar, pode-se dizer, se caracteriza como uma das mais antigas atividades humanas, tão antiga quanto o extrativismo, pois ainda que os recursos coletados não sejam naturais, também são utilizados como insumos ou subsistência direta. No sentido de compreender a essência funcional desses materiais no processo produtivo, recorreremos mais uma vez a Marx, quando este distingue objeto e meios de trabalho:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme seu objetivo. O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente – abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho – **não é objeto de trabalho, mas meio de trabalho.** (...) Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. Nas cavernas humanas mais antigas encontramos instrumentos de pedra e armas de pedra. Ao lado da pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado pelo trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho. (MARX, 1988, p.143, grifo nosso).

Conforme tal definição, entende-se os objetos coletados diretamente pelo trabalhador como meios de trabalho e deste modo, portanto, os materiais reutilizáveis, já

²⁹Adotamos aqui a concepção de matéria-prima desenvolvida por Marx, qual seja: “Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. (...)Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. (...) O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho”. (Marx, 1988, p. 143).

trabalhados, obtidos pelo ambiente. A atividade de coleta, em si, é aqui entendida como uma prática atemporal. É muito comum, por exemplo, ainda hoje, a cata de insumos feita por trabalhadores como artesãos, agricultores, artistas, para produção de seus bens finais, bem como a separação de artigos encontrados no lixo, ou soltos ao meio, para o autoconsumo (vestir, calçar, alimentar, etc.). Juncá (2004, p.54) faz referência ao ato de descarte, quando os produtos têm o fim de seu ciclo de utilidade supostamente decretado, e observa que:

Tal ato, entretanto, não faz com que o lixo desapareça. Ele apenas muda de lugar, indo, em geral, para espaços localizados longe de quem o gerou. Este longe, por sua vez, pode se referir aos locais conhecidos como lixões e aterros. Mas pode ser também um longe não tão distante da população em geral, ou seja, as oficinas de reciclagem, os museus, os shoppings, os espaços de cultura e arte, os acervos dos colecionadores. Neles latinhas de cerveja e refrigerante, jornais e papelão são usados em decorações de Natal. Velhos pedaços de plástico se transformam em peças de vestuário, bem como arames e condutores de plástico passam a compor cenários teatrais. Até o Carnaval se aproxima dos resíduos, criando fantasias e diversos adereços com os quais se desfila pelas ruas das cidades, enquanto que os museus atraem público ao exporem, em seu acervo, antigos gramofones, rádios e armas, relógios de parede, livros e discos raros, ferros de passar roupa a brasa, talheres de prata, vestidos de noiva e primeira comunhão, instrumentos musicais.

O fato que este trecho nos lembra é que os elementos recolhidos pela cata, originalmente, conservam apenas seu valor de uso³⁰, ou seja, ao serem descartados após certo tempo de uso tem seu ciclo primeiro de vida útil encerrado, porém, podem assumir novas formas de utilidade. No entanto, quando o lixo começa a ser tratado como insumo para produção de nova mercadoria, quando se percebe que a reutilização de detritos pode se configurar como um meio de acumulação capitalista, a genuína prática da catação começa a tomar outras formas e sentidos. A atividade de catação deixa de ser uma atividade baseada unicamente em seu valor de uso para ser também geradora de valor.

Na fase de acumulação primitiva do capital, ganha evidência o fato do lixo se tornar mercadoria em potencial. Marx, no primeiro capítulo do livro I do Capital, nos mostra que a riqueza, em qualquer época histórica, é constituída por valores de uso, mas nas sociedades mercantis, ela passa a ser definida pelo valor, predominantemente. Conforme a definição clássica de mercadoria proposta por Marx, segundo a qual ela aparece necessariamente com seu caráter duplo, como valor de uso e valor de troca, observamos que é a nova utilidade atribuída ao lixo que o torna passível de ser transformado em mercadoria.

Notemos que:

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu trabalho satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não

³⁰ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. (...) O valor de uso realiza-se somente no uso ou consumo. (Marx, 1988, p. 45-46)

mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (...) Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor. (MARX, 1988, p. 49)

Uma vez dotado do atributo de algo potencialmente útil, o material reciclável coletado com a finalidade de ser comercializado como matéria-prima³¹, contém em si trabalho humano cristalizado, sendo também valor. O produto da cata aparece, portanto, como “meio de trabalho e matéria-prima” (MARX, 1988) e o catador, ao atribuir valor ao lixo com o empenho de seu trabalho, por meio do qual garante sua sobrevivência material, comercializa o produto, que havia sido descartado, portanto, tido inicialmente como inútil –, com uma nova indústria, especializada em (re)transformar as mercadorias descartadas, o lixo. Esta indústria, por sua vez, promove o que se chama de beneficiamento das matérias descartadas para que retornem ao ciclo da produção de valor ou melhor, fazendo com que se abra uma nova esfera do ciclo da produção do valor através da reutilização do lixo como insumo para produção de nova mercadoria.

O material coletado do lixo passa assim a ser diretamente reaproveitado dentro do circuito de acumulação capitalista como “unidade de valor de uso e valor”, como mercadoria. Antunes (2000, p.2) recorrendo a Mészáros, explica que é esta a finalidade essencial do capital:

[...] expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, - devem estar estritamente subordinados” (idem:14). Desse modo, a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da auto-realização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem” (idem:522). Ou seja, para converter a produção do capital em propósito da humanidade era preciso separar valor de uso de valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo (...) “Com o capital erige-se uma estrutura de mando vertical, que instaurou uma divisão hierárquica do trabalho capaz de viabilizar o novo sistema de metabolismo social voltado para a necessidade da contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca (idem: 537), no qual o trabalho deve subsumir-se realmente ao capital, conforme a indicação de Marx no capítulo VI (inédito).

³¹ “Um produto que existe numa forma pronta para o consumo, pode tornar-se, de novo, matéria-prima de outro produto, como a uva torna-se matéria-prima do vinho. Ou o trabalho despacha seu produto em formas em que só pode ser usado de novo, como matéria-prima. Matéria-prima nessa condição se chama produto semi-elaborado e seria mais bem denominada produto intermediário, como, por exemplo, algodão, linho, fio, etc. Embora mesmo já sendo produto, a matéria-prima original pode ter que percorrer todo um escalão de processos diferentes, nos quais funciona sempre de novo, em forma cada vez mais alterada, como matéria-prima, até o último processo de trabalho que a expõe como meio acabado de subsistência ou meio acabado de trabalho”. (MARX, 1988, p. 145)

É, portanto, a produção de valor que submete a produção de valor de uso às necessidades de valorização do capital. Marx (1994, p. 184) afirma que: "nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existente, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador". Aqui, o aspecto produtivo não se dá no sentido de criação de valores de uso socialmente necessários, mas na apropriação de um excedente que tem origem no trabalho abstrato, produtor de mais-valia (MARX, 1988). As funções produtivas básicas, bem como o controle do seu processo, são radicalmente separadas daqueles que produzem.

Dado que a racionalidade econômica capitalista está necessariamente fundada no processo produtivo, a produção de valor se constitui como o elemento de sua principal determinação. Em tal processo, o trabalhador gera um excedente quantitativo de trabalho – a mais-valia; e sua extração é inerente à forma capitalista de produção de mercadorias. É neste momento, e não nos momentos de distribuição, circulação e consumo que se encontra o ponto central da acumulação capitalista.

Nessa esteira, o trabalho concreto de coletar elementos reaproveitáveis também assume seu caráter abstrato, gerando mais-valia. O produto das catas cotidianas, outrora dotado apenas de valor de uso e que eram e ainda são em certa medida inteiramente descartados na natureza como produtos que tiveram seu valor e sua utilidade esgotados, assume um novo papel nas relações sociais de produção. Por fim, o surgimento da catação como um trabalho abstrato se dá como um fenômeno diretamente vinculado ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

3.2.2 Supérfluos e necessários, contínua contradição...

É no cenário de constituição das primeiras grandes cidades do século XIX, com o aumento da produção industrial - quando as ruas abrigavam o despejo não só dos enormes contingentes populacionais migrantes do campo, formando um exército industrial de reserva, mas também um volume absurdo de dejetos e resíduos sólidos -, que a limpeza urbana, ainda que de forma evidentemente ineficaz, é regulamentada e assumida pelo Estado.

Deste feito, passa-se a identificar na história ocidental, duas categorias de trabalhadores, especialmente, a lidar agora com o rejeito humano: os que são contratados pelo

Estado para executarem o serviço de limpeza³² e os trabalhadores avulsos, que disputam com os primeiros as imundícies donde será extraído seu sustento. Engels (2010, p. 126) descreve a configuração de tal ‘espantosa’ disputa pelo trabalho com o lixo:

São espantosos os expedientes a que esses indivíduos recorrem para ganhar qualquer coisa. Os varredores de rua (cross sweeps) de Londres são conhecidos em todo o mundo; mas até pouco tempo atrás, também as ruas e calçadas de outras grandes cidades eram limpas por desempregados, contratados para esse fim pelas repartições encarregadas da assistência ou pelas autoridades responsáveis pela conservação das ruas; hoje existe uma máquina que, diária e ruidosamente, limpa as ruas, tirando daqueles desempregados até mesmo esse meio de sobrevivência.

Os catadores, conhecidos à época como trapeiros, compunham o que Marx chamou de lumpemproletariado. Além de indivíduos prestes a se proletarizar, as cidades atraíam uma infinidade de pessoas que não encontrariam condições materiais garantidoras da sua sobrevivência. O autor faz referência a estas “grandes massas humanas que súbita e violentamente são privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direito” (MARX, 1994, p. 831):

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. (MARX, 1985, p. 275)

O lumpemproletariado, que surge como resultado da extrema pauperização de parte das classes trabalhadoras, não constitui um segmento "excluído" da sociedade do capital. Ao contrário, o lumpemproletariado crescente cumpre um papel importantíssimo na acumulação de capital, isto é, quanto maior o contingente lumpemproletário, maior a pressão sobre o proletariado para aceitar suas condições de trabalho e salários baixos. Portanto, o proletariado do século XIX se via constantemente ameaçado pelo espectro da lumpemproletarização.

Em algumas de suas obras, Marx aponta para o que seria o conceito e o papel do lumpemproletariado³³ naquela estrutura social, conforme sistematiza Freitas (2010, p. 106):

³² No Brasil, data de 1876 a contratação da primeira firma de limpeza urbana, a Aleixo Gary, no Rio de Janeiro. Daí a designação até hoje de “gari” para alguns empregados da limpeza urbana. (EIGENHEER, 2009, p.102)

³³ O termo lumpemproletariado tem origem nos escritos de Karl Marx, porém esse autor não chegou a desenvolvê-lo de forma sistematizada e em várias obras (O Manifesto Comunista, A luta de classes na França, O 18 Brumário e O capital) o termo é mencionado, em alguns casos, com diferenças de significado. (FREITAS, 2010, p. 35)

1- Lumpenproletariat: ao pé da letra - proletariado em farrapos. Elementos desclassificados, miseráveis e não organizados do proletariado urbano (MARX & ENGELS, 2001, p. 108).

2 – Lado a lado com roués decadentes, de forma duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus (alcoviteiros), donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, **trapeiros**, amoladores de faca, soldados, mendigos - em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam la bohème; com esses elementos afins Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro (Marx, 1986, p. 71).

3 - "Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito (...)" (MARX, 1988b, p.199).

4-O lumpen-proletariado, esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predis põem mais a vender a reação (MARX, s/d, p. 29-30).

Assim como qualquer outro segmento social, o lúmpem precisava garantir suas condições mínimas de sobrevivência material. Diante de condições de extrema precariedade, “se vê coagido a obter dinheiro, seja de qual forma for: mendigando, prostituindo-se, roubando, varrendo ruas e recolhendo imundices, transportando esterco e pequenos objetos, realizando comércio ambulante ou biscates, cometendo crimes diversos, etc.” (ENGELS, 2010, p. 119) Trata-se, pois, de um segmento social, que desvinculado da produção material e vivendo numa situação de miséria extrema, tornava-se destituído de uma firme consciência política e, portanto, passível de manipulação entre as classes. Marx, ao mesmo tempo em que denuncia o apoio encontrado por Bonaparte nos lúmpem para formar suas tropas - conforme uma das citações acima -, também a considerava um apoio em potencial para as ações revolucionárias do proletariado.

Sousa (2010) corrobora essa análise quando entende que:

Na compreensão de Marx, construída dentro das condições de uma época, esse contingente composto pelo lumpemproletariado, pelo exército de reserva, a camada de Lázarus e até o campesinato tomaria parte do processo revolucionário guiado, conduzido pelo proletariado industrial, ou seja, pela classe que era portadora das melhores condições objetivas e subjetivas para conduzir as lutas sociais. (Op.Cit., p.156)

Os trapeiros, especificamente, foram alvo da atenção de teóricos e adeptos de movimentos revolucionários, que viam neles não só uma das mais degradantes consequências do sistema capitalista como também parte da estratégia revolucionária. Segundo pesquisa realizada por Eigenheer (2009, p. 118), poemas, pinturas ou notas em artigos de jornal do séc. XIX vêm comprovar a atuação dos catadores nas ruas das cidades industriais europeias.

Figura 3 - Transporte de dejetos em Berlin a noite, 1830.



Fonte: Eigenheer (2009)

Figura 4 – Edouard Manet – óleo sobre tela – 1869. O Trapeiro.



Fonte: Eigenheer (2009)

Nos comentários de Walter Benjamin, por exemplo, ao tratar da questão da boemia na Paris do Segundo Império:

Maior número de trapeiros surgiu nas cidades *desde que, graças aos novos métodos industriais, os rejeitos ganharam certo valor. Trabalhavam para intermediários e representavam uma espécie de indústria caseira situada na rua.* O trapeiro fascinava a sua época. Encantados, os olhares dos primeiros investigadores do pauperismo nele se fixaram com a pergunta muda: “Onde seria alcançado o limite da miséria humana?” Frégier lhe dedica seis páginas do seu *As Classes Perigosas da População*. Le Play fornece para o período de 1849 a 1850, presumivelmente aquele em que nasceu o poema de Baudelaire, o orçamento de um trapeiro parisiense e dependentes. Naturalmente, o trapeiro não pode ser incluído na boemia. Mas, desde o literato até o conspirador profissional, cada um que pertencesse à boemia podia reencontrar no trapeiro um pedaço de si mesmo. Cada um deles se encontrava, num protesto mais ou menos surdo contra a sociedade, diante de um amanhã mais ou menos precário. Em boa hora, podia simpatizar com aqueles que abalavam os alicerces dessa sociedade. O trapeiro não está sozinho no seu sonho. Acompanham-no camaradas; também à sua volta há o cheiro de barris, e ele também encanecceu em batalhas. (BENJAMIN, 1989, p. 16, grifo nosso.)

Além do sórdido encantamento pelas expressões que a miséria humana pode alcançar, o texto traz os trapeiros como interesse dos “camaradas” que reencontravam naqueles “um pedaço de si mesmos”. W. Benjamin indica aqui também a dinâmica de uma incipiente indústria que, mediante a adoção de novos métodos de produção, passava a atribuir valor ao lixo e absorver a força de trabalho do proletariado miserável.

Engels (2010, p.126), por sua vez, descreve, no denso cotidiano daqueles que trabalhavam com dejetos, as escassas possibilidades de acesso aos meios de produção e de trabalho autônomo:

Nas grandes vias que ligam as cidades e nas quais há muito movimento, encontra-se uma quantidade de indivíduos empurrando carrinhos de mão que, sob o risco de atropelamento, circulam entre carroças e outros veículos de tração animal,

recolhendo o esterco fresco dos cavalos para vendê-lo depois – para o que ainda pagam semanalmente alguns shillings à administração das estradas. (...) Afortunados são os “supérfluos” que conseguem arranjar um carrinho de mão e assim realizar alguns transportes; mais afortunados ainda são os que conseguem juntar dinheiro suficiente para comprar uma carroça e um burro – o animal terá de procurar comida por si mesmo ou receberá algum punhado de restos colhidos aqui e acolá, mas seu feliz proprietário ganhará um pouco de dinheiro.

Não somente o esterco era vendido. Em meados do século XIX, ainda que não houvesse indústrias de reciclagem propriamente, a adoção de resíduos retirados do lixo para serem utilizados como insumos na produção de mercadorias já se estabelecia a passos largos no cenário europeu. A aquisição de tais materiais compunha a dinâmica capitalista de desenvolver estratégias de redução dos custos de produção. Marx (1983, p. 78), em seus estudos minuciosos sobre a estrutura do capital, percebe que “com o modo de produção capitalista, amplia-se a utilização dos excrementos da produção e do consumo” e identifica este processo como um meio de economia do capital constante³⁴. Para ele, conforme a lógica de acumulação capitalista, “o encarecimento das matérias-primas constitui, naturalmente, incentivo para a utilização dos resíduos”, operado pelas indústrias, em parte, pelo “aproveitamento dos excrementos de produção”.

No livro 3 do *Capital*, o autor revela como a utilização de resíduos industriais à época já desempenhava um papel significativo no custo da produção. Os excrementos da produção nas indústrias de algodão, linho, lã, seda, ao serem reutilizados como insumos reduziam o preço das novas mercadorias, astúcia possível mediante a economia com os custos do capital constante. Importante redução, pois ao dono dos meios de produção, possibilita a elevação da taxa de lucro, se mantidas sob controle as grandezas de capital variável e, portanto, de mais-valia. Um dos exemplos usados por Marx de que esse processo já gozava de intensa adesão entre os capitalistas de sua época³⁵, é o da indústria inglesa da seda cujo “consumo de seda crua genuína (na produção) diminuiu algo, enquanto o dos resíduos de seda dobrou” (MARX, 1983, p. 79).

³⁴ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável”. (MARX, 1988, p. 163).

³⁵ Cabe lembrar, contudo, que há diferenças entre a reutilização de resíduos de matérias-primas que resultam do processo produtivo; e a reutilização de restos de mercadorias (lixo) que já cumpriram todo o circuito da produção ao consumo final e adquirem novo valor). A principal diferença é que essa segunda só ganha relevo após a crise estrutural atual. A primeira esboça seu início ainda no século 19. A segunda envolve a “reutilização” de um trabalho vivo – seres humanos - também descartados. A primeira não expressa o avanço da barbárie social enquanto a segunda expressa a própria barbárie.

Ademais, o autor ainda relaciona as condições necessárias para que a indústria pudesse reaproveitar os excrementos na produção em sua época. São:

a disponibilidade em massa de tais excrementos, que resulta apenas de trabalho em larga escala; melhoria da maquinaria, com a qual materiais que antes, em sua forma dada, não eram utilizáveis são transfigurados para servirem à nova produção; progresso da ciência, especialmente da Química, que descobre as propriedades utilizáveis de tais resíduos. Todavia, também na pequena agricultura, praticada em escala de jardinagem, como, por exemplo na Lombardia, no sul da China e no Japão, ocorre grande economia dessa espécie (MARX, 1983, p. 78).

A primeira condição se relaciona à expansão da produção de mercadorias, inevitavelmente geradora de resíduos e, como se sabe, condição inexorável à manutenção sociometabólica do capital. A segunda, ao desenvolvimento tecnológico a serviço da indústria de recicláveis. Marx aqui já apontava para uma realidade emergente. Neste mesmo período, a sociedade industrial europeia, junto ao Estado, começa a investir nas primeiras tecnologias de coleta seletiva e de reciclagem industrial, propriamente.

Ora, para além da redução de custos com a matéria-prima, a indústria de reciclagem também se beneficia com a redução de custos no transporte de insumos, visto que, de grande parte do processo de circulação, o que é coletado nas ruas é transportado diretamente pelo catador, o que representa significativa redução de custos no processo produtivo final. Atentos a tamanhas possibilidades de expansão da taxa de lucro, o setor industrial inicia suas operações com indústrias especializadas em reciclagem e o então fornecimento direto de ‘matérias-primas’ revivificadas³⁶ ao mercado.

Figura 5 - Galpão de triagem de lixo, em 1900, cidade de Munique/Alemanha.



Fonte: Eigenheer (2009)

³⁶ Consta, por exemplo, num dos registros de atuação das indústrias de reciclagem ao final do século XIX, que as próprias “fábricas de carro de Detroit recolhiam o papel oriundo dos sanduíches de seus funcionários, passando a vendê-los para reciclagem”. (JUNCA, 2004, p. 48).

Além destes, um promissor segmento industrial passa a se especializar na queima do lixo – por meio de incineradores – e a ocupar confortável espaço na disputa pelos lucros advindos dos excrementos humanos. Este segmento surge como uma estratégia de eliminação do lixo, como parte do plano de gestão pública dos resíduos sólidos. Eigenheer (2009, p.70) demonstra o paradoxo de como a expansão da indústria de incineradores se deu de forma acelerada, ainda que a gestão pública dos resíduos apresentasse notória estagnação:

As tradicionais concepções de tratamento de resíduos sólidos são aperfeiçoadas. A fogueira inspira os incineradores. O primeiro a operar satisfatoriamente para lixo foi construído em Londres, em 1875. Em 1900 a Inglaterra já dispunha de 121 incineradores. A coleta seletiva de lixo inicia-se nos Estados Unidos e chega depois à Europa, ainda que de forma incipiente. Contudo é importante salientar que apesar das inovações e dos aperfeiçoamentos da limpeza urbana que ocorrem, e mesmo com o uso de incineradores, unidades de triagem e de reaproveitamento do lixo, a questão da destinação final continua muito precária, inclusive na Europa, até a segunda metade do século XX. Quase sempre, quando coletado, o destino do lixo era o mar, os rios e áreas limítrofes.

Com o estabelecimento das indústrias de reciclagem e de incineração, o trabalho de coleta realizado pelos catadores - informal, precarizado - se torna cada vez mais necessário no processo de acumulação capitalista. Em nota de revista de 1936³⁷, o negócio da reciclagem industrial é considerado o quinto maior da Inglaterra, representando grande peso na economia de países ou regiões industrializadas. Segue trecho da nota:

A indústria da reciclagem pode ser uma aliada da limpeza urbana, mas na verdade tem vida própria. A destinação de materiais para a reciclagem desvia, certamente, materiais da rota da coleta e dos aterros. Ela é feita entre nós pelos catadores, por firmas especializadas, e em parte pela coleta seletiva. Contudo, devemos ter presente que esta última é onerosa e não deve estar voltada unicamente para os materiais industrialmente recicláveis.(...) Existe uma enorme indústria de reciclagem no organismo social moderno. **Fui informado por um consultor competente, que o negócio de reciclagem, quando avaliado como um todo, é a quinta maior indústria na Inglaterra. Esta indústria recicla tudo; de ferro velho a vigas de aço, maquinaria descartada, entulho de obra, garrafas, tecidos e pneus velhos.** É, atualmente, um serviço sujo e mal organizado onde predomina o suor, a falta de higiene e a desonestidade. O emporcalhamento das paisagens é um dos males menores advindos do manuseio de materiais de reciclagem de maneira desregrada (EIGENHEER, 2009, p. 119, grifo nosso).

Dadas as condições favoráveis de produção, o negócio da reciclagem se revela como um segmento altamente lucrativo para a sociedade industrial. Configura-se como um setor estratégico no processo de reprodução capitalista; absorvem grande fatia da força de trabalho da massa de operários desempregados, valendo-se assim de uma das leis fundamentais de funcionamento desse sistema produtivo: “genericamente, quanto maior a

³⁷ Wells, H.G. The Outline of Man's Work and Wealth. New York: Garden City Publishing Co, Inc., 1936, p.190. In Eigenheer (2009).

força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor seu valor” (MARX, 1988, p. 49). Em essência, o capitalismo se estabelece na lógica de uma vigorosa e incessante descartabilidade das mercadorias produzidas e, como aqui demonstramos, dos sujeitos que as produzem.

3.2.3 Catadores de materiais recicláveis no Brasil: expressão de uma crise estrutural.

No Brasil, no rastro da sombra do capitalismo europeu - a atividade industrial de reciclagem começa a se desenvolver ao final do século XIX. Neste período, encontram-se centenas de catadores trabalhando espalhados pelos lixões do país. O trecho abaixo traz uma nota do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1895, que classifica a “indústria do lixo” como a mais curiosa da cidade e descreve a violência extrema com a qual os “lixeiros” eram tratados:

“Sabem vosmecês qual a industria mais curiosa do Rio de Janeiro? A do lixo, com laboratorio nas ilhas da Sapucaia e do Bom Jesus. Para ali vão todos os residuos da grande Capital. O immenso acervo de lixo já aterrou parte do mar circunvizinho, e ameaça emendar as duas ilhas, transformando-as em um único banco de immundicies accumuladas. Uns officiaes invalidos da patria, que residem na Ilha do Bom Jesus, na face fronteira à da Sapucaia, vendo imminente a invasão daquella estrumeira até à frente de suas casas, resolverão defender-se... a tiro! Quando os lixeiros se approximão um pouco, elles agarrão nas carabinas e fazem fogo. De polvora secca, está visto, mas os lixeiros disparão em todas as direcções, porque estão bem avisados de que a terceira descarga é de bala. Ri-me a valer, acompanhando as peripecias deste sitio siu generis. Os lixeiros são todos ilhéos, hespanhóes ou filhos da Galliza. Explorão aquelle monturo como se explora uma empreza vasta, complicada e rendosa. Uma verdadeira alfandega! São uns quarenta ou cincoenta, muito unidos e amigos, e que do Rio de Janeiro só conhecem a Sapucaia. Dividem entre si, com todo o methodo e ordem, os variados serviços das diversas repartições do lixo. Tudo alli é aproveitado, renovado, re-utilizado e reventido.(...) **E transformação tudo em dinheiro. Trapos, vendem às fabricas de papel; garrafas, às ditas de cerveja; ferros e metaes, às fundições; folhas de flandres, aos funileiros; cacos de louça e crystaes, às fabricas de vidro.** Só não vendem os viveres deteriorados, com medo do Instituto Sanitario. Comem-nos!(...) Há muitos aventos que escondem a bolada em colxões velhos...Há lixeiros enriquecidos pelos colxões...Esses hespanhóes e ilhéos são muito dóceis, trabalhadores e disciplinados... Vivem satisfeitos e tranuillos, só sahindo da Sapucaia para regressarem à terra, recheiados de libras”. (EIGENHEER, 2009, p. 114, grifo nosso.)

Conforme a nota, observa-se que a população de catadores neste período era formada principalmente por estrangeiros miseráveis, privados de relações formais de trabalho, que revendiam o produto da cata, mas também se alimentavam, vestiam, enfim, subsistiam diretamente de tais materiais. Interessante destacar a menção à sua auto-organização

produtiva, quando “dividem entre si com todo methodo e ordem, os variados serviços das diversas repartições de lixo”. Ademais, ‘os lixeiros’ eram temidos e rechaçados pela população em função do labor que executavam, tal qual se dava em épocas precedentes. Apesar de já saltarem aos olhos curiosos da população urbana, a quantidade de catadores não era ainda tão expressiva no país.

Na primeira metade do século XX, contudo, apresenta-se o crescimento paulatino das grandes cidades e a ampliação do êxodo rural, com a perspectiva de um significativo aumento na produção industrial no país – o chamado milagre econômico brasileiro. No início da década de 1970, a população que deixava o campo buscava, sobretudo, os centros metropolitanos onde o estabelecimento de polos industriais apontava possibilidades de emprego. “Nesse contexto, novas formas de miséria vão-se delineando, modificando as antigas conformações da pobreza” (BURSZTYN, 2000, p. 29).

É no curso deste delicado momento de transformações conjunturais que se registra um significativo avanço no número de trabalhadores ocupando-se do ofício da catação no Brasil. Conforme Alencar (2007, p. 4), “a aparição de catadores em lixões ocorre com maior intensidade a partir da década de 1950, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, então principais polos de movimentos migratórios”. O autor relata:

No início da década de 1960, metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, com 3,7 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, já conviviam com grandes contingentes de catadores em lixões. Com uma produção diária de aproximadamente 1.700 toneladas de resíduos sólidos, o município de São Paulo embora possuísse dois incineradores (Pinheiros, inaugurado em 1949 com capacidade para 200 ton/dia e Ponte Pequena, inaugurado em 1959 para receber 150 ton/dia), a maioria dos resíduos sólidos gerados no município eram depositados em vazadouros a céu aberto (lixões) (ALENCAR, 2007, p. 7).

Este fato nos indica uma questão central para que se entenda o desenvolvimento da indústria de reciclagem no país: a reciclagem no Brasil só se efetiva com o surgimento de uma numerosa força de trabalho desocupada (BOSI, 2008). Como se viu há pouco, uma das características essenciais do funcionamento do setor de reciclagem é que este se dá em grande parte, baseado no trabalho vivo³⁸. O fortalecimento deste negócio como lucrativo, portanto, não pode ser atribuído às tecnologias disponíveis para a atividade de reciclagem, mas à incapacidade do sistema capitalista de absorver a força de trabalho disponível.

³⁸ Em sua obra *O Capital* Marx (1998) faz uma distinção entre trabalho vivo e trabalho morto. O trabalho cuja utilidade é representada no fato de que seu produto é um valor de uso, ou seja, indispensável à produção e reprodução humana, Marx dá o nome de trabalho vivo. Ainda segundo esse autor, o conceito de trabalho morto encontra-se intrinsecamente relacionado ao conceito de trabalho abstrato, ou seja, aquele que se encontra contido na mercadoria, e que tem como fim a produção de mais valia.

Trata-se de um contingente que se apresenta como resultado da crise estrutural experimentada pelo capital em meados da década de 70, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível de capital são expressão. Crise que, dentre as severas consequências sofridas pela classe trabalhadora, pode-se mencionar “o enorme desemprego estrutural, um crescente número de trabalhadores em condições precarizadas e desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores” (ANTUNES, 2000, p. 15). O fechamento de grandes fábricas do setor têxtil e a retração de outros significativos setores da economia que empregavam numerosa mão-de-obra, como o da construção civil, dentre outras causas estruturais, provocaram o deslocamento de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho para o setor informal, os quais precisaram adotar estratégias de sobrevivência das mais precárias, inseguras e insalubres. A atividade de catação de materiais recicláveis, por seu turno, antes considerada residual, começa a crescer vertiginosamente, expondo as chagas de um modelo de desenvolvimento social no qual a preservação da vida humana, por essência, não pode ser priorizada.

É exatamente no ápice de tais crises, que se desnuda outra contradição central – uma das mais severas - do sistema capitalista: enquanto a situação de miséria social da classe trabalhadora é promovida e agravada, em simultâneo, se efetiva um avanço extraordinário das forças produtivas. Esta condição, compreendida aqui como inerente à acumulação capitalista, resulta da maneira como as forças produtivas ao se desenvolverem, desenvolvem também relações organicamente antagônicas. Sobre este aspecto contraditório do desenvolvimento histórico, Marx afirma que:

[...] o próprio momento em que a civilização começa, começa a produção a basear-se no antagonismo das ordens, dos Estados, das classes, enfim no antagonismo do trabalho acumulado e do trabalho imediato. Sem antagonismo não há progresso (...). Até o presente, as forças produtivas desenvolveram-se graças a esse regime de antagonismos de classes. Dizer agora que estando satisfeitas todas as necessidades de todos os trabalhadores, os homens podiam dedicar-se à criação de produtos de uma ordem superior, às indústrias mais complicadas, seria abstrair do antagonismo de classes e subverter todo o desenvolvimento histórico. É como se quisesse dizer que como se alimentavam moreias em piscinas artificiais, no tempo dos imperadores romanos, havia com que alimentar abundantemente toda a população de Roma; a verdade é que pelo contrário, faltava ao povo romano o necessário para comprar pão, ao passo que aos aristocratas romanos não faltavam escravos para serem dados de alimento às moreias (MARX, 2003, p. 55).

A abundância produzida no capitalismo, portanto, não significa necessariamente abundância para toda a sociedade. E mesmo que não tenhamos mais escravos jogados às moreias, temos diariamente trabalhadores jogados em uma condição de degradação material e moral. Não são apenas os que estão desempregados, mas também uma grande parte - como os

catadores - que estão trabalhando e vivendo em ruas e lixões. O MNCR, em uma de suas cartilhas de formação política, denuncia:

o surgimento da categoria catadores de materiais recicláveis é resultado de um modelo de acumulação capitalista, baseado num processo de industrialização desigual, que atraiu grandes contingentes do povo brasileiro para as cidades, sem lhes garantir perspectivas de emprego e vida digna. A profissão de catador, muitas vezes, é a única saída encontrada para garantir a sobrevivência através da catação dos materiais recicláveis descartados pela sociedade. (MANUAL AMIGO DO CATADOR, nível 2, 2009, p. 8)

Em pleno século XXI, os catadores – trabalhadores funcionais à lógica destrutiva do sistema metabólico do capital –, são expressões da miséria social produzida pela opressão socioeconômica escancarada nos países periféricos, que em cadeia, se submetem aos ditames do domínio imperialista global. Em países considerados centrais, tal ocupação inexistente. Onde o Estado atua em parceria com o setor industrial e a tecnologia funciona a serviço da coleta seletiva, o processo de reciclagem é controlado integralmente pela iniciativa privada³⁹. O material reciclável é recolhido diretamente dos geradores (pequenos e grandes) pelas empresas de coleta e encaminhado às indústrias recicladoras, ambos utilizam-se de uma força de trabalho contratada formalmente, tornando desnecessário o trabalho primário de coleta que os catadores realizam em países de economia periférica.

Nestes países, segundo Freitas (2013, p.13), “o aumento no tempo de rotação do capital se dá a partir da maior dedicação do catador à atividade. Com seu trabalho, ele consegue garantir o movimento suficiente para que a cadeia produtiva se consolide sob o comando do capital”, já que os vínculos de trabalho com o capital - para que sua acumulação esteja garantida -, não precisam consistir necessariamente em relações formais, mas estarem sob seu domínio. O fato é que apesar das mudanças qualitativas e quantitativas advindas das reestruturações produtivas sociometabólicas do capital, sua base de acumulação ainda reside na exploração sistemática do trabalho vivo.

No Brasil, a profissão de catador de material reciclável foi oficialmente reconhecida pelo Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, desde 2002, como uma categoria

³⁹ “Importante ressaltar que o sistema de coleta de lixo dos países de primeiro mundo foi desenvolvido, principalmente, pelo interesse econômico dos governos”. Ana Maria Domingues Luz, presidente do Instituto Gea-Ética e Meio Ambiente. Em 2012, sob o lema “Lixo torna-se ouro”, a União Européia (UE) divulgou um relatório com um ranking de países mostrando a eficiência no tratamento de lixo e na reciclagem, assim como os benefícios econômicos que o países conseguiram com os resíduos. A Alemanha foi a campeã no quesito reciclagem, seguida por países como Holanda, Bélgica, Áustria e Suécia. (...) Em relação à economia, o tratamento de resíduos emprega cerca de 2 milhões de pessoas em toda a Europa. Em 2008, o bloco informou que o faturamento no setor foi de 145 bilhões de euros e que o número poderia ser ainda mais expressivo caso a política de tratamento de resíduos fosse seguida à risca”. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/especiais/estrutural>>. Acesso em: 12 set. 2017.

profissional, devidamente registrada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo estes identificados sob a descrição de *Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável*⁴⁰.

3.3 Breve caracterização da força de trabalho dos catadores no Brasil

Trabalhadores que têm composto, nas últimas décadas, o cenário cotidiano das grandes cidades, eles acompanham a rota do lixo e constituem a figura urbana emblemática do sujeito tracionando seu carrinho pelas ruas ou revirando os sacos nas calçadas. Uma verdadeira legião de trabalhadores sobrevive dos resíduos extraídos do lixo, bem como eleva-se um novo empresariado que vive da exploração dessa força de trabalho.

Embora não haja, no território brasileiro, um levantamento preciso da quantidade de catadores distribuídos entre as ruas, lixões e galpões, estima-se que existam aproximadamente um milhão de indivíduos ocupados neste ofício atualmente⁴¹. No entanto, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013 – a mais recente pesquisa institucional realizada no país – a força de trabalho dos catadores é formada por 400 mil trabalhadores que se autodeclararam Catadores de Resíduos. O IPEA admite e justifica a possível disparidade entre as estimativas, uma vez que, segundo o instituto, as diferenças de nomenclaturas da função dos catadores utilizadas nos últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tendem a dificultar a análise e a comparação de dados sobre esses trabalhadores. Conforme o IPEA:

Até então, os catadores eram identificados nessas pesquisas por diferentes nomenclaturas utilizadas ao longo do tempo, muitas delas rechaçadas por eles próprios, por identificá-las como pejorativas. Para se ter uma ideia, no Censo 1991, em Outras ocupações e ocupações mal definidas, constava a atividade de lixeiro. No Censo de 2000, a atividade de lixeiro foi substituída por catadores de sucata. Apenas no Censo de 2010 a atividade está representada como coletores de lixo e material reciclável, classificadores de resíduos e varredores e afins. Essa denominação está mais próxima daquela utilizada pela CBO e também da forma como os catadores se identificam, possibilitando, assim, uma análise social mais ampliada acerca desse público em todo o território nacional. (BRASIL, 2013, p. 42)

⁴⁰ Registrados sob o cód.5192-05, cabendo a eles a função de: “coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.” Ministério do Trabalho e Emprego(MTE). Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbosite>>. Acesso em: 07 jan. de 2017.

⁴¹Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, 2014. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

Outro fator relevante para a considerável margem de erro na obtenção destes dados é que a pesquisa Censo conta as pessoas por domicílio e, portanto, os trabalhadores sem teto ou moradores em áreas irregulares não são contabilizados. Neste caso, os catadores que trabalham e moram nas ruas ou em lixões a céu aberto, ou ainda aqueles que possuem residência definida, mas dormem na rua ou no local de trabalho durante uma parte da semana, voltando para casa geralmente aos fins de semana – realidade presente em todo o território nacional – são excluídos das estatísticas oficiais. Além disso, como se trata de uma pesquisa autodeclaratória, ainda segundo o IPEA:

muitos daqueles que exercem a atividade de catador em conjunto com outras atividades, visando compor sua estratégia de sobrevivência familiar, podem não responder que essa é sua atividade principal, o que incorre em algum grau de perda de informações (BRASIL, 2013, p. 43).

Importante também destacar que o caráter de informalidade ao qual está submetida esta ocupação torna sua permanência sujeita a flutuações sazonais e de estabilidade econômica e, portanto, resulta uma coleta de dados instável. Uma expressão da referida flutuação sazonal é o registro de maior presença de crianças e adolescentes exercendo o trabalho da catação no período de férias escolares (BRASIL, 2013, p. 6).

A pesquisa, todavia, apresenta dados bastante significativos na constituição do perfil da força de trabalho dos catadores de materiais recicláveis no país. Válido ressaltar, porém, que não se pretende, com a exposição dessas informações, generalizar a situação de todos os trabalhadores da catação, visto que se trata de uma classe complexa e heterogênea. Apesar de ser uma pesquisa que se realizou há 7 (sete) anos e, sabendo-se das rápidas mudanças que se dão no mundo dinâmico do trabalho contemporâneo, pretende-se tão somente identificar seu perfil social e econômico no intuito de se aproximar do “universo” formado por esta força de trabalho. Tal tarefa, contudo, é tida aqui como fundamental para a análise que será feita no capítulo seguinte sobre a organização política destes trabalhadores.

Conforme dados apresentados na Tabela 1, a pesquisa mostra uma força de trabalho formada, principalmente, por indivíduos desempregados, com idade em torno de 40 anos e baixa escolaridade, em sua grande maioria composta por homens, negros, ocupados precariamente, na informalidade, com remuneração média abaixo de um salário mínimo, em condições de trabalho insalubres e extensas jornadas. Esta população pode ser caracterizada como urbana, pois 93% dos catadores atuam em cidades, um índice que inclusive supera a taxa de urbanização do país⁴², que é de 85% (BRASIL, 2013, p. 3).

⁴² Taxa de urbanização: "indicador que mede o crescimento percentual da população que vive em núcleos

Tabela 1 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e catadores de material reciclável no Brasil

Categorias	Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
	Total de catadores	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
	Média de idade dos catadores	39,4	38,9	40,6	38,3	40,0	36,5
Demografia	Mulheres (%)	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
	Negros (pretos e pardos) (%)	66,1	41,6	63,0	78,5	71,3	82,0
	Catadores residentes em áreas urbanas (%)	93,3	93,5	96,2	88,5	95,6	93,2
	Formalização da força de trabalho (CTPS e RJU) (%)	38,6	32,2	45,7	33,8	38,4	29,0
Trabalho e renda	Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$)	571,56	596,9	629,89	459,34	619,00	607,25
	Desigualdade de renda entre os catadores (Índice de Gini)	0,42	0,42	0,39	0,43	0,37	0,42
	Residentes em domicílios com pelo menos um catador extremamente pobre (menos de R\$ 70 <i>per capita</i> %)	4,5	4,1	2,2	8,4	1,8	3,8
	Taxa de analfabetismo entre os catadores	20,5	15,5	13,4	34,0	17,6	17,2
Educação	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%)	24,6	20,6	28,3	20,4	23,9	30,0
	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%)	11,4	7,9	13,5	9,7	10,8	14,0
Acesso a serviços públicos	Domicílios com pelo menos um catador com esgotamento sanitário adequado (%)	49,8	40,9	75,4	32,5	28,0	12,3
	Crianças (0 a 3 anos) que frequentam creche residentes em domicílios com pelo menos um catador (%)	22,7	19,8	27,9	21,7	18,5	13,0
	Domicílios com pelo menos um catador com acesso à energia elétrica	99,0	98,5	99,7	98,4	99,5	98,4

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a); PNAD 2012 (IBGE, 2012b). Elaboração dos autores.

Quanto ao nível de escolaridade, 20,5% dos catadores declararam-se analfabetos - aqueles que não sabem escrever sequer o próprio nome. A taxa de analfabetismo entre eles, portanto, é acima da média nacional, representando 7,9% da população com mais de 18 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o Pnad 2011. Um olhar mais detalhado revela que 24,5% dos catadores com 25 anos ou mais têm pelo menos o ensino fundamental completo. Esse número evidencia a baixa escolaridade entre os que passaram pela escola e que, provavelmente, estudaram somente três ou quatro anos; são os que integram a massa de analfabetos funcionais (BRASIL, 2013, p. 61).

urbanos, em relação à população total considerado em períodos determinados, geralmente anuais, deduzido dos períodos intercensuais que se consideram a cada dez anos" (SAHOP, 1978). Disponível em <http://vamoscontar.ibge.gov.br/atividades/ensino-medio/56-taxa-de-urbanizacao-espacializando-informacoes.html>.

A grande maioria dos catadores não dispõe da documentação mínima exigida pela condição cidadã brasileira. Muitos não possuem sequer a certidão de nascimento, dificultando em muito a possibilidade de conseguirem outra ocupação profissional (ALENCAR, 2007, p. 12). No que tange ao perfil que apresenta a faixa etária – com predominância de trabalhadores acima de 40 anos – compreendemos que uma das origens da exclusão destes sujeitos do mercado formal de trabalho reside nos efeitos da toyotização do mundo do trabalho que se estenderam aos dias atuais, conforme analisa Antunes (2000, p. 112):

[...] o mundo do trabalho dos países centrais, com repercussões também no interior dos países de industrialização intermediária, tem presenciado um processo crescente de exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados “velhos” pelo capital: (...) aqueles com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho dificilmente conseguem se requalificar para o reingresso. Ampliam os contingentes do chamado trabalho informal, além de aumentar ainda mais os bolsões do exército industrial de reserva.

Os dados da pesquisa também revelam os homens como parcela majoritária da categoria, 68,9% do total, o que é considerado controverso e é fundamentalmente reivindicado pelo MNCR. De acordo com os dados obtidos pelo IPEA, as mulheres representariam apenas 31,1% do total de catadores e, conforme o movimento nacional, na realidade elas representariam em torno de 70% dos trabalhadores ocupados na catação do país. O fato é que é comum entre as mulheres catadoras que exercem outras atividades - como o cuidado do lar e da família, por exemplo -, entenderem a coleta de resíduos como uma mera atividade complementar; muitas delas não se identificam com a atividade por manterem a identidade de domésticas ou trabalhadoras do lar como ocupação principal.

A inserção da força de trabalho feminina no contexto da reestruturação produtiva à qual nos referimos, de modo geral, se deu acompanhada de precarização. Como observa Coelho *et al.* (2016), a atividade de catação de materiais recicláveis surge como uma alternativa para a mulher frente ao desemprego e à exclusão do mercado de trabalho formal. Contudo, os processos de informalidade no âmbito do trabalho feminino, apesar de representarem, na maior parte das vezes, a precarização e o subemprego, também se tornaram um meio pelo qual mulheres de diferentes idades, de baixa escolaridade e excluídas do mercado formal encontraram para incrementar a renda familiar.

Constatou-se, com a pesquisa, que a renda média mensal de um catador não reflete a condição de extrema pobreza com a qual é comum associá-lo. “Os dados do censo indicam que a renda média em 2010, segundo os próprios catadores, era de R\$ 571,56. Ressalte-se que o salário mínimo da época era de R\$ 510,00” (BRASIL, 2013, pg. 53). Ou seja, a renda média declarada por estes trabalhadores superava o valor do salário-mínimo em

12%. No entanto, é importante observar que o cálculo da renda média não considera a particularidade de cada território, sendo realizado com dados de todas as regiões do país, cujos rendimentos guardam diferenças exorbitantes.

Do total de catadores entrevistados, apenas 38,6% apresentam alguma relação contratual de trabalho. Portanto, em média, dois em cada três catadores trabalham na informalidade, como autônomos. Apesar da formação de centenas de associações e cooperativas autogeridas por catadores em todos os estados do Brasil – quantidade que não foi apresentada pela pesquisa -, há ainda um número muito superior de trabalhadores individuais no setor da reciclagem. De acordo com estimativas do IPEA (2010), com base em relatos de gestores públicos e consultorias empresariais ligadas a este setor, a quantidade de catadores associados em função do trabalho coletivo ainda está em torno de apenas 10% (BRASIL, 2013, p.20).

Dado, pois, o caráter predominante de informalidade deste segmento, a atuação dos catadores no cotidiano de trabalho configura forte heterogeneidade, o que dificulta classificá-los, como categoria, num todo homogêneo. Em sua maioria, como há pouco visto, iniciam-se na catação por questões contingenciais, como a perda do emprego ou por estarem em situação de rua, dentre outras diversas. Para a população em situação de rua, em específico, o trabalho da catação constitui uma das atividades principais de subsistência. Conforme pesquisa realizada por Bursztyn (2000, p.234), “esse tipo de atividade em Brasília e São Paulo tem importante papel como empregador de moradores de rua (a quase totalidade dos que permanecem na cidade sobrevive, pelo menos em parte, graças a cata de materiais recicláveis no lixo)”.

Ainda nesta esteira, trata-se de uma atividade de alto índice de rotatividade da força de trabalho. Não é possível, por exemplo, identificar constância no exercício da atividade da catação individual, avulsa (como é denominada pelo MNCR a cata realizada por trabalhadores não associados a algum grupo produtivo). Ao mesmo tempo em que há uma legião de catadores que intercala a coleta com outros trabalhos, sendo ela atividade principal ou secundária, há os que a tomam por atividade exclusiva. Destes, alguns seguem uma rotina de trabalho diária, outros mantêm dinâmicas completamente irregulares, trabalhando em horas e/ou dias bastante variáveis. No entanto, a produtividade deste setor depende basicamente da disponibilidade maior ou menor do catador - aquele que está na base da cadeia - em se dedicar a sua atividade (carregar mais peso e trabalhar um maior tempo durante o dia).

3.3.1 *Um ofício de alta insalubridade*

A condição de informalidade à qual estão submetidos esses trabalhadores, além de não lhes permitir acesso a uma série de direitos trabalhistas, dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública e instituições de pesquisa. Uma vez também desprovidos de qualquer seguro social, encontram-se desassistidos no caso de acidentes ou doença que lhes impossibilite de trabalhar por um determinado período, o que é muito comum, visto que estão expostos a condições de trabalho precárias que afetam diretamente sua saúde e de suas famílias. O problema da informalidade é, portanto, ainda mais preocupante quando se consideram as condições de risco para a saúde.

Os catadores estão expostos a condições de trabalho precárias, falta de segurança e se encontram, muitas vezes, inseridos em ambientes laborais que colocam em risco cotidianamente sua saúde. “Isso aponta para uma importante característica dos processos de informalidade: a vulnerabilidade dos trabalhadores ao adoecimento” (COELHO et al, 2016, p. 6). Riscos que se configuram como importantes elementos de redução da perspectiva de vida destes trabalhadores. Além da extensa jornada de trabalho semanal, estão sujeitos a uma série de contaminações - não só por trabalharem desprovidos de equipamentos de segurança - mas inclusive por se alimentarem muitas vezes do material encontrado no lixo⁴³.

Estes, entre outros fatores, fazem com que a atividade da catação seja considerada como insalubre em grau máximo, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora nº15, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre os riscos a que estes trabalhadores são frequentemente submetidos estão: a exposição ao calor, umidade, os ruídos, a chuva, o risco de quedas, os atropelamentos, os cortes e a mordedura de animais, o contato com ratos e moscas, o mau cheiro dos gases e a fumaça que exalam dos resíduos sólidos acumulados, a sobrecarga de trabalho e levantamento de peso, as contaminações por materiais biológicos, químicos ou hospitalares, etc. (OLIVEIRA, 2011 *apud* BRASIL, 2013, p. 6).

Na esfera da relação informal de trabalho, os trabalhadores também estão destituídos de benefícios e auxílios no caso de adoecimento. Isso significa que qualquer afastamento por motivo de doença resulta na diminuição da renda mensal, o que os impele, muitas vezes, a seguir comparecendo ao trabalho, mesmo que em situação de adoecimento.

⁴³Curioso destacar o resultado da pesquisa realizada por (Coelho et al, 2016). Nela, foi observado que os catadores tendem a banalizar os riscos aos quais são submetidos, via de regra, por conceberem por acidentes de trabalho apenas eventos com repercussões sérias à saúde. Quando não incapacitantes, são desprezados em relação à sua gravidade.

Sem uma rede de apoio ao catador e incapaz de manter-se sem os rendimentos provenientes da reciclagem, ele não vê outra opção a não ser continuar trabalhando, ainda que em situação de doença.

Conforme dados obtidos pela Agenda 21:

aproximadamente 5,2 milhões de pessoas – incluindo 4 milhões de crianças – morrem por ano de doenças relacionadas com o lixo. Metade da população urbana nos países em desenvolvimento não tem serviços de despejo de lixo sólido. Globalmente, o volume de lixo municipal produzido deve dobrar até o final do século e dobrar novamente antes do ano 2025. (BRASIL, 1995, p.29)

Ora, se como efeito da contradição inerente ao sistema metabólico do capital a pobreza e a miséria crescem na razão direta do aumento do capital acumulado, a expansão do lixo material (com o aumento acelerado dos níveis de produção) também se dá gerando aumento na mesma proporção do “lixo” humano social, como perversa imposição da dinâmica capitalista de produção. “Esse imbricamento entre os rejeitos físicos (lixo) e humanos (excluídos) da sociedade revela uma dimensão perversa da modernidade: o aumento da produção de bens com componentes cada vez mais descartáveis, paralelamente ao aumento da produção de desempregados, dois elementos dialeticamente conexos” (BURSZTYN, 2000, p. 21).

3.3.2 Trabalhadores informais: “autônomos”?

A quase totalidade dos catadores, como foi visto, insere-se nas atividades de coleta por falta de emprego, como uma alternativa de geração de renda, primordialmente por necessidade de sobrevivência. Portanto, não se trata exatamente de uma escolha individual, como propõe o discurso neoliberal. Quando as possibilidades de sobrevivência material pelo trabalho são mínimas, o caráter de escolha do indivíduo termina lhe sendo subtraído. O auto emprego acontece, na maioria dos casos, como uma estratégia de sobrevivência mediante as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal; e os vínculos empregatícios informais são artimanhas da reorganização capitalista do trabalho assalariado.

Santos *et. al* (2010), no curso de um processo investigativo sobre a reinserção de ex-presidiários no mercado de trabalho, por exemplo, constata que:

A expressão do desejo de exercer outra atividade e incluir nas perspectivas de futuro o exercício de atividade diversa da catação – desejo também endereçado aos filhos – soma-se ao caráter de última alternativa da catação, reforçando a configuração da precariedade a ela associada na medida em que reitera a ideia de que a satisfação com o trabalho remanesce desde que não haja outra forma de garantir o sustento (Op. Cit., p.12).

A informalidade, o reduzido nível educacional, o precário acesso à informação, a ignorância sobre os direitos fundamentais e a miséria levam os catadores a vivenciar situações de exploração por parte de pequenos e médios empresários, que muitas vezes os ludibriam na pesagem e na soma dos materiais ou pagam valores irrisórios na compra do produto de seu trabalho. Além da violação de direitos trabalhistas, visto que muitas vezes os catadores trabalham por longas jornadas diariamente em ambientes insalubres e sem nenhum benefício, em algumas situações são constatados casos de servidão por dívida, vínculos estabelecidos por conta de vícios e, ainda, trabalho infantil e análogo à escravidão. Conforme tal dinâmica:

Esse trabalhador ao realizar o seu trabalho informal e individualizado de catação se encontra 'amarrado' aos atravessadores e às indústrias, mas essa relação de trabalho não significa uma afinidade de reconhecimento mútuo e com responsabilidades por parte dos controladores do circuito. Pelo contrário, a informalidade do negócio é um elemento que possibilita a quem compra e a quem beneficia as mercadorias desses catadores, sua isenção de qualquer responsabilidade. Assim, os catadores, vistos no circuito econômico como trabalhadores autônomos, representam na verdade a forma mais cruel de precarização do trabalho, pois trabalham indiretamente para os atravessadores e para a indústria da reciclagem, mas são considerados trabalhadores por conta própria. Na informalidade não tem acesso aos benefícios sociais mínimos, sendo que sua condição de reprodução não significa aumento do custo do trabalho para empresas do setor, que graças à lógica excludente do modo de produção capitalista têm sempre um exército de trabalhadores nesta condição à sua disposição (GONÇALVES, 2006, p. 98, *apud* FREITAS, 2013, p. 208).

Os catadores que trabalham individualmente (não associados), de fato, estão mais expostos à situações de vulnerabilidade social, bem como à restrições de poder de barganha em negociações com os chamados atravessadores, deposeiros ou sucateiros - para quem o material catado é vendido antes de chegar às indústrias de reciclagem. A intermediação no curso da cadeia produtiva se justifica diante da necessidade de estoque de material numa quantidade suficiente demandada para a venda direta à indústria ou a atravessadores maiores. Por este motivo, geralmente, torna-se imperativa tal relação, desde que o catador, sozinho, não tenha como acumular a quantidade mínima de material exigida, tampouco como agregar valor ao produto coletado, conforme demandado pelos compradores finais de recicláveis⁴⁴.

Donos dos meios de produção, os atravessadores emprestam ou alugam carrinhos aos catadores submetendo-os frequentemente a uma relação de dependência uma vez que o transporte é considerado um meio de trabalho de alta relevância, visto que sem o carrinho a cata se restringe à coleta dos materiais em sacos, comprometendo o volume final de resíduos vendidos e, obviamente, seu provento diário. Estabelece-se assim, uma relação autoritária que

⁴⁴ “Para obterem êxito, os programas de coleta seletiva dependem em grande medida da separação prévia dos resíduos na fonte geradora, evitando a presença de contaminantes nos materiais recicláveis, o que diminui os níveis de rejeitos no material coletado seletivamente, aumentando assim o valor dos materiais recuperados e reduzindo os custos desta modalidade de coleta” (IPEA, 2011).

limita ao catador a possibilidade de venda (mais intensamente aos catadores avulsos, considerados “autônomos”), para outros depósitos, tendo que submeter-se aos preços e condições abusivas impostas pelo atravessador.

Mediante tais circunstâncias concretas, o catador, tido como um trabalhador independente devido à ausência de vínculo empregatício, na realidade é “parte básica de uma cadeia produtiva em que o mesmo se apresenta como o elo mais fraco do processo” (MNCR, 2005). Conforme já assinalamos, o fato de a mercadoria nesse caso ser o lixo e os trabalhadores indivíduos tidos em igual conta, não desfaz o fato de que essa produção assente-se na forma de trabalho abstrato produtor de mais-valia. A força de trabalho é comprada e vendida pelo seu valor (pelo tempo socialmente necessário para sua reprodução), e sempre produz um valor maior que o seu (MARX, 1988). Importante lembrar que o valor de uso da ‘mercadoria’ força de trabalho nesse sistema é justamente criar valor.

De acordo com a análise de Bosi (2008), a formação social capitalista contemporânea tem privilegiado o desenvolvimento de atividades autônomas e isoladas, que aparentemente estão fora do circuito de reprodução capitalista. No caso do trabalho realizado pelos catadores, ainda que se configure como atividade informal e, portanto, como caracteriza o autor, autônoma e isolada, não se pode afirmar que está fora do circuito de reprodução capitalista. Ao contrário, o resultado da produção destes trabalhadores constitui a base da cadeia produtiva da reciclagem no país. Conforme dados do MNCR (2005), 89% do material reciclável encaminhado às indústrias são coletados nas ruas pelo catador. A pirâmide abaixo representa a dinâmica de integração do trabalho de catação ao circuito produtivo da cadeia de reciclagem:

Gráfico 1 – Pirâmide da cadeia produtiva de reciclagem



Fonte: MNCR, 2009.

Compreendendo o funcionamento desta cadeia, torna-se no mínimo incoerente o enquadramento dos catadores na categoria de sujeitos excluídos⁴⁵. Trata-se, ao contrário, de trabalhadores “úteis”, que se inserem diretamente no circuito do ‘mercado’, realizando trabalho produtivo e, portanto, contribuindo para o processo de acumulação de capital. A exploração de sua força de trabalho pelos demais capitalistas situados ao longo da cadeia, assim como no século XIX, viabiliza um aumento da margem de lucro, dada a redução no custo geral de produção. Para a indústria contemporânea, é mais viável comprar material dos atravessadores do que recolher a matéria-prima nos contêineres dispostos pela cidade, por exemplo, o que a exime de custos com transportes. Além disso, o serviço da cata manual, informal, sobre o qual não incide qualquer vínculo trabalhista, elimina os custos da separação no material coletado, dos resíduos nocivos ao processamento final da reciclagem.

Importante destacar que, ao fazer a crítica às diversas formas de precarização que a relação de trabalho informal traz em seu bojo, não se toma parte aqui pela defesa à relação formal de trabalho. Aliás, a organização política dos catadores, como veremos no próximo capítulo, tem como principal objetivo e desafio agregar a maior parcela possível desta força de trabalho em torno de unidades coletivas, autogestionárias, de produção, cujo nível de exploração do trabalho pelo capital seja o mínimo possível, em se tratando de uma dinâmica que se realiza, inevitavelmente, inserida no circuito de acumulação capitalista.

A organização coletiva para o trabalho em associações e cooperativas figura, numa realidade imediata, como uma das principais alternativas de resistência às práticas opressoras dos intermediários da cadeia produtiva da reciclagem. Ao trabalharem em conjunto, os catadores podem ter maior poder de barganha na comercialização do material coletado, uma vez que passam a negociar quantidades maiores de diferentes materiais. Além disso, o trabalho (auto)organizado coletivamente permite viabilizar o investimento em infraestrutura (como construção de galpões) e maquinários (prensas, veículos) para melhorar as condições de trabalho, contando com apoios institucionais, o que, individualmente não seria possível.

Ademais, torna-se patente que, enquanto o exercício do trabalho informal, individual, possibilita a geração de renda e a subsistência de muitos catadores, por outro lado, essas pessoas seguem submetidas à uma lógica perversa, disputando materiais recicláveis entre seus pares e enfrentando a exploração da indústria da reciclagem. Conforme legitima o

⁴⁵A expressão “exclusão” tomou conta dos meios acadêmicos e midiáticos da sociedade brasileira nos anos 1990. Exclusão social tornou-se moeda comum para designar toda e qualquer forma de marginalização, discriminação, desqualificação, estigmatização ou mesmo pobreza no Brasil. (NASCIMENTO, p.57, 2000, in BURSZTYN, 2000).

próprio CBO (2002), a profissão de catador: “é de livre acesso, sem exigência de escolaridade ou formação profissional e as atividades são exercidas a céu aberto, em horários variados, ficando os trabalhadores expostos a variações climáticas, acidentes na manipulação de materiais, acidentes de trânsito e violência urbana”.

3.3.3 Uma força de trabalho imprescindível para o capital.

Quanto maior a produtividade extraída da força de trabalho pelos proprietários dos meios de produção, maior será a grandeza da sua riqueza e maior será a acumulação de capital. Para extrair maior produtividade do trabalho, o capital aprimora suas técnicas continuamente. Para isto, lança mão de estratégias para extrair maior produtividade a custos mais baixos como, por exemplo, com a substituição da força de trabalho masculina pela feminina ou infantil, trabalho qualificado por aqueles com menos qualificação, a adoção de novas tecnologias, etc.

No caso dos catadores, viu-se que eles são os responsáveis pelo trabalho primário, o de coletar a matéria-prima que será processada pela indústria para a produção de novas mercadorias; viu-se também que, por receberem pelo produto de seu trabalho, precisam se lançar em jornadas diárias extenuantes. Uma relação que se revela pernicioso, por ser exatamente o fato de estarem numa condição social subalterna que os torna qualificados para este tipo de ocupação, afinal, dispor da opção de utilizar uma mão de obra a baixo custo na primeira etapa da produção é um dos fatores que possibilita à indústria tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados.

Seriam os catadores uma das expressões do lumpemproletariado ou uma superpopulação relativa contemporânea, guardadas as peculiaridades da nova realidade do mundo do trabalho? Para Marx (1994, p. 747), “a força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital”. Esta é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista. No capítulo XXII do *Capital*⁴⁶, o autor caracteriza a importância da manutenção de uma força de trabalho assim estruturada:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a

⁴⁶ Valer-se das categorias históricas utilizadas por Marx para analisar as relações sociais de produção contínua sendo imprescindível para desmistificar discursos pseudoconcretos sobre as causas da miséria, do desemprego, da desigualdade social, situando-os, em realidade, como processos intrinsecamente relacionados à lei geral de acumulação capitalista - principalmente no seu estágio imperialista ou monopolista -, colocando-as como consequência da exploração do trabalho, da lógica de formação de uma superpopulação relativa, da necessidade de uma maior extração de mais-valia, etc.

alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1994 p. 733-734).

Observa-se, contudo, que numa sociedade onde tudo vira mercadoria, os resíduos por ela gerados convertem-se em único meio de subsistência de uma população também descartada pelo metabolismo do sistema e que, assim como o lixo, é reaproveitada, reutilizada pela indústria da reciclagem, como num processo atroz de sobrevida humana.

Dada a atual complexidade no circuito de acumulação do capital, de acordo com algumas análises, esta população não teria mais funcionalidade para o capital, podendo ser considerada, de fato, descartável. Souza (2005, p.5), afirma em sua pesquisa que a superpopulação relativa ou “massa marginal” hodierna têm assumido cada vez mais “uma formal afuncional, aumentando em escala global o contingente de trabalhadores supérfluos à dinâmica capitalista”. Afirma ainda que esta população tem se expandido progressivamente, “dado o nível de superfluidade de trabalhadores que, em condições de pobreza ou miséria absoluta, não logram chance alguma de (re)inserção no mercado de trabalho e, por conta disto, não exercem nenhuma pressão sobre o movimento de expansão do capital”. Para ele, o problema da marginalidade e do subemprego tem sido maior do que o do desemprego, principalmente nos países capitalistas periféricos.

À medida que a quantidade de precarizados e informais, parcela ativa do exército industrial de reserva (constituintes da superpopulação relativa estagnada) e pobres e miseráveis se torna cada vez maior, a superpopulação relativa (latente e flutuante) sofre um progressivo decréscimo (SOUZA, 2005, p.5).

Tal fenômeno está relacionado ao debate sobre o desemprego estrutural - fruto da revolução científico-tecnológica em curso -, que consigo traz reformulações profundas ao mundo do trabalho, como a diminuição da necessidade de grande quantidade de mão de obra para assegurar a reprodução ampliada do capital.

Praticamente esgotadas as condições de se criar postos de trabalho necessários para compensar os que são destruídos e incorporar a força de trabalho disponível, “um contingente cada vez maior de pessoas transforma-se de exército de reserva em lixo industrial humano – não apenas não tem trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como não tem as qualidades requeridas para nele reingressar” (BURSZTYN, 2000, p. 69). Para Burszty, estes trabalhadores perdem qualquer função produtiva ou de consumo significativo, ou se inserem de forma marginal no processo produtivo, e passam a se constituir em um peso

econômico para a sociedade (dos que trabalham e/ou tem renda) e para os governos. Desnecessários ao circuito central do consumo quando consideramos a informação da ONU⁴⁷ de que 86% de todo o consumo global é feito pelos 20% mais ricos do mundo e que os 20% mais pobres são responsáveis por apenas 1% do consumo global.

Ao observarmos a importância da classe trabalhadora para a produção de riqueza nas sociedades antigas, que se valiam da escravidão ou da servidão, estas não eram consideradas ‘desnecessárias’. Ao contrário, constituíam grupos cuja manutenção física era de interesse geral dos dominadores. No caso do segmento da classe trabalhadora considerada supérflua na contemporaneidade, sua utilidade para a acumulação de capital parece atingir alto grau de prescindibilidade. Como analisa Bursztyn (2000, p. 39): “trata-se de uma nova categoria social que, sendo desnecessária, é passível de, no limite, ser eliminada fisicamente por serem inúteis e perigosos”. É neste lugar que os catadores de materiais recicláveis costumam ser situados na estrutura social. De acordo com Sousa (2010):

Cria-se, portanto, na periferia do sistema, uma “população supérflua” que se integra ou que se encontra no sociometabolismo do capital como uma população desnecessária para o circuito central da produção e do consumo. Trata-se de uma população crescente que vive das sobras produzida pelo circuito central de realização socioeconômica. Trata-se de uma população que vive entre as sobras, trabalha com as sobras e consome sobras, ou seja, que tem sua história vinculada aos (e que praticamente se esgota nos) processos de reciclagem. (Op. Cit., p. 161).

O setor de reciclagem, entretanto, em seu processo de acumulação de capital nos países periféricos - como já fora mencionado -, figura como grande absorvedor desta força de trabalho excedente. O caráter de prescindibilidade da “população supérflua” para a indústria de reciclagem, em específico, torna-se questionável. Em parceria com o Estado, representa socialmente uma forte oportunidade de geração de renda, “incluindo” trabalhadores que não tem chance no jogo formal do mercado. Em essência, esta população descartada proporciona ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível.

3.4 Artíficos para a naturalização do absurdo.

3.4.1 Reduzir o consumo ou a produção de recicláveis?

Na trajetória que vai da extração da matéria-prima ao processo de geração de diferentes produtos, bem como de seu lançamento no mercado consumidor ao posterior

⁴⁷ Relatório “A cilada da desigualdade” (ONU. Investindo no desenvolvimento: um plano prático para atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio. Nova York, 2005. Acessado em www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf, 2006) in Sousa (2010, p.161).

descarte, instala-se a cadeia geradora de lixo, cadeia esta diretamente relacionada aos modelos de desenvolvimento e organização social que caracterizam as sociedades contemporâneas. Isto significa dizer que falar de lixo remete à própria dinâmica da sociedade atual, aos valores que nela imperam.

A questão dos resíduos sólidos urbanos – RSU é hoje um dos principais problemas ambientais das cidades brasileiras, que vem registrando números crescentes de geração de resíduos. Conforme dados de pesquisa apresentados pela ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais)⁴⁸, de 2009 para 2010 o crescimento dos resíduos gerados foi de 6,8%, superando a taxa de 1% do crescimento populacional urbano no mesmo período. Nos anos 2010 para 2011, o índice de aumento de geração de resíduos registrado foi de 1,8%, também superior à taxa de 0,9% de crescimento populacional urbano do mesmo período.

No mundo, segundo estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial, “sete bilhões de seres humanos produzem anualmente 1,4 bilhão de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) — uma média de 1,2 kg por dia per capita”⁴⁹. Pelo levantamento, quase a metade desse total é gerada pelos países considerados os mais desenvolvidos do mundo, que justificam esse dado com os elevados níveis de consumo por habitante. As nações com capitalismo avançado, integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, consomem mais de 60% de todas as matérias-primas industriais, mas respondem por apenas 22% da população mundial. Outro dado que denuncia o grave rumo ambiental que o modo de produção capitalista impõe à humanidade é que à medida que os países vão se tornando mais ricos, há uma redução gradual dos componentes orgânicos no lixo, enquanto há um considerável aumento na proporção de plásticos, metais e papel. Isto indica que a quantidade de resíduos sólidos com maior tempo de decomposição descartados no meio ambiente tende a crescer de forma descomunal nos próximos anos.

A reciclagem, enquanto atividade econômica, é desenvolvida com vistas à ampliação das possibilidades de recuperação lucrativa dos resíduos sólidos para o circuito de consumo das mercadorias, fato este que conduz a uma desmitificação em relação aos ganhos ambientais por ela proporcionados. É preciso desconstruir socialmente a concepção romântica

⁴⁸ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais). *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*. Disponível em http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm. Acesso em 12 set. 2017.

⁴⁹SENADO FEDERAL. *Aumento da produção de lixo tem custo ambiental*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/residuos-solidos/mundo-rumo-a-4-bilhoes-de-toneladas-por-ano>>. Acesso em: 10 set. 2017.

de que a atividade de reciclagem, ao longo de toda sua cadeia, é movida por uma certa missão salvacionista de preservação ambiental. Reciclar mercadorias mortas, não há dúvidas, pode vir a reduzir o volume de resíduos lançados no solo, nos leitos de córregos, rios e no mar, enfim, constituindo uma medida de preservação ambiental. No entanto, considerar o argumento de que quanto maior for o número de produtos reciclados, menor será o quantitativo de resíduos que necessitam de tratamento, não condiz com a lógica vigente da produção autodestrutiva do capital, tampouco com as estatísticas há pouco apresentadas.

Calderoni (2003, p. 29), em sua obra intitulada “Os bilhões perdidos no Lixo”, fundamenta a geração de resíduos e a viabilidade econômica do processo de reciclagem, tendo em vista a produção de valor:

Do processo produtivo resulta sempre a geração de resíduos, de duas formas distintas: em um primeiro momento, como consequência do próprio ato de produzir; posteriormente, após a cessação da vida útil dos produtos. Em decorrência, pode-se dizer, que praticamente toda a produção mundial de bens, realizada diariamente, mais cedo ou mais tarde, irá transformar-se em lixo. [...] Os ganhos proporcionados pela reciclagem do lixo decorrem do fato de que é mais econômica a produção a partir da reciclagem do que a partir de matérias primas virgens. Isso se dá porque a produção a partir da reciclagem utiliza menos energia, matéria-prima, recursos hídricos, reduz os custos de controle ambiental e também os de disposição final de lixo.

Em um dos materiais informativos do SEBRAE, esta realidade aparece de forma bem evidente. Nele, a reciclagem é identificada como uma sinergia entre a necessidade de preservação ambiental e a possibilidade de formação de um negócio bastante lucrativo: “significa aumentar a lucratividade do capital, mas avalizado pelo discurso de responsabilidade ambiental, que certamente reduz as resistências das classes trabalhadoras ao aumento da exploração” (FREITAS, 2010, p. 188). O referido conteúdo defende que:

As empresas de reciclagem podem fazer parcerias com indústrias que produzem grande quantidade de rejeitos, que podem servir como matéria-prima para o negócio. Sendo assim, seus produtos serão diferenciados, pois, aliado a eles, existe uma ideia de consciência ecológica e esse deve ser o enfoque do marketing e da caracterização dos produtos. (...) Com todos esses processos o mercado de reciclagem de papel, caso o empreendedor estruture uma boa base de fornecedores de matéria-prima, sejam estes catadores autônomos, ou via cooperativas de catadores, ou ainda via acordo com os grandes fomentadores de descarte de papel, que são os escritórios em geral, poderá sim ser um empreendimento bastante promissor (SEBRAE, 2010).

No momento em que o lixo é considerado pelo mercado, pela sociedade e pelo Estado como rica fonte de matérias-primas – discurso que vem sendo amplamente disseminado – a produção de resíduos sólidos em níveis que, de fato, são alarmantes, passam a ser socialmente aceitáveis porque inseridos numa complexa engrenagem de geração de valor. Conforme Velloso (2008, p. 1960), se referindo ao processo de obsolescência

programada⁵⁰, “a sociedade de consumo aposta na vida breve dos seus produtos. Ela fabrica produtos que devem ser rapidamente substituídos por outros, cada vez mais frágeis e perecíveis. Enquanto isso, nossos resíduos saturam os depósitos e as usinas de reciclagem”.

Ora, na equação que conjuga a redução do ciclo de vida útil dos produtos à expansão de sua produtividade, o resultado é a geração vertiginosa de resíduos sólidos descartados no lixo. De acordo com análise de Antunes (2000, p. 548), em seu sentido e tendências mais gerais, “o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos: ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, o que leva a subverter deliberadamente sua qualidade”. Desta lógica, o desperdício e destrutividade acabam sendo valores funcionais, necessários de uma sociedade estruturada na produção de mercadorias.

Isto porque tal dinâmica do descarte é estruturada numa lógica destrutiva de produção, condição que se tornou imprescindível para a reprodução ampliada do capital. Segundo Mészáros, uma das tendências tidas como mais importantes do modo de produção capitalista é a taxa de utilização decrescente das coisas. Qual seja: “O capital não considera valor de uso (o qual corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca como coisas separadas, mas como um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último” (2002, p. 566). Um sistema no qual a produção de valor de uso está subordinada ao valor de troca.

Nesta lógica autodestrutiva, que converte em descartável e supérfluo tudo aquilo que deveria ser preservado, promove-se tanto a destruição acelerada dos recursos naturais, como a deturpação da relação orgânica entre homem e natureza. Ainda conforme Mészáros, os momentos históricos mais perigosos, ameaçadores para a preservação da natureza num mundo sob a égide do capital, são os ápices de crise estrutural do capital, quando desenvolvem-se “práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada do capital, fazendo surgir inclusive o espectro da destruição global, em vez de aceitar as restrições positivas requeridas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 27). Com vistas à recuperação incondicional do seu ciclo de reprodução, o capital passa a implementar mudanças no processo produtivo, a ponto de reestruturá-lo, afetando fatidicamente a sustentabilidade do planeta.

⁵⁰ Segundo Sewell (1978) a obsolescência programada consiste na fabricação de mercadorias projetadas para se tornarem obsoletas em um tempo predeterminado, visando, estrategicamente, a ampliação do consumo.

3.4.2 O mito do ‘Catador Agente Ambiental’

O lixo somente começa a ser considerado uma questão ambiental a partir da década de 1970, quando também as pautas de discussão pela preservação do meio ambiente foram assumindo caráter global, com as primeiras conferências sobre o meio ambiente: de Estocolmo, em 1972, a ECO 92, no Rio de Janeiro e a de Tibilisi, em 1997. Com a expansão do movimento ambientalista, a reciclagem, assim como a educação ambiental e a coleta seletiva ganham evidência nos debates públicos, como se sua efetivação dependesse, em grande monta, da ampliação de uma consciência ambiental, ecológica.

A educação ambiental, em específico, entra no cenário das forças dos movimentos ambientalistas como elemento fundamental no desenvolvimento desta consciência bem como de um compromisso de ‘autoresponsabilidade ambiental’ entre os indivíduos. Tal conscientização induz um contingente enorme de pessoas (donas de casa, crianças, escolas, etc) a contribuir com a coleta seletiva de materiais recicláveis, motivadas por uma espécie de dever do ‘exercício da cidadania’(FREITAS, 2010, p. 74). Os benefícios à indústria da reciclagem advindos da difusão destes valores e práticas na sociedade civil são concretos. Para os catadores, ao contrário, a entrega de resíduos feita pela população diretamente aos pontos de coleta gerenciados pelas empresas de limpeza urbana ou pelas prefeituras (uma expressão de consciência ambiental, por exemplo), configura certo desserviço ao trabalho que desempenham, visto que esta prática subtrai deles sua fonte de renda direta.

A reciclagem segue se justificando, no entanto, primordialmente como uma ação ambiental educativa e cidadã. Questões centrais inerentes à geração extraordinária de resíduos, como a necessidade de redução do consumo, de mudança nos padrões de produção – das estratégias produtivas da obsolescência programada -, ou a exploração do trabalho de indivíduos marginalizados pela sociedade, são omitidas das pautas de formação para uma ‘consciência ecológica’.

Sem que se debata criticamente sobre a forma como o capital se apropriou dessa atividade, da lógica pela qual ela é operada ou ainda se os trabalhadores que a ela se dedicam vivem em situação de extrema precariedade, o discurso que se constrói em torno da reciclagem a apresenta como alternativa de contraposição a um possível esgotamento dos recursos naturais do planeta. Os índices fundamentam, como no mínimo nobre, uma prática que promove, a saber, “74% a menos de poluição do ar; 35% a menos de poluição da água; um ganho de energia de 64%” (MAGERA, 2005, p. 102 *apud* Bortoli, 2013, p. 7).

Em meio a um contexto de ameaças de desastres ecológicos gravíssimos no mundo, ocasionados pelos avanços destrutivos do capital, a indústria da reciclagem, mediante os resultados ambientais que apresenta em índices estatísticos, muitas vezes vale-se do discurso social e ambiental e consegue atingir quase uma personificação social de um senhor imponente que veste verde e porta um sorriso solidário. Entretanto, de fato, não são interesses ambientais ou sociais que motivam a expansão da indústria de reciclagem. Há, inclusive, em algumas análises, a constatação de que “o crescimento dos programas de defesa do meio ambiente foi concomitante à expansão dos mercados globais” (PREVE; CORRÊA, 2007, *apud* Bortoli, 2013, p. 254), o que indica que a indústria recicladora acompanha paradigmas não propriamente ecológicos, mas econômicos.

Mészáros (2002) demonstra que não há alternativa de produção realmente sustentável enquanto esta estiver subsumida à estrutura capitalista:

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. “Consequentemente, por mais destruidor que seja um procedimento produtivo em particular, se produto é lucrativamente imposto ao mercado, ele deve ser recebido como expressão correta e própria da ‘economia’ capitalista” (Op. Cit., p. 596).

Como expressão dos limites de uma imensa crise de produção, ao mesmo tempo em que cresce o volume de lixo produzido, resultante do aumento desvairado do consumo, são cada vez mais caras, mais raras e mais distantes as alternativas tradicionais de disposição do lixo em aterros. Segundo Calderoni (2003, p. 30), “também a incineração, cujos custos são muito mais elevados, apresenta os percalços de suas desagradáveis e nocivas emissões (particulados, dioxinas, furanos, etc.). Nesse caso, torna-se cada vez mais necessário o trabalho do catador nas ruas e nos próprios lixões”. Como no Brasil, a existência de lixões é proibida por lei, a atuação dos catadores ainda na rua, interceptando o material antes de chegar ao lixão, torna-se imprescindível para manter em movimento a cadeia da reciclagem.

No entanto, antes mesmo de serem consideradas fontes de geração de trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis, as práticas de reciclagem estão associadas diretamente às formas de combate ao excesso de lixo material produzido. Os catadores aparecem, nos estudos que analisam a cadeia da reciclagem com as lentes do

‘desenvolvimento sustentável’⁵¹, apenas como um trabalhador indispensável para o funcionamento das práticas de reciclagem.

Ao exercerem a atividade da cata tendo como objetivo imediato sua sobrevivência, os catadores acabam por realizar um serviço de utilidade pública, quando diminuem a quantidade de resíduos que, caso fossem descartados, ocupariam espaço de aterros e lixões, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte. São exatamente estes os benefícios sociais e ambientais que surgem como uma espécie de “efeito positivo” do trabalho dos catadores.

Guardadas as causas históricas de marginalização e repúdio aos sujeitos que lidam com os restos sociais e a nova roupagem que o trabalho exercido por eles adquire no século XXI - devido a caracterização do lixo como mercadoria -, novas relações sociais também são estabelecidas. Há, dentre os catadores organizados politicamente, por exemplo, uma notória resistência à sua identificação como “catadores de lixo”. O termo passa a ganhar uma conotação pejorativa, visto que o lixo é composto de rejeito e material reciclável e o que eles coletam é apenas o que pode ser novamente útil à sociedade: o material reciclável, dotado de valor.

Curioso observar como aqui a relação entre o trabalhador e seu objeto de trabalho volta a se evidenciar: a demarcação de sua atividade, na recusa do rejeito como objeto de trabalho, parece está vinculada à resistência pela identificação deles mesmos como rejeito social. Não catam lixo, pois assim não mais o são. Passam a serem sujeitos que servem à sociedade com seu trabalho: ‘um trabalho imprescindível à cadeia produtiva da reciclagem e socialmente digno, por seu valor ambiental’. Alex Cardoso, representante nacional do MNCR, declara em entrevista⁵², a importância do reconhecimento, da aceitação social para estes trabalhadores:

Antes a gente era tudo, menos catadores, não nos reconhecíamos como profissionais. A valorização da profissão é a primeira conquista que o movimento tem. A luta principal é que a gente faça o nosso povo ser incluído. Em 2013 teve o reconhecimento legal da profissão e se iniciou um processo de articulação nacional que culminou na criação de várias leis, na construção de estruturas para os catadores se organizarem em cooperativas. Criamos então um cordão de apoiadores pelo Brasil, reunindo setores do campo acadêmico, movimentos populares e parte da sociedade. Estamos aqui e sempre estivemos, mas queremos continuar de uma maneira diferente, dizemos à sociedade e as pessoas entenderam. A importância dos

⁵¹ Como falar em sustentabilidade se a população que efetua o “trabalho ambiental” de coleta de resíduos constitui uma das expressões mais severas da pobreza e da desigualdade social no país? Pensar em desenvolvimento sustentável significaria, no mínimo, buscar a reversão de tal quadro, da grave situação social e econômica a que estão submetidos os catadores, sobretudo nos lixões.

⁵² MNCR. Entrevista disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/artigos/reciclagem-de-residuos-solidos-a-propaganda-e-bonita-mas-o-processo-explora-os-catadores>>. Acesso em: 01 set. 2017.

catadores na sociedade já foi aceita, agora o debate é sobre a sua valorização. Porque reconhecidos nós já conseguimos estar. (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2014)

A herança social maldita a qual nos referimos no início deste texto, se expressa nas diversas formas de preconceito contra os catadores contemporâneos que ainda são, comumente, associados ao lixo com o qual trabalham. Estes sujeitos - mais detidamente os que são organizados para o trabalho em associações e cooperativas -, tentam construir uma identidade própria perante a sociedade e, ao mesmo tempo, desenvolver em sua categoria (agora) profissional, o sentimento de autoestima e de orgulho da atividade que desempenham. Necessidade de autoafirmação que se acentua quando alguns destes preconceitos são, por exemplo, disseminados por instituições do Estado:

Um exemplo encontra-se no estudo de Avaliação técnico-econômica e social de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos existentes no Brasil (BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 1999, p. 2), ao salientar que “um dos grandes problemas da questão dos resíduos encontra-se na marginalização do ser humano conhecido como ‘catador’ [...] Geralmente eles são doentes mentais, bêbados, viciados, ladrões, prostitutas, operários desempregados, empregadores falidos, que vivem marginalizados, convivendo com cães, ratos, moscas, bactérias e vírus nas condições mais deprimentes.” (JUNCÁ, 2004, p. 39).

Como uma estratégia de autopreservação, demarcação de espaço social e acesso às políticas públicas, estes trabalhadores precisam exaltar a função social de seu ofício, que proporciona importantes benefícios para o meio ambiente e para a sociedade. Ao ser considerado um parceiro do poder público, em seu papel social, a histórica marginalização é sentida de forma mais amena. O termo ‘agente ambiental’ seria, portanto, “aquele que permite acrescentar à atividade de coleta, um caráter de dignidade pessoal e preservação do meio ambiente, inserindo também, esta ação, no âmbito mais geral da educação ambiental e sanitária” (NASCIMENTO, 2006, p. 582). O catador passa a ser também um educador social capacitado para a promover a disseminação da ‘consciência ecológica’. O papel do catador como educador social foi sendo estabelecido pelas parcerias do movimento de catadores, tais como organizações não governamentais e órgãos públicos em ações de educação ambiental. Reconhecidos como ‘agentes ambientais’, recebem convites para dar palestras em escolas e universidades sobre a importância da reciclagem e da coleta seletiva⁵³. Também desenvolvem ações comunitárias por meio de projetos sociais, dentre outras atividades ligadas ao desenvolvimento da ‘cidadania’ (BORTOLI, 2013, p. 6).

⁵³ Vale observar o paradoxo desse fenômeno quando vimos há pouco que a grande parcela dos catadores tem um baixíssimo nível de escolaridade. Nestes eventos, contudo, eles entram desempenhando o papel do educador.

Estes trabalhadores, portanto, enfrentam uma situação paradoxal: apesar de constituírem elo fundamental na concretização da cadeia econômica da reciclagem, não têm acesso, em geral, aos próprios produtos por ela criados; vistos, muitas vezes, pela população sob o estigma da sujeira, se apresentam como os que educam as pessoas a não jogarem o lixo na rua; tratados, historicamente, pelo poder público como marginais, chegando, inclusive, a serem alvo de ações repressoras do Estado, vêm sendo, recentemente, considerados por várias instâncias das esferas governamentais como os mais aptos para exercer o papel de conscientizadores, junto à sociedade⁵⁴.

Uma análise do IPEA (2013, p.7) aprofunda as faces contraditórias:

[...] (os catadores) por um lado, são responsáveis pela transformação do lixo em mercadoria de interesse de grandes indústrias, que tanto lhes confere um papel central de um amplo circuito relativo à produção e ao consumo de bens, como caracteriza os catadores como verdadeiros agentes ambientais ao efetuarem um trabalho essencial no controle da limpeza urbana. Por outro lado, estes trabalhadores ocupam uma posição marginal na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho, dadas suas carências em termos de formação profissional, bem como por serem pobres e relegados para espaços geográficos suburbanos e marginalizados, bem como sofrerem diferentes tipos de exclusão no mercado de consumo e na dinâmica das relações sociais”.

Mediante tais contradições, o fato é que a designação de ‘agente ambiental’ ao catador de material reciclável ganha uma relevância social que não condiz com a precariedade do trabalho que desempenham e muito menos com as precárias condições de subsistência que precisam lidar no cotidiano. O elevado status dado ao trabalhador que lida diretamente com o lixo passa a ser uma prática perversa, pela qual a atividade de catação se converte em ‘politicamente correta’ apenas no que interessa sê-lo. Não é possível atribuir à tal complexa realidade o efeito (quase mágico, quiçá romântico) de assegurar a pronta inserção do catador num contexto de reconhecimento e garantia de seus direitos enquanto trabalhador e enquanto ‘cidadão’.

Pensar a reciclagem somente em seus aspectos pontuais e isolados, nas ‘oportunidades’ oferecidas ao catador ou como possibilidade de um ‘ambiente mais limpo e saudável’, é incorrer numa análise superficial e acrítica, limitada aos fenômenos. Por isto, é imprescindível reiterar este setor da produção capitalista como uma cadeia em que o catador aparece como o elo mais fragilizado, mais explorado, tal qual se demonstrou até aqui.

⁵⁴ Vale destacar que algumas destas contradições se efetivam mais explicitamente quando se trata de catadores associados à suas organizações políticas de base, visto que o catador avulso, aquele que trabalha individualmente, por não vivenciar as diversas formações, inclusive políticas, nem tampouco as experiências coletivas de produção, além de não serem considerados pelos programas de “inclusão social” do Governo e do próprio Movimento Nacional, geralmente não tem a consciência crítica dos primeiros, não percebendo concretamente a engrenagem que fazem funcionar ao custo da exploração de sua força de trabalho.

A classe social hegemônica em suas diversas manifestações estratégicas, procura manter discursos e práticas que fortaleçam a ideia de convívio harmonioso entre as classes. No entanto, a sobrevivência por meio da cata de materiais no lixo, na verdade, expõe uma das faces mais elevadas da desigualdade social produzida pela lógica sociometabólica do capital.

Em essência, Marx desconstrói a ingênua possibilidade de humanização do trabalho no capital, pela práxis, mostrando que:

[...] como o trabalhador passa a maior parte de sua vida no processo de produção, então as condições do processo de produção são, em grande parte, condições de seu processo ativo de vida, de suas condições de vida, e a economia nessas condições de vida é um método de elevar a taxa de lucro; exatamente como já vimos antes, o excesso de trabalho, a transformação do trabalhador numa besta de trabalho é um método de acelerar a auto-realização do capital, a produção de mais-valia (...). A produção capitalista é, com toda a sua sovínice, completamente desperdiçadora do material humano, exatamente como, por outro lado, graças ao método da distribuição de seus produtos pelo comércio e sua mania de concorrência, procede de maneira desperdiçadora com os meios materiais e perde, por um lado, para a sociedade o que ela ganha, por outro, para o capitalista individual. (MARX, 1983, p. 65-66)

Se a ‘transformação do trabalhador numa besta de trabalho’ aparece maquiada em diversas atividades laborais, na atividade de catação ela se mostra da forma mais desnuda. Esses trabalhadores, cujo principal meio de trabalho é um carrinho de tração⁵⁵, transportam seus materiais à revelia das variações climáticas - seja sob o calor ardente do sol, seja sob a chuva -, por longas distâncias.

A lógica capitalista da meritocracia cumpre a função de eximir a sociedade de se responsabilizar por tal realidade. Já foi dito que a produção de lixo e dejetos é inerente à organização humana em comunidades, no entanto, a história também nos ensina que existem diversas formas de desenvolver o trabalho com o recolhimento e destinação dos resíduos gerados. Sob o argumento de alternativa de geração de renda para uma população miserável, não se considera a possibilidade de que se o Estado assumisse a coleta seletiva como um programa de Governo - com a aquisição das devidas tecnologias produtivas -, os catadores não precisariam trabalhar em condições tão insalubres quanto as do século passado.

⁵⁵ No Brasil existem vários movimentos de proteção aos animais que reivindicam leis federais que proíbam a exploração de certas espécies (bois, cavalos, burros e jumentos) para a tração animal. Eles denunciam que “na prática, proprietários de animais usados para tração exploram seus animais até a exaustão, abusando do peso, de distâncias percorridas, sob circunstâncias de tempo e clima mesmo que desfavoráveis, sem manutenção básica necessária, como o de alimento ou água ou de assistência veterinária. Além disso, (...) o animal em geral, trabalha durante um período do dia para o proprietário e em outro período para um locatário”. (ONCA. Exploração animal – tração animal. Disponível em: <<http://www.onca.net.br/exploracao-animal/exploracao-animal-tracao/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.)

Ademais, tomando como referência o que se convencionou chamar ‘trabalho decente’ no século XXI⁵⁶, a catação como um trabalho, devido suas condições alarmantes de insalubridade e exploração, não poderia ser admitida socialmente, muito menos legitimada institucionalmente. A permanência desta prática, que remonta ao modo escravista de produção da Idade Antiga, que se assemelha à situação de lumpemproletariado do século XIX, mostra que o trabalhador situado em países pobres continua aprisionado à sua condição de rejeito social, são aqueles que se encontram nas franjas do sistema, constituindo um exército de excluídos - sujeitos a perder inclusive seu valor de reserva -, e caminhando passo a passo com a marginalidade e a ilegalidade.

Mediante a análise de tais realidades, nota-se que as condições de existência do capitalismo no século XXI não podem ser consideradas novas. As ditas "novas" condições do capitalismo são, na verdade, resultado de uma série de mutações que se ordenam no sentido de ampliar seu escopo de exploração.

⁵⁶ O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. In : <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>

4 A FORMAÇÃO, PELA PRÁXIS, DE SUJEITOS POTENCIALMENTE REVOLUCIONÁRIOS.

“Adiante companheiros(as), pois a tarefa é dura, árdua; o caminho é difícil, perigoso mas é o único sincero e coerente, é a caminhada da libertação de nossa gente!”
(Cartilha de formação, MNCR, 2005, p.5)

Neste capítulo pretende-se empreender a análise da práxis do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR em sua dimensão política e pedagógica. Observando a dimensão ontológica e o caráter multidimensional da formação humana fundado nas diversas práxis, nos deteremos à práxis político-pedagógica. Tal práxis está associada ao universo da formação política dos catadores de materiais recicláveis, uma formação que se materializa no cotidiano da pobreza, da escassez, da marginalização, do trabalho informal, precário, cooperativo, da atuação junto a outros movimentos políticos organizados, etc., enfim, nas diversas mediações educativas pertinentes ao próprio processo de organização política destes sujeitos históricos, mas também mediado por um processo de educação programática, que se objetiva na execução de um Programa Político-Pedagógico formado por um rico acervo didático-pedagógico, cujos alguns trechos selecionados serão aqui apresentados.

Inicialmente, tendo como referência documentos oficiais elaborados pelo movimento e alguns dos materiais que fundamentam e norteiam a sua trajetória histórica no País, proceder-se-á, nesta seção, à caracterização do MNCR em âmbito nacional, situando as suas origens e posterior desenvolvimento, a partir da descrição de suas formas de organização, destacando os vínculos com outros movimentos de catadores em nível internacional, bem como identificando o lugar que ocupam no Brasil em relação à esfera institucional do Estado.

4.1 Organizar-se para o trabalho, um ato de resistência política.

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) principia a constituição de suas bases orgânicas no contexto socioeconômico de crises que sucedeu ao período de reestruturação produtiva do capital da década de 70, cujas consequências para a classe trabalhadora, como se pôde observar no capítulo anterior, foram severas. Além dos altos índices de desemprego e precarização das relações de trabalho, a adoção de políticas fiscal e monetária sintonizadas com as exigências dos organismos mundiais que representam

os interesses do capital como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), resultaram em altas taxas de pobreza e miséria de milhares de brasileiros.

Ao longo dos anos 80, como um dos efeitos da crise, a composição da estrutura ocupacional da força de trabalho no país se altera significativamente. Configura-se uma redução gradativa da mão-de-obra empregada nos setores primário e secundário e um crescimento da ocupação no setor terciário, o que não significa uma maior capacidade de absorção de empregos neste setor; ao contrário, verifica-se um aumento das ocupações precarizadas e informais em geral. De acordo com Singer (2000, p.110), “devido a pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a "flexibilização" de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos”.

Dada a grave situação de desemprego no país, intensifica-se a busca por formas de geração autônoma de renda. Dentre elas, manifesta-se a expansão da chamada economia dos setores populares ou economia solidária⁵⁷, que vem expressar a capacidade dos trabalhadores de auto-organizarem-se coletivamente para a produção social, em núcleos de trabalho associativo, formais ou informais. São cooperativas de consumo, associações produtivas, empresas ocupadas e geridas pelos próprios trabalhadores, dentre outras formações de grupos com experiências de trabalho semelhantes que começam a se organizar econômica e politicamente em redes. Um fenômeno que se coaduna ao conflituoso cenário político do país, indicando a composição de novas forças nas lutas sociais.

Conjugadas à crise socioeconômica, as profundas transformações políticas do final do século XX, mudaram, segundo Singer (2000, p.112), o modo de atuação dos instrumentos formais de luta da classe trabalhadora, como os sindicatos, e o foco dos movimentos emancipatórios voltou-se então cada vez mais para a sociedade civil: “multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos de libertação cuja atuação visava (...) o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados”. A Economia Solidária então se fortalece com o expressivo apoio de segmentos da Igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base⁵⁸ (CEBS), de alguns partidos

⁵⁷ Segundo Singer (2000, p.13), “Economia Solidária é um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho”.

⁵⁸ “As Comunidades Eclesiais de Base - CEBS, são organizações da Igreja Católica que se articulam em comunidades, cuja dimensão social se expressa no apoio de seus membros a diversas formas de ação coletiva, como os movimentos reivindicatórios, e no incentivo à participação em organizações populares. Surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto

políticos e de Organizações não Governamentais (ONGs) que, por sua vez, passam a contar com o financiamento de agências de cooperação internacional para o desenvolvimento de inúmeros projetos sociais.

Conforme analisa Gohn (1992, p.109):

Ao longo dos anos 1980 várias reivindicações foram obtidas; ocorreu a estruturação de várias lutas antes isoladas, e a organização de vários movimentos sociais em redes amplas; conquistaram-se espaços institucionais de participação popular, os quais foram demarcados em leis; grupos dispersos constituíram-se como sujeitos coletivos com legitimidade em face da sociedade e do Estado, passando a participar de processos de negociações sobre a distribuição dos bens públicos coletivos.

Neste cenário os trabalhadores da catação também começam a se organizar, com forte atuação de parceiros não governamentais, para produzir em associações e cooperativas. Em São Paulo, estado pioneiro na formação de cooperativas de catadores, a partir de 1982, inicia-se uma articulação para o trabalho coletivo entre os catadores de rua. A proposta apresentada por entidades religiosas consistia em desenvolver condições dignas de trabalho, garantia de direitos e acesso a benefícios sociais para indivíduos que moravam nas ruas.

De acordo com Teixeira e Pereira (2011), tal dinâmica de organização se deu quando algumas irmãs beneditinas da ONG Organização de Auxílio Fraternal (OAF), por intermédio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de São Paulo, começaram a desenvolver um trabalho sociopedagógico com a população de rua que sobrevivia da cata, buscando mostrar, por meio de práticas socioeducativas, a importância do trabalho que realizavam e estimulando-os a se agregarem em associações produtivas.

A continuidade das ações formativas ofereceu as bases para a constituição, em 1989, da primeira cooperativa de catadores do país, a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). É preciso evidenciar, contudo, que apesar de toda a trajetória de articulação precedente à fundação da cooperativa, o fato culminante para o processo de organização destes trabalhadores consiste numa reação à perseguição do então prefeito da capital paulista, que proibira a catação nas ruas da cidade. A fundação da Coopamare se constitui, assim, como uma imprescindível postura de resistência política destes sujeitos.

Conforme Gohn (1997, p.262), “a formação de movimentos de caráter popular está vinculada às lutas de exclusão social e resistência”. Movimentos como o dos catadores,

sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965”. Disponível em: <http://portaldascebs.org.br/o-que-s%C3%A3o-cebs>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

bem como os de economia solidária, por se caracterizarem como organizações políticas de trabalhadores informais, emergem e se fortalecem exatamente na eclosão de crises agudas do mundo do trabalho. Dada a urgência que a satisfação das necessidades materiais imediatas impõem, a busca por alternativas geradoras de trabalho resulta, não raro, na formação de núcleos de produção coletiva.

Iniciativas semelhantes surgem pelo país, quase sempre com apoio e articulação de parceiros da sociedade civil organizada e de setores da Igreja que propunham a organização de núcleos de trabalho cooperativo. Algumas prefeituras, pontualmente, também passaram a apoiar o trabalho coletivo dos catadores, buscando integrá-los ao sistema de limpeza urbana (ENGENHEER, 2009, p.118). Em Minas Gerais, outro estado que sedeou as primeiras cooperativas de catação, o processo se deu de modo bastante peculiar, isto é, como um ato político de resistência:

A organização dos catadores iniciou-se com uma atuação reivindicatória junto ao poder público municipal durante a gestão do então prefeito Eduardo Azeredo (1990-1992), realizando intensa mobilização, por meio de atos públicos, ocupação de espaços para a futura triagem de recicláveis e protestos encaminhados à Câmara Municipal. Essa atuação buscava forçar o poder público a romper com uma postura de discriminação e violência (GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA 2008). Nesse processo, a Pastoral sensibilizou outros atores e os catadores passaram a contar, também, com o apoio de organizações da sociedade civil local, como a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) e a Pastoral de Direitos Humanos. (...) O convênio com o poder público ofereceu as bases para a constituição da Asmare, no ano de 1990, e para o desenvolvimento dessa organização, tendo a associação se tornado referência na unidade federativa e no país. O convênio entre Asmare e poder público se mantém até hoje, passando por algumas mudanças e adequações. A experiência da Associação levou a um processo de organização dos catadores em âmbito municipal (TEIXEIRA; PEREIRA, 2011, p.10-11).

Em ambas as experiências mencionadas, tanto em São Paulo como em Minas Gerais, note-se, a culminância da organização para o trabalho ocorre em simultâneo a um movimento de organização política de combate às ações coercitivas e violentas do Estado. Na realidade, os conflitos que os catadores enfrentavam com as gestões municipais das cidades onde atuavam eram contínuos. Se a presença destes trabalhadores nas ruas incomodava a população pela “imagem suja” que despertavam, incomodavam também as empresas de limpeza urbana que ganhavam pelo peso do lixo coletado diariamente. Nos lixões, a presença dos catadores incomodava aos gestores públicos pela recorrência de acidentes letais ocasionados pelos caminhões no despejo de resíduos ou pela própria insalubridade do ambiente⁵⁹. É assim, pois, em meio à contínua tensão de forças, na dinâmica da práxis

⁵⁹ “Um dos casos emblemáticos, que se reproduzia cotidianamente pelo país, foi a tragédia que ocorreu em 1971, na capital mineira. Junto às fortes chuvas, o constante tráfego de caminhões e máquinas na Rua Brás, que ficava logo acima da área de despejo dos resíduos, causam o desabamento de uma montanha de resíduos sobre dezenas

cotidiana, que tais iniciativas são gestadas: para estes trabalhadores, enfim, a organização para o trabalho já nasce como um ato de resistência política.

Tal processo, de organização e resistência, no qual uma relação contra-hegemônica de trabalho consiste num processo pedagógico de potencial revolucionário para as demais práxis, é possível:

À medida que esse trabalhador aprende a fazer frente às formas de disciplinamento impostas pelo capital, este vê-se forçado a rever seus modos de ação criando novas formas de dominação. É no bojo desse processo pedagógico, o qual permeia as relações de produção, que vão sendo gestadas novas formas de organização do trabalho, novos padrões de relação, novas exigências de qualificação, novas ideologias. Estas formas, se representam movimentos de refuncionalização do modo de produção capitalista, também contem os germens de sua superação na medida em que, por meio delas, os trabalhadores vão aprendendo a se organizar, a reivindicar seus direitos, a desmistificar as ideologias, a dominar o conteúdo do trabalho, a compreender as relações sociais e a função que nelas desempenham (KUENZER, 1989, p. 11).

Logo, com diversos núcleos produtivos de catação criados nos centros urbanos do país, que se propunham a ser autogestionários, irrompe a necessidade de uma coesão política mais forte. Os “catadores de papel e materiais reaproveitáveis” – como à época se identificavam em coletivo –, já minimamente organizados para a produção em seus territórios, começam também a empreender ações de articulação política nacional e, em consequência, várias manifestações populares de catadores ganham visibilidade a partir da década de 1990 (ALENCAR, 2007).

Na década de 1990, a questão do lixo no Brasil estava tomando dimensões de absoluto descontrole do Governo. O aumento da geração de resíduos advindos da produção industrial, conjugado ao aumento da miséria no país, expunha a situação precária de milhares de pessoas, inclusive crianças, que sobreviviam da cata de materiais em lixões⁶⁰ e passa a ganhar notoriedade no mundo, chegando a ser considerada uma situação de calamidade pública pelos organismos internacionais. Um incidente ocorrido com crianças que trabalhavam em um lixão de Pernambuco, em 1994, ocupou o noticiário internacional e alarmou o país, definindo a intervenção do *United Nations Children's Fund* (UNICEF) nas políticas nacionais relativas ao lixo. As crianças foram hospitalizadas com intoxicação

de barracos da Vila São Domingos. Segundo dados oficiais, quinze pessoas foram soterradas, mas apenas cinco corpos foram resgatados. De acordo com moradores do local, o número de vítimas foi maior”. Disponível em <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2013/12/a-questao-do-lixo-e-dos-catadores-de.html> Acesso em 02/10/2017.

⁶⁰ Segundo pesquisa da UNICEF de 1998, 45 mil crianças de famílias brasileiras trabalhavam com catação de resíduos sólidos nas ruas e lixões a céu aberto, 30% delas sem frequentar a escola. A campanha Criança no Lixo Nunca Mais foi uma forma de mostrar à sociedade a exclusão social dos catadores e a precariedade vivida por suas crianças (IPEA, p.29).

alimentar e a suspeita era de ingestão de carne humana do lixo hospitalar depositado no lixão, junto com os demais resíduos da cidade (CAMPANI *et. al*, 2005, p. 2).

No relatório elaborado pelo UNICEF, o panorama dos resíduos sólidos no Brasil apresentava o seguinte quadro, em resumo:

- Havia lixões por todo o País e as dezenas de milhares de famílias que viviam no lixo não eram sequer percebidas pela sociedade brasileira.
- Os catadores das ruas das cidades eram desprezados, agredidos e explorados. Havia poucos programas de coleta seletiva, sendo que raríssimos incluíam os catadores.
- O trabalho de crianças com lixo também não estava na pauta de entidades que lutavam contra o trabalho infantil.
- Os próprios catadores não se percebiam como o elo mais frágil da cadeia produtiva da reciclagem.
- Os investimentos financeiros do Governo Federal em resíduos sólidos eram inexpressivos e os poucos investimentos realizados eram perdidos.
- Os governos locais também não priorizavam o lixo nos orçamentos municipais. (CAMPANI *et. al*, 2005, p. 2).

Mediante a gravidade da situação diagnosticada no país, o UNICEF justificou o início da articulação de um fórum nacional que assumisse um programa de mudanças efetivas deste quadro. Em 1998, foi oficializada a criação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC), cujos principais objetivos eram: erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em lixões; estimular a inserção social e econômica de catadores em programas de coleta seletiva; e mudar a forma de destinação do lixo no país, eliminando os lixões e adotando aterros sanitários. Logo em seguida lança, em Brasília, a campanha nacional ‘Criança no Lixo Nunca Mais’ (TEIXEIRA, 2011). O Fórum⁶¹, então organizado nas três esferas federativas – nacional, estadual e municipal -, foi formado inicialmente por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, de associações de catadores - ainda não articulados num movimento nacional-, da iniciativa privada e do poder público (IPEA, 2013). Em pouco tempo, tinham sido formados fóruns estaduais em 23 estados da federação, enquanto vários fóruns municipais também se constituíam (CAMPANI *et. al*, 2005, p. 3).

A disseminação dos fóruns L&C, no decorrer da década de 1990 e nos anos 2000, conjugada às diversas experiências de cooperativas e associações de catadores e suas articulações políticas locais formaram a propulsão inicial do que viria a ser o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

⁶¹Os fóruns Lixo e Cidadania são reconhecidos socialmente como espaços de debates, articulações interorganizacionais e proposições para o acompanhamento de programas de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. (IPEA, p.30)

4.1.1 O cenário de lutas na consolidação do MNCR

A década de 1990 é marcada por um profundo contexto de crise dos movimentos sociais populares no Brasil, expressão de uma crise ideológica e socioeconômica de caráter estrutural. Os movimentos trabalhistas, submetidos aos ataques do neoliberalismo, além de sofrerem a perda de conquistas no terreno social, passam a ter sua independência de classe ameaçada (WELMOWICKI, 2004). Frente a um regime com instituições baseadas na democracia política e nas propostas de pacto social pelo governo, dentre outros diversos fatores que não cabe aprofundar aqui⁶², a forte estratégia de luta classista vai sendo substituída por uma política de colaboração de classes.

Gohn (1992, p. 311) lembra alguns fatos da conjuntura política que foram significativos nesta mudança da dinâmica das lutas sociais:

no início dos anos 1990 o país saía de uma etapa de conquistas de novos direitos constitucionais, a maioria dos quais precisava ser regulamentada. A volta das eleições diretas, em todos os níveis governamentais, também alterou a dinâmica das lutas sociais porque se tratava agora de democratizar os espaços públicos estatais. (...) Houve até quem preconizasse, naqueles anos, que a fase das mobilizações nas ruas dos movimentos estava ultrapassada, correspondia a uma etapa já superada, pois o regime militar havia caído e se tratava agora de atuar apenas no plano institucional, junto ao Estado.

Portanto, no curso deste período, novos métodos de negociação com o poder público foram desenvolvidos, frutos da implementação de novas políticas sociais. As formas de luta, que tinham um forte caráter de classe, mudam seu foco de ação e a constituição de movimentos sociais demandatários por políticas públicas específicas, que reivindicavam a "inclusão social" pelo trabalho, dispostos a atuar como co-partícipes das ações estatais, disseminava-se. Nesse cenário, "os conflitos sociais, via de regra, não são mais resolvidos pelo uso da força, mas nas mesas de negociação, pautados por mecanismos jurisdicionais de controle" (GOHN, 1997, p.315).

A gestão de fundos públicos, agora em parceria com a sociedade civil organizada, passa a priorizar o desenvolvimento de projetos e programas sociais pontuais que seriam executados principalmente por ONGs, o que, para Gohn (1992), contribuiu para desorganizar as antigas formas dos movimentos fazerem suas demandas e reivindicações. Nessa linha de atuação, é preciso seguir metas e prazos, organizando-se esquemas de execução onde não haja dispêndio de tempo com mobilizações para demandas não planejadas.

Pela lógica da "inclusão social", diversos movimentos sociais passaram a ter como

⁶² Ver Welmowicki, J. (2004).

foco a inserção no mercado de trabalho ou no de consumo e a luta por políticas públicas "includentes" se apresenta como uma das características principais de um amplo processo de conciliação social. Nesse novo contexto das lutas populares, são propagados os instrumentos de participação popular, como fóruns de debates, conferências e orçamentos participativos, que surgem como elementos determinantes de transformação social (FREITAS, 2010). A criação do Fórum Lixo e Cidadania, em 1998, há pouco mencionado, constitui um desses instrumentos.

Com o aprimoramento das novas relações (institucionalizadas) entre Estado e sociedade civil organizada, os espaços de negociação foram em grande parte, normatizados. “Fora das políticas públicas não há recursos financeiros para desenvolver projetos com a comunidade organizada porque os financiamentos internacionais agora são escassos. A questão financeira é um dos nódulos principais da complexa relação dos movimentos com o Estado” (GOHN, 1997, p. 318). As agendas dos órgãos públicos passam a conter compromissos permanentes de interação com a sociedade civil. No entanto, esta interação ocorre segundo os interesses e regras estabelecidos pelas classes dominantes, dado que as questões estruturais da realidade socioeconômica do capitalismo brasileiro não se modificaram mediante a mudança para um regime democrático, cumprindo o Estado a mesma função de representante dos interesses hegemônicos.

Em meio a toda esta realidade, contudo, uma outra emerge. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST⁶³ experimenta um momento histórico de grande fortalecimento e se transforma no maior movimento popular do Brasil nos anos 90, referência para a organização dos demais movimentos populares rurais e urbanos, inclusive para o MNCR, que se inspira em princípios e métodos de luta adotados pelo MST.

4.1.2 Criação e expansão do MNCR

*“A mão estendida e os braços abertos aos companheiros &
O punho fechado para golpear o inimigo!!!”
(Caderno de Formação Nacional do MNCR, 2005, p.54)*

Conforme Alencar (2007), o MNCR foi, de fato, criado em novembro de 1999 durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, ocasião

⁶³ De acordo com Gohn (1997, p. 305), o MST em sua origem, nos anos 70, esteve associado à CTP (Comissão Pastoral da Terra), nos anos 80 passou a contar com dirigentes ligados à CUT e ao PT, e a fundamentar seu projeto no socialismo marxista. Nos anos 90, sem abandonar seus ideais socialistas, o MST redefine suas estratégias para se inserir numa economia de mercado, tornar seus assentamentos produtivos, voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência”.

onde catadores de várias cidades discutiram, com o apoio preponderante do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, as reivindicações e propostas centrais da categoria que, apresentadas ao governo federal deveriam ser transformadas em políticas públicas. Para tanto, deliberaram a organização de um congresso nacional onde seria oficializada a fundação daquele movimento político que já se consolidava, na prática.

O 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis se efetivou em 2001⁶⁴, em Brasília, junto à organização da população em situação de rua. Contou com cerca de 1.600 participantes, entre catadores, assessores técnicos e assistentes sociais de dezessete estados brasileiros, e mais 3000 participantes da 1ª Marcha Nacional da População de Rua. Neste evento histórico para a luta dos catadores no Brasil, entoando palavras de ordem como: “Pelo fim dos lixões! Reciclagem feita pelos catadores, já!”, foi definido que o movimento de organização nacional destes trabalhadores deveria ser prontamente oficializado. (IPEA, 30)

Na ocasião, foi “apresentado ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que demandava a regulamentação da profissão ‘*catador de materiais recicláveis*’ e determinava que o processo de industrialização (reciclagem) fosse desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis” (MNCR, 2008). A “Carta de Brasília” (Anexo 1), documento elaborado como produto do Congresso para apresentação de propostas à sociedade e ao poder público, destacava, especialmente:

- 1.1-Garantia de fomento e subsídios para os empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis;
- 1.2-Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional;
- 1.3-Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4-Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis;
- 1.6-Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles;
- 3.1-Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação;
- 3.4-Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.
- 3.5-Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa

⁶⁴ Em meio aos diversos acontecimentos conjunturais que funcionaram como forças propulsoras à constituição do MNCR, em 2001 acontece em Porto Alegre/RS o 1º Fórum Social Mundial, tendo a sustentabilidade como um de seus eixos temáticos.

Bolsa-Escola.

Neste documento histórico para o movimento, o MNCR expressa uma de suas bandeiras centrais de luta, que consiste em: “alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho” (MNCR, 2012). À medida que os catadores foram alcançando maior grau de organização política passaram a ter, enquanto categoria social, um maior respaldo para negociar com as diferentes instâncias do Governo questões como o acesso aos direitos sociais básicos e a regulamentação de sua atividade profissional.

No decurso de suas intensas negociações com o governo federal⁶⁵, conseguem ocupar espaços institucionais de poder, e uma série de leis e decretos federais é aprovada com o fito de beneficiar prioritariamente os catadores vinculados a organizações produtivas. As medidas do governo, elaboradas com ativa participação do MNCR, eram explícitas no propósito de apoiar e incentivar a formação de cooperativas e associações de catadores como meio de fortalecer sua capacidade produtiva e geração de trabalho e renda.

Enquanto o MNCR – que nasce como uma expressiva extensão do movimento de economia solidária – se fortalece institucionalmente, observa-se uma explosão no número de cooperativas e associações autogestionárias de reciclagem. Estima-se, inclusive, que das cerca de 500 cooperativas e associações de catadores existentes no país atualmente, 78% surgiram após esse período (ALENCAR, 2007).

Em vista de tal fenômeno, segundo Bortoli (2013, p.5), pode-se perceber que “na primeira década do século XXI, houve um deslocamento da coleta como uma das formas de subsistência, realizada de modo individual – atividade recorrente na última década do século XX –, para a coleta como uma forma de subsistência, realizada por catadores organizados”. Esse deslocamento tanto demarcou a necessidade do desenvolvimento de novas tecnologias para a realização do trabalho de coleta, como demandou uma expansão da organização social e política do emergente movimento popular.

Com efeito, o processo de organização do MNCR a partir de 2001, teve como pressuposto a formação da resistência ao processo de exploração da força de trabalho dos catadores e de sua degradação humana. Tomando a “solidariedade de classe” por princípio essencial, observa-se a articulação, desde sua origem, de ações estratégicas para se aliar a outros movimentos sociais – como ambientalistas, feministas, movimento negro, lutas por

⁶⁵Segundo o MNCR, as conquistas mais efetivas junto ao Estado datam a partir de 2003, com a gestão do PT.

moradia, por saúde, dentre outros –, apresentando a proposta de atuar com eles em cooperação e se fortalecer enquanto organização política contra-hegemônica. A importância da articulação com as demais forças sociais que representam os interesses das classes dos trabalhadores, como “sindicatos e entidades brasileiras e de outros países” (MNCR, 2005), aparece no documento onde o MNCR apresenta os princípios fundamentais para o movimento:

A “Solidariedade de Classe” é o princípio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos. Opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz parte das classes oprimidas, somos um setor dentro delas, porém existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e os quilombolas, os trabalhadores assalariados, etc...É importante compreendermos isso pois em nossa luta sozinhos, não venceremos, a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a “solidariedade com todos os setores das classes oprimidas”. (Declaração de princípios e objetivos, MNCR, 2005, p.2)

Pelo mesmo princípio, o organismo adota como prioridade as ações de articulação com os movimentos internacionais da categoria e mostra o quanto a organização dos catadores de materiais recicláveis se expandiu, a ponto de ultrapassar barreiras nacionais. O MNCR foi um dos primeiros movimentos nacionais de catadores a se organizar politicamente e virou referência para os demais países, especialmente na América Latina.

A semelhança das condições de vida e trabalho às quais estavam submetidos os catadores de vários centros urbanos do mundo favoreceu a organização política desses trabalhadores nas esferas local, nacional e internacional. Os avanços nas mobilizações e reivindicações dos trabalhadores da catação e as conquistas obtidas nas negociações com o Governo, a exemplo das experiências pioneiras do Brasil e da Colômbia, no início dos anos 2000, “motivaram a criação de movimentos políticos semelhantes no Chile, a formação de cooperativas no Uruguai e expectativas para a criação de uma rede global para a troca de informações entre as organizações de catadores do mundo” (BORTOLI, 2013, p.251), o que viria a ser a Aliança Global de Catadores, mais adiante.

Catadores da América Latina, Ásia e África, recorrentemente denunciam aos seus organismos representativos situações de precariedade, maus tratos, humilhações e enfrentamento de concorrência “desleal” com a implantação de políticas de privatização dos serviços de coleta seletiva e a criação de políticas higienizadoras e criminalizadoras. A

criação da Rede Latino-Americana e Caribenha de Catadores - RedLacre⁶⁶, por seu turno, é a expressão do contínuo estado de alerta e resistência pela preservação da própria vida com a qual os catadores precisam lidar na práxis cotidiana:

Rodríguez comenta o fato ocorrido no ano de 1992, na cidade de Barranquilla, na Colômbia, quando onze “descartáveis” foram assassinados e seus corpos utilizados para experiências médicas em um centro universitário. O crime deu origem à rede de cooperativas de recicladores da América Latina, que foram criadas no intuito de valorizar a ocupação e de reconhecer os “descartáveis” como profissionais “recicladores de resíduos”. (VELLOSO, 2008, p.6)

Em memória deste massacre – e numa manifestação de repúdio às péssimas condições de trabalho às quais os catadores dos países latinos eram submetidos, além da acentuada discriminação social com a qual tinham que lidar cotidianamente – foi declarado o dia 01 de março o Dia Mundial dos Catadores e, desde então, principiou-se uma organização política dos países latinos em defesa dos direitos destes trabalhadores, a RedLacre. (MNCR, 2005a).

O MNCR passa a participar ativamente como membro de organizações como a RedLacre, a *Womem in Informal Employment: Globalizing and Organizing - WIEGO*⁶⁷ e a Aliança Global de Catadores - *Globalrec*⁶⁸, garantindo assento em seus conselhos deliberativos. A realização de eventos internacionais no Brasil, na primeira década do século XXI, provoca mudanças importantes na realidade dos catadores e passa a tensionar os interesses envolvidos na organização do segmento. “Nesse momento o MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais. Muitas lutas foram travadas em todo o Brasil e muitas conquistas alcançadas” (MNCR, 2003).

O I Congresso Latino-americano de Catadores, em 2003, ocorre em Porto Alegre/RS com a divulgação da Carta de Caxias do Sul (Anexo 2), que denuncia a situação dos catadores na América Latina e unifica as pautas de reivindicações com catadores e organizações entre os países. Segue um trecho do documento final do congresso elaborado

⁶⁶A RedLacre é uma organização representativa que agrega os movimentos nacionais de catadores residentes no continente latino americano e Caribe, composta por delegados de 17 países. Disponível em <http://globalrec.org/pt-br/historia-2/>. Acesso em 01/10/2017.

⁶⁷ A rede WIEGO uma rede global de ação-pesquisa-política que procura melhorar o status dos trabalhadores pobres na economia informal, especialmente mulheres. É composta por organizações de trabalhadores informais, pesquisadores individuais e profissionais gestores engajados ou preocupados com o emprego informal. Disponível em <http://www.redrecicladores.net/somos/>. Acesso em 01/10/2017.

⁶⁸ Aliança Global de Catadores- processo de articulação entre organizações de catadores em mais de 28 países abrangendo principalmente América Latina, Ásia e África. Por ser uma Aliança Global, os integrantes atuam em conjunto através de atividades de alto impacto e visibilidade, incluindo a participação nos eventos da ONU sobre o aquecimento global em Bonn, Copenhagen, Tianjin e Cancún, onde pela primeira vez um catador fez um discurso público para o mundo inteiro no plenário de abertura. Disponível em <http://globalrec.org/pt-br/historia-2/>. Acesso em 01/10/2017.

pelos trabalhadores:

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora. A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta. (...) **Não aceitamos esse projeto dos capitalistas.** Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida. (MNCR, Carta de Caxias do Sul, 2003, p.2. Grifo nosso)

O II Congresso Latino-americano de Catadores acontece dois anos depois, também no Brasil. Neste evento, “novas frentes de luta são abertas na América Latina, com participação de 1.050 pessoas vindas de todas as regiões do Brasil, e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia” (MNCR, 2006). Logo em seguida, em março de 2006, os catadores brasileiros mobilizam-se e promovem uma outra grande Marcha até Brasília, apresentando suas reivindicações ao Governo Federal. Exigiam a criação de pelo menos 40 mil novos postos de trabalho para catadores e catadoras em cooperativas e associações em todo o país. Esse evento tornou-se um dos principais marcos históricos da luta dos catadores, com a participação de cerca de 1.200 trabalhadores da catação (MNCR, 2015).

Em 2008, é realizado o III Congresso Latino-americano de Catadores de Material Reciclável, na Colômbia, agora reunindo catadores representantes de 15 países e diversos segmentos do governo e da sociedade civil. No evento, produziram a Carta de Bogotá (Anexo 3), “um documento que se propunha, principalmente, a estimular o compromisso das organizações participantes para a mobilização mundial do reconhecimento da profissão de catador” (MNCR, 2015). Seguem trechos da Carta, onde proclamavam:

- Mobilizar mundialmente o **reconhecimento da profissão** dos catadores e de suas organizações, por meio de espaços de discussão. Por meio do desenvolvimento de estratégias de presença ativa nestes cenários.
- Conseguir compromissos de **socialização do conhecimento aos catadores** e suas organizações nacionais, suas estruturas locais, e as bases orgânicas dos diferentes movimentos.
- Gerar mobilização mundial de cada país articuladamente buscando a **proclamação do dia Mundial** dos Catadores e de sua profissão orientado ao reconhecimento da atividade e das pessoas que a exercem.
- Os participantes do Congresso exigem dos poderes públicos e governos que na contratação de serviços de limpeza, priorizem as organizações de catadores dando as condições para sua efetiva inclusão, mediante o **desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais** que concretizem ações afirmativas.

- As organizações participantes comprometemo-nos em nível mundial a realizar a **formação, capacitação e conhecimento para a profissionalização** da atividade.
- Avançar nos comitês mundiais, regionais e locais a luta para **controlar a cadeia de valor produtiva de reciclagem** e suas rendas através de redes e centros de produção. (Carta de Bogotá, MNCR, 2008, p.1. Grifo nosso).

Atualmente, o MNCR é um movimento social organizado em 23 estados brasileiros e reconhecido como a maior organização nacional de defesa dos interesses dos catadores do mundo (IPEA, 2013). Conta com o apoio interno da Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis-ANCAT⁶⁹ e, juntos, promovem anualmente um evento nacional dotado de forte poder de articulação entre os trabalhadores da catação, gestores públicos, indústria e da sociedade civil organizada: a Expocatadores⁷⁰. Considerado um dos principais eventos na temática de resíduos sólidos urbanos e educação ambiental do Brasil, tem como propósito central “o fortalecimento da rede de catadores articulando meios estratégicos para profissionalização dos trabalhadores e inserção de suas organizações produtivas na cadeia da reciclagem” (ANCAT, 2017).

4.2 Organização interna do MNCR

*“Se não há fronteiras para os que exploram,
não deverá ter para os que lutam.”*
(Cartilha de formação do MNCR, 2009, p.15)

Ao se analisar os princípios fundamentais que norteiam a atuação do Movimento e suas bases, é possível inferir o modo como se estruturam internamente. Princípios como autogestão, democracia direta, independência de classe, apoio mútuo, ação direta e solidariedade de classe norteiam o ‘*modus operandi*’ da organização dos catadores em suas bases orgânicas. Seja no exercício da práxis produtiva, na práxis cotidiana ou na práxis político educativa, enfim, o MNCR procura meios de estabelecer, com rigor educativo, a concretização destes fundamentos nas relações entre os trabalhadores da catação desde a origem de seus núcleos de produção, tratando tais elementos como indispensáveis a uma construção identitária de classe.

No documento de adesão dos coletivos de catadores ao MNCR – o *Termo de Adesão das bases orgânicas ao MNCR* (Anexo 4) –, constam dois tópicos: os ‘Princípios e Objetivos do Movimento’ e as ‘Bases de Acordo’. Tais orientações estão explícitas no

⁶⁹A ANCAT “constitui-se como um centro de inteligência da categoria, que formula políticas, programas e projetos voltados ao fortalecimento da organização social e econômica dos catadores de materiais recicláveis”. Disponível em <http://ancat.org.br/historico-da-ancat/> Acesso em 06/10/2017.

⁷⁰Em 2017, será realizada a 8ª edição do evento, com o tema central: “Reciclagem Popular: o papel dos catadores na defesa do Planeta”. Disponível em <http://www.expocatadores.com.br/o-evento/> Acesso em 06/10/2017.

documento de forma pedagógica, sendo apresentado o conceito de cada um deles, conforme o entendimento dos integrantes do movimento. Afinal, a educação política figura como linha central de ação desta organização, conforme indicado em uma de suas cartilhas formativas, onde afirmam que “sem categorias comuns (conceitos), qualquer Programa é impossível de ser executado” (MNCR, 2005, p.54).

No ‘Termo de Adesão’ pode-se perceber a utilização de meios explícitos que denotam a dimensão educativa na própria práxis de organização política destes trabalhadores. Abaixo, estão sistematizadas algumas das concepções contidas no documento. Para o MNCR:

.“Auto-gestão” é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Auto-gestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

.“Democracia direta” é a forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável de base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das ideias e o debate.

.“Ação direta” é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto organizado, ou seja, é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando para que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso. A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento e do movimento para a sociedade. (Declaração de princípios e objetivos, MNCR, 2005, p.1)

A intervenção direta do catador na realidade concreta, considerada sua capacidade de transformação objetiva, é tida como um elemento central de conscientização de classe em seu processo organizacional. Tomando a autogestão como princípio, pretende-se o controle do processo produtivo pelos próprios trabalhadores e a propriedade coletiva dos meios de produção. Esta forma de organização tem raízes revolucionárias, desde que os catadores, como classe trabalhadora, desenvolvem em sua práxis cotidiana, condições de assumir o controle social da produção e, assim – considerando o primado da práxis na formação humana, tratado no primeiro capítulo deste trabalho – desenvolvam seu potencial de sujeitos plenamente capazes de transformar as condições materiais por meio de suas ações objetivas, coletivamente. Konder (1992, p.94), citando Gramsci, destaca tal potencial como inerente ao ser humano:

através de uma enérgica revalorização da capacidade que os seres humanos possuem de inventar novos expedientes, de criar novas ideias, de se educarem e se reeducarem uns aos outros, de fazerem uma história diferente daquela que vem sendo feita. “Todo homem” – escrevia ele – “na medida em que é ativo, isto é, vivo, contribui para modificar o ambiente social em que se desenvolve (para modificar determinados caracteres ou para conservar outros), quer dizer, tende a estabelecer ‘normas’, regras de vida e de conduta”.

Conjugada à democracia direta, a orientação aos trabalhadores que compõem as Bases Orgânicas é de que a participação ativa seja um direito e um dever de todos os associados. Como espaços deliberativos, o Movimento adota as ‘bases orgânicas’ e os ‘comitês regionais’ (cujas funções serão apresentadas mais adiante), garantindo uma dinâmica interativa pela qual os debates transitem nas várias instâncias representativas e possibilite uma participação geral (MNCR, 2005, p.27).

O princípio da ação direta, considerado por eles também um método de trabalho, demonstra que os processos de luta e mobilização sociais tem um claro direcionamento propositivo em suas atuações políticas. Ainda sobre este princípio, o MNCR (2005, p.26) afirma que seus membros costumam valorizar a prática da ação direta popular como um fundamento geral, isto é, o MNCR acredita na participação ativa do trabalhador em tudo o que envolve a sua práxis cotidiana e acredita ainda que tal postura, em coletivo, anuncia possibilidades concretas para a transformação da sociedade.

Os elementos até aqui apresentados, ainda que se façam presentes como potencialidade, como princípios de formação e proposta de ação, se considerados em conjunto, como base de um ‘Programa Nacional de Luta’⁷¹ de trabalhadores organizados, podem ser tomados como princípios revolucionários, pois seu objetivo essencial é obter o controle ativo, consciente e coletivo do processo histórico. São elementos que constituem recursos formativos quando, no esforço cotidiano por sua efetivação, criam e desenvolvem meios coletivos de lidar com os constantes conflitos apresentados pela realidade concreta. Em caso de êxito das lutas contra hegemônicas das quais fazem parte os trabalhadores catadores, lutadores sociais esses elementos referidos podem, devem ser incorporados à práxis cotidiana – esse processo todo, desde a formação do lutador social que trabalha com o lixo, passando pelas lutas hegemônicas até a eventual incorporação daqueles valores na práxis corriqueira do dia a dia é um processo formativo cuja base ontológica é a práxis.

Os demais princípios adotados pelo MNCR, com semelhante teor potencialmente revolucionário, são: ‘independência de classe’ e o ‘apoio mútuo’, além da ‘solidariedade de classe’ já mencionada anteriormente. Estes encerram um dos alicerces que fundamentam e identificam as ações do movimento de catadores como um movimento que propõe, substancialmente, a autonomia e o empoderamento de seus membros. Para o MNCR, cada um destes princípios é assim conceituado:

⁷¹O Programa Nacional de Luta do MNCR está disponível em suas cartilhas de formação e no sítio do movimento: <http://www.mnrc.org.br/setores/programa-de-luta>.

- “Independência de classe” é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam. Significa que a união do povo, nossa luta e organização não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos;
- “Apoio mútuo” ou Ajuda Mútua é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação. É contrário aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância.

Conforme o Movimento de Catadores, pelo princípio da ‘*independência de classe*’, busca-se não criar vínculos de dependência com partidos políticos, governos ou empresários. Ao mesmo tempo, segue-se firme na reivindicação pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados. Os limites da integração com os setores sociais que não pertencem à classe trabalhadora são delimitados pelas ações estratégicas de: “firmar com os poderes públicos contratos que garantam aos catadores o repasse financeiro pelo serviço prestado à sociedade, e cobrar das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos, o devido pagamento pela sua contribuição na reciclagem” (MNCR, 2005, p.12). Este princípio, nos parece, está diretamente relacionado à identidade de classe, pois, ao alegar independência, supõe-se que haja clareza do lugar em que ocupam na estrutura social e de quais interesses de classe defendem. Também a este princípio, está vinculada a “solidariedade de classes”, cujo conceito apresentado pelo MNCR assume que “é o princípio histórico da união de todos os pobres. (...) É importante compreendermos isso, pois em nossa luta sozinhos, não venceremos”.

Sobre a necessidade da classe trabalhadora trilhar um longo caminho de lutas até a transformação social efetiva, com o objetivo final de suplantar as forças que compõem o sistema sociometabólico do capital, Konder (1992, p.48) nos lembra, tomando o legado marxiano por referência, que:

Marx não era nenhum ingênuo, propenso a se iludir: ele via, com clareza, que a guerra não podia ser vencida de uma hora para outra. Era preciso reconhecer com realismo o poder das classes conservadoras; era preciso empreender uma prolongada preparação da classe operária para os combates decisivos. (...) Marx polemizava asperamente contra os sectários, contra os aventureiros que acompanhavam a proposta de uma imediata tomada do poder por parte de grupos revolucionários imaturos e precipitados; e dizia que, para transformarem a situação existente e se transformarem a si mesmos, capacitando-se para exercer o poder político, os trabalhadores alemães precisariam de tempo.

Mediados pela realidade concreta, essencialmente contraditória, a organização dos catadores, assim como ocorre aos diversos movimentos que se mobilizam pela defesa dos interesses das classes trabalhadoras, enfrentam as dificuldades objetivas para a construção e efetivação de um programa de resistência às formas de exploração e opressão capitalista. Sendo parte integrante da estrutura econômica e social que pretende transformar, o MNCR

estabelece ações estratégicas de combate às condições de exploração capitalistas que devem ser adotadas no cotidiano dos catadores, em todas as instâncias do movimento.

Uma dessas estratégias é o modo como definem sua disposição na estrutura organizacional interna. De acordo com o exposto na cartilha de formação do MNCR (2009, p.31), “as Instâncias são os espaços de discussão política onde os catadores de materiais recicláveis se reúnem em torno da causa da categoria. É nas instâncias que podemos refletir e praticar os princípios que guiam nossa luta”. A estrutura organizacional interna do movimento é, assim, formada por quatro instâncias: Bases Orgânicas, Comitê Regional, Coordenação Estadual e Comissão Nacional. A seguir, apresentamos os conceitos dos espaços deliberativos mais próximos às bases.

Base orgânica, segundo o movimento, é:

o agrupamento organizado de catadores que integram a luta e o trabalho de catação. ‘Orgânica’ é como chamamos os grupos de catadores organizados que realmente integram a luta do MNCR, sendo parte dele, ou seja, **assim como um braço ou uma perna é parte orgânica de uma pessoa, portanto, um órgão, a base orgânica é um pedaço, um membro do movimento.** A base orgânica pode ser uma cooperativa, associação, grupo não formalizado ou entreposto; e é formada por catadores e catadoras que aceitam os critérios e condutas descritas na Base de Acordo do MNCR. (Cartilha formativa, 2009, p.32, grifo nosso)

De acordo com o IPEA (2003, p. 26), a quantidade de empreendimentos de catadores – bases orgânicas - em funcionamento no país não pode ser apreciada, visto que não há estatísticas precisas que revelem a realidade do associativismo e cooperativismo da reciclagem. No entanto, em levantamento realizado pelo IBGE, tendo como referência o ano de 2008, “foram identificadas 1.175 cooperativas ou associações de catadores, distribuídas em 684 municípios brasileiros e totalizando 30.390 trabalhadores (Ipea, 2011)”.

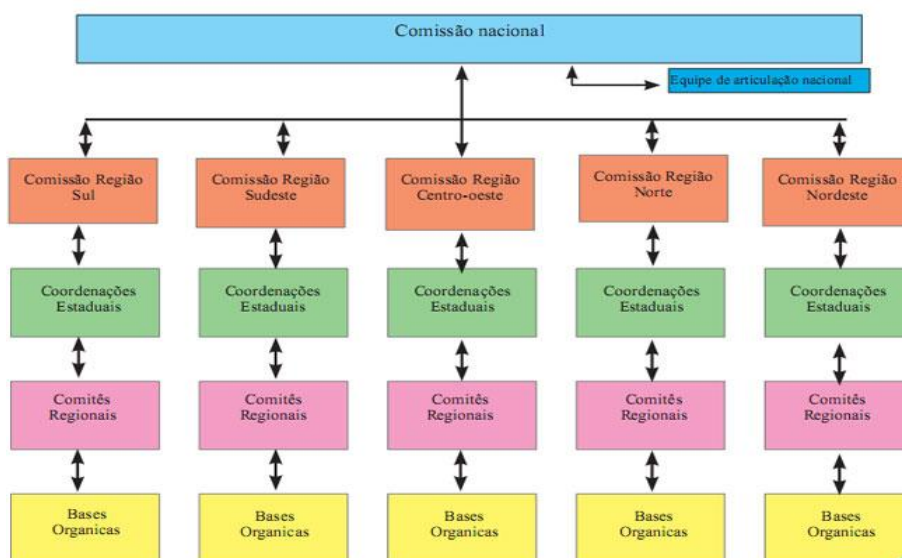
Importa destacar que, segundo os critérios do Movimento, para que o catador, individualmente, possa fazer parte de qualquer das instâncias dessa organização, tem de estar ligado a uma base orgânica e a um Comitê Regional, que é formado por um conjunto de bases orgânicas, um espaço deliberativo responsável pela articulação entre as bases e o Movimento Nacional. Segundo o MNCR:

os comitês regionais(...)se articulam através de reuniões e encontros para fazer avançar as estratégias do MNCR, de avanço na cadeia produtiva dos materiais recicláveis, através da implantação da Coleta Seletiva Solidária feita pelos catadores com o pagamento pelo serviço prestado. O Comitê tem a tarefa de manter as bases bem informadas, discutir e deliberar ações de luta e conquista dos objetivos do MNCR. O Comitê é o espaço ideal para ações conjuntas de solidariedade com bases em dificuldade ou lutas sociais locais. A união dos companheiros(as) na região torna o movimento mais forte e preparado para enfrentar as dificuldades. (Cartilha de Formação-Nível 1, MNCR, 2009, p. 38)

A dinâmica de constituição da estrutura Nacional se define da seguinte forma: cada Comitê Regional indica dois representantes para a Coordenação Estadual, que por sua vez, indica dois delegados para a Comissão Nacional, a instância máxima de decisão do MNCR. Para apoiar a Comissão Nacional na execução de suas tarefas, criou-se a Equipe de Articulação Nacional, cujo papel consiste em agilizar o cumprimento de ações e articulações, criando um laço Nacional entre os diversos núcleos do movimento. A equipe de Articulação Nacional é composta por 5 catadores das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Ainda, para apoiar as ações do Movimento Nacional, foram também criadas as Comissões Regionais, que são as instâncias de organização para atender às demandas e ações regionais entre os estados brasileiros (MNCR, 2009, p.35-36).

Abaixo, seguem os organogramas da Coordenação Nacional do MNCR contendo todas as instâncias, com seus mecanismos de interação.

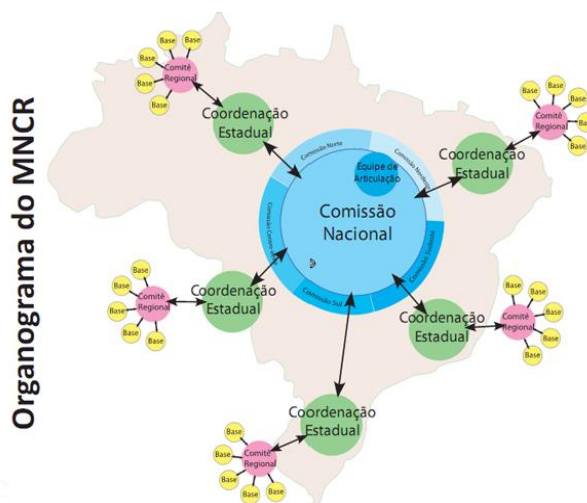
Figura 7: Organograma da Coordenação Nacional do MNCR



Fonte: MNCR, 2009.

Embora o vínculo a um núcleo produtivo seja um critério para o catador tornar-se membro do MNCR, nem todas as associações, cooperativas ou grupos informais de catadores são filiados ao Movimento. Conforme regimento interno, para que um núcleo produtivo de catadores se torne uma Base Orgânica, deve cumprir os seguintes procedimentos: formalizar compromisso com todos os critérios definidos no *Termo de Adesão das Bases Orgânicas ao MNCR*, onde assumem responsabilidades com a organização interna do MNCR e suas instâncias, para em seguida passar por uma avaliação do Comitê Regional, e, por fim, ser aprovado pela Coordenação Estadual.

Figura 8: Organograma fluxo da Coordenação Nacional do MNCR



Fonte: MNCR, 2009a.

A conservação da estrutura organizacional estabelecida pelo MNCR é energicamente vigiada e preservada por eles. De acordo com seus códigos de conduta, o apoio de parcerias, apesar de ser muito bem acolhido, constituindo, inclusive, como viu-se há pouco, como uma importante estratégia de ação, deve obedecer a limites de participação no funcionamento das Bases. A autonomia dos catadores é tida como um elemento irrevogável. Nas cartilhas de formação que fazem parte de seu material político-pedagógico, consta a clara orientação de que o poder de decisão das ações, sejam de gestão interna dos empreendimentos, sejam ações de mobilização política, é atributo exclusivo dos catadores. Não é permitida a intervenção direta de agentes externos ao movimento. Conforme orientação expressa nas formações realizadas pelos próprios catadores:

Atenção: A assessoria técnica jamais deve participar do excedente gerado pela cooperativa. Os recursos que a remuneram não podem ser atribuídos na forma de participação dos resultados. Há que se separar os papéis de cada um! (...) A realização de parcerias com os poderes públicos (municipal, estadual e federal) ou entidades da sociedade civil são iniciativas importantes para o desenvolvimento e a expansão das atividades produtivas dos catadores. Mas, os critérios estabelecidos nas Bases de Acordo e Princípios do MNCR são referências fundamentais para que os catadores garantam sua autonomia econômica, política e administrativa (processo de tomada de decisões), ou seja, sua capacidade de autodeterminação. (Cartilha de formação-Nível, MNCR, 2009, p. 25-26)

Além disso, importante pontuar, a exigência do MNCR de que todo Ato Público que tenha a participação do Movimento, portando sua simbologia, seja antes aprovado pela Coordenação Estadual e que as informações sejam encaminhadas à Secretaria Nacional Itinerante, a fim de legitimar a ação.

As ‘Bases de Acordo do MNCR’ – que constam no *Termo de Adesão* -, são regulamentos internos que orientam como os catadores devem proceder na relação que estabelecem com os diversos agentes envolvidos em seu cotidiano do trabalho e de militância política. A partir da adesão ao disposto neste documento, pretende-se firmar acordos de conduta e critérios de filiação ao movimento - todas as ações das Bases Orgânicas devem se submeter aos critérios fundamentados neste documento (MNCR, 2009). Os compromissos assumidos se referem, especificamente, ao proceder dos catadores em sua relação com: a categoria em geral, com os companheiros(as) de trabalho organizados, com as bases orgânicas do MNCR, com as cooperativas e associações de bases em processo de organização; em relação ao trabalho, às parcerias; às políticas públicas e aos atos públicos.

Abaixo, seguem alguns destaques deste regulamento, que, em si, caracterizam a metodologia e as linhas de ação do movimento de catadores:

1- COM RELAÇÃO À CATEGORIA;

- 1.1-Assumir o trabalho e o nome da categoria de Catador de Materiais Recicláveis como profissão.
- 1.2-Ter conhecimento da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), que reconhece e descreve a atuação do Catador de Materiais Recicláveis no mercado de trabalho.
- 1.3-Ser um profissional Catador(a) da Material Reciclável organizado em uma Cooperativa, Associação, Entreposto ou Grupo que seja auto gestor e orientado pelos princípios do MNCR.

2-COM RELAÇÃO AOS COMPANHEIROS(AS) DE TRABALHO ORGANIZADOS ENQUANTO BASES ORGÂNICAS DO MNCR:

- 2.2- Participar de atos e ações que promovam a inclusão social de catadores(as) que vivem do trabalho nas ruas e lixões.
- 2.3- Respeitar e manter um relacionamento de companheirismo e solidariedade, sem discriminação, com aqueles catadores(as) que ainda não estão organizados e com os catadores moradores de rua.
- 2.4- Respeitar os Pontos de Coleta dos Catadores (as) organizados e não Organizados.

3-COM RELAÇÃO AS COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES E BASES EM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO (devem):

- 3.1- Ser compostas e dirigidas exclusivamente por Catadores(as) de Materiais Recicláveis.
- 3.2- Basear a organização de sua atividade produtiva nos princípios do MNCR.
- 3.3-Desenvolver práticas solidárias, incentivando a troca de experiências relacionadas a formas de produção, comercialização, tecnologia, modelos de administração e gestão.
- 3.4- Manter em suas sedes sociais a simbologia do Movimento Nacional dos Catadores(a) através de bandeiras, uniformes, grafite etc..
- 3.5- Manter um espaço de formação e informação para todos os Catadores(a) participantes das Bases Orgânicas para apresentar e discutir os princípios, objetivos e ações do Movimento Nacional dos Catadores no nível municipal, regional, estadual e nacional.
- 3.6- Ocupar-se com a capacitação contínua dos componentes das Bases Orgânicas, criando programas internos para sua formação política, administrativa e operacional.

3.7- Priorizar ingresso nas Bases Orgânicas para os catadores de lixões ou de rua em situação de exploração mediante cumprimento dos critérios de ingresso acordados com o MNCR.

3.8- Promover o protagonismo dos catadores de materiais recicláveis por via da ação direta na luta para conquistar direitos relativos a saúde, habitação, lazer, educação, segurança e desenvolvimento social.

4- COM RELAÇÃO AO TRABALHO.

4.2- Estar consciente do valor e da utilidade pública dos serviços prestados pelo desempenho da sua atividade profissional, que proporciona benefícios econômicos e ambientais para toda a sociedade.

4.3- Zelar pela saúde e preservação ambiental evitando a prática e impedindo atos que possam comprometer ou prejudicar a vida em sociedade.

4.4- Não praticar qualquer ato que, direta ou indiretamente, possa prejudicar os legítimos interesses dos catadores de materiais recicláveis e classes de oprimidos em geral.

4.6- Comercializar os materiais recicláveis com compradores que dão um destino ambientalmente adequado aos materiais e que não se utilizem de mão de obra infantil e trabalho escravo

5- COM RELAÇÕES AS PARCERIAS.

5.2- Estabelecer parcerias em que os parceiros se comprometam com os catadores(a) de Materiais Recicláveis através de um termo de cooperação mútua.

5.3- Ter os seguintes critérios para o estabelecimento de parcerias com universidades ou centros de pesquisa:

- 1)Atendimento aos critérios e demandas do MNCR;
- 2)Registro das informações(Bibliografia)
- 3)Retorno dos Projetos desenvolvidos às Bases Orgânicas;
- 4)Garantia do repasse de resultados às Bases Orgânicas.

5.5-Buscar informações sobre a idoneidade e (ética) dos que propõem parcerias, sua trajetória e se estão de acordo com os conceitos e princípios do MNCR.

5.6- Garantir que entidades parceiras não venham desenvolver interferência interna nos assuntos da base orgânica, preservando a independência e auto-gestão verdadeira da organização.

5.7- não permitir o uso da imagem das bases do MNCR, bem como dos catadores individualmente para fins de propaganda das entidades, entendendo que os verdadeiros parceiros são aqueles que querem realmente apoiar sem aparecer ou usar a imagem do povo.

6- COM RELAÇÃO AS POLÍTICAS PUBLICAS E ATOS PÚBLICOS.

6.2- Participar das discussões para a construção de Políticas Públicas nos âmbitos Municipal, Estadual e Nacional tendo como referência a postura do Movimento Nacional de Catadores(as) expressa na Carta de Brasília, Carta de Caxias e a Declaração dos Princípios,Objetivos e Bases de Acordo do MNCR.

6.3-Criar meios para estabelecer intercâmbios e trocas de informações sobre Políticas Públicas as Bases Orgânicas promovendo uma rede de discussão e articulação entre elas.

6.5- As articulações de Políticas Públicas e manifestações não deverão ter ligação religiosa ou partidária garantindo a independência da classe.

6.6-Garantir a unidade de ação direta das Bases Orgânicas em todas as mobilizações do MNCR.

Observa-se no conjunto das Bases de Acordo, aonde todos os princípios encontram-se dissolvidos, uma proposta de atuação com movimentos táticos e estratégicos definidos. De fato, os catadores dependem de um processo de organização consistente, que garanta resistência às formas de opressão dos diversos setores da sociedade, em seus vários

níveis. Observando-se o histórico de lutas desta categoria de trabalhadores, é possível inferir que a condição de alerta que se estabelece no campo de contínuas disputas e tensões sociais que lhes são cotidianas, acaba convergindo para o fortalecimento de sua organização enquanto trabalhadores. O Programa Nacional de Luta⁷² do MNCR define uma rotina de atuação (táticas de atuação), mas sem perder de vista um horizonte de transformação social (estratégia geral) (MNCR, 2005, p.27).

Neste Programa, a construção de um projeto que desenvolva a contínua formação política do catador é considerada estratégia primordial. Indicativos de tal metodologia são percebidos quando encontram-se nos conteúdos de todos os materiais pedagógicos elaborados pelo MNCR, por exemplo, os princípios e regulamentos, em sua íntegra, expostos de modo bastante didáticos, com conceitos, gravuras e demonstrações cotidianas de efetivação. A proposta geral do movimento pretende garantir a formação política na práxis cotidiana, não desvinculando a rotina do trabalho como um momento de formação e como meio de conscientização de sua condição de classe, mas sem prescindir de um aprofundamento teórico político como estratégia de fortalecimento da práxis revolucionária.

4.3 Lutas e conquistas do MNCR

"Neste pedaço do mundo, vivemos e lutamos, ao contrário do que a elite tenta nos fazer acreditar. Não somos um povo de falsos malandros, vagabundos e covardes. Desde as primeiras flechas e lanças lançados contra os invasores, até a última foice e facão dos sem terras, dos pequenos piquetes com os carrinhos e carroças, viemos lutando por nosso destino". Depoimento de catadora no vídeo "De Catador pra Catador", 2014.

Nesta seção serão elencadas algumas das lutas travadas pelos catadores no contexto social vigente, relacionando-as às suas conquistas mais significativas, na busca por reafirmar-se como parte do movimento social brasileiro, o qual se insere no conjunto das lutas da classe trabalhadora.

Seguidos dezesseis anos da formação do MNCR, uma trajetória contínua de lutas em defesa, prioritariamente, do acesso efetivo a direitos sociais básicos, de condições dignas de vida e trabalho para os catadores de materiais recicláveis, ampliaram-se de modo emblemático os avanços da categoria no usufruto desses direitos, antes absolutamente a eles negados. Os sentidos para seguir na tensa caminhada de correlação de forças entre Estado, Indústria e setores da Sociedade civil são, para o Movimento, claros desde o princípio:

⁷² Disponível em: <http://www.mnrcr.org.br/setores/programa-de-luta>. Acesso em 15/10/2017.

Nossa categoria é historicamente excluída da sociedade e muitos catadores(as) ainda sobrevivem de forma precária em lixões e nas ruas. O trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa de nosso povo brasileiro. Apesar das imensas dificuldades, resistimos e lutamos dia a dia pela vida. Pelo direito de trabalhar honestamente e sobreviver. (Carta de Brasília, MNCR, 2001)

Ativamente conectados aos desafios da realidade concreta vivida pelo segmento que representam, o Movimento de Catadores continua a erguer, com lucidez histórica, as bandeiras de sua luta originária. As mesmas reivindicações levantadas nas primeiras vozes dos movimentos de catadores organizados de outros países permanecem fundamentais, embora um tanto reconfiguradas pelos resultados obtidos em negociações com o poder público. Tais reivindicações são: a regulamentação da profissão do catador; que o processo de industrialização com reciclagem seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis e que sejam destinados recursos da assistência social – do governo federal – para os catadores em capacitação técnica e tecnológica (MNCR, 2015).

A questão da relação com o lixo na contemporaneidade, desde a produção ao descarte, tem sido manipulada por meio de discursos sociais e ambientais com teor salvacionista que contribuem efetivamente para a formação de uma realidade pseudoconcreta, como já visto anteriormente. Os catadores, imbricados na práxis cotidiana, em processos reais que expõem as vulnerabilidades de tais discursos, se mobilizam em suas ações coletivas para trazer ao debate público as questões que enfrentam, em essência, com o propósito de desnudá-las e revertê-las em seu benefício. Uma destas questões se expressa na tensão concreta entre os catadores, os gestores públicos e as empresas de limpeza urbana.

Em termos operacionais, os serviços de limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, varrição e gestão de unidades de processamento são comumente executados pelas prefeituras de maneira indireta, sendo terceirizados por meio da concessão do serviço a empresas privadas contratadas para esta finalidade. Os gastos com esse tipo de terceirização representam, em média, mais de 70% das despesas totais com manejo de resíduos sólidos urbanos. Por sua vez, essa rubrica corresponde a uma média de 5,4% das despesas correntes dos municípios (IPEA, 2013, p.17).

Em geral, as empresas terceirizadas são remuneradas de acordo com o peso e o volume dos resíduos urbanos coletados, de modo que esta forma de contratação estabelece para as empresas contratadas um regime de incentivos contrários à redução de resíduos na fonte geradora. Contrários também, de fato, pela mesma razão, a um avanço efetivo dos

serviços prestados pelos empreendimentos de catadores, que realizam a coleta seletiva de resíduos antes destes chegarem ao seu destino final(aterros ou lixões), subtraindo em certa medida, o volume total dos resíduos que seria coletado pelas empresas de limpeza urbana. Identifica-se, nesse contexto, um curioso contrassenso. Tendo em conta os discursos ambientais institucionais que exaltam a prática da reciclagem como 'uma saída sustentável para a degradação do planeta', encontra-se uma postura de resistência das empresas de limpeza urbana contratadas pelas gestões municipais à efetivação da coleta seletiva. A razão é econômica: considerando que a triagem dos recicláveis requer a preservação dos materiais coletados, isto implica custos de transporte mais elevados para as empresas, com investimentos específicos em tecnologias adequadas, já que a utilização de caminhões compactadores não é apropriada.

Não é à toa que se propaga a incapacidade de gestão dos catadores, ainda quando estes acessam, por meio de políticas públicas, equipamentos para suas bases orgânicas, como galpões, caminhões, prensas, etc. De modo recorrente, os catadores se deparam, em espaços públicos de debate, com a justificativa propagada pelo setor privado ligado às empresas de limpeza urbana e de grupos econômicos, de que as associações de catadores são pouco qualificadas, em termos de organização e capacidade de gestão, para prestar serviços que exijam regularidade, qualidade e eficiência na escala de grandes municípios.

Para além dos espaços de debate, é na confrontação da realidade que são expostas as fronteiras entre os interesses dos catadores, forjados nas manifestações e lutas sociais, e os interesses de um setor industrial constituído a partir da coleta e reciclagem do lixo urbano. Este último que, embora figure recorrentemente como parceria para as organizações produtivas dos catadores, financiando projetos de capacitação profissional e estruturação física de galpões, etc, tem o claro propósito de aprimorar estratégias de domínio e acumulação de capital. Na prática, o controle social da produção pelos catadores, eixo central das reivindicações do MNCR, é condição negada, irrevogavelmente pela indústria e pelo Estado.

Mediante esta tensão de forças, o MNCR considera de fundamental importância a estratégia de agregar um crescente número de catadores avulsos em associações e cooperativas de trabalho, tornando-os, assim, membros do Movimento. Como foi constatado, a quantidade de Bases Orgânicas ainda é pouco expressiva, haja vista o número de catadores individuais no país, totalizando em torno de 10% apenas a parcela de núcleos produtivos autogestionários⁷³. Ademais, existe ainda um número considerável de cooperativas de

⁷³ Segundo informações do IPEA (2003), o número de catadores no Brasil se aproxima dos 500.000

catadores que não faz parte do movimento, por não atenderem aos critérios exigidos pelo MNCR. O número de cooperativas de reciclagem que faz parte do movimento, por sua vez, considerada noutra dimensão, em relação às empresas de recicladores e sucateiros, torna-se proporcionalmente ainda menor. Uma realidade que demonstra ainda grandes desafios na expansão dos níveis de organização destes trabalhadores.

É preciso destacar, apesar desse contexto, que a luta pelo controle social da produção na cadeia de reciclagem não se coaduna ao projeto de adaptar as Bases Orgânicas ao modelo de heterogestão⁷⁴ das empresas capitalistas. O movimento propõe uma forma de organização social que considera a formação pela práxis revolucionária, por meio da qual a formação se dá no conflito cotidiano e a perspectiva de organização deve se dar como perspectiva de classe (MNCR, 2005).

Os princípios e objetivos assumidos pelos membros do MNCR se contrapõem ao discurso do empreendedorismo. De acordo com o que pode ser observado nos documentos, no material político-pedagógico utilizado nas formações e em suas negociações com o poder público, o objetivo do MNCR, ao promover a expansão e qualificação dos empreendimentos de reciclagem não é a inserção competitiva destes no mercado, mas a suplantação de um processo de espoliação pelo qual os catadores são obrigados a se submeter na cadeia produtiva da reciclagem. A preocupação central do Movimento, portanto, conforme manifesto em sua práxis, é a de combater e transformar - pela organização associativista, autogestionária do trabalho - as condições forjadas ao longo da cadeia de reciclagem que propiciam a exploração dos catadores. Cabe lembrar o que configura a gestão de uma unidade coletiva de produção autogestionária:

Num empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. Os ganhos econômicos são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. As relações que os trabalhadores estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa empresa. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos trabalhadores assumam, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento. Como indica Dagnino (2008), os mecanismos de controle e de cooperação são atributo inerentes a qualquer processo de trabalho. No caso dos empreendimentos da economia solidária estes mecanismos se estabelecem a partir de um processo coletivo e democrático, e não da autoridade capitalista ancorada na propriedade dos meios de produção. As condições de viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, tem por

trabalhadores, mas destes, apenas 85.000 são vinculados ao movimento

⁷⁴ “Taylor institucionaliza definitivamente a heterogestão como fundamento básico da organização capitalista do trabalho, tirando do trabalhador a possibilidade de pensá-lo, criá-lo, controlá-lo.(...)O taylorismo, pela institucionalização da heterogestão, constitui-se em uma ainda mais refinada forma de exploração do trabalho pelo capital” (KUENZER, 1989, p.30).

substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelos trabalhadores associados, conforme as regras por ele definidas. Esta forma social de produção suscita e requer mecanismos democráticos de controle e gestão. (KRAYCHETE, 2010, p.17).

No entanto, a firmeza na execução de tal estratégia política tem constantemente ameaçados seus princípios ideológicos mediante as contradições da realidade concreta. Seja nas contradições postas no cotidiano dos empreendimentos, que estão diretamente inseridos no circuito de acumulação capitalista da cadeia produtiva da indústria de reciclagem - enredados na lógica da competitividade e da eficiência; seja no caso dos catadores que individualmente, até fazerem parte de uma organização política, tinham negados o acesso a direitos básicos e a uma renda minimamente estável e que, ao se perceberem “incluídos”, geralmente precisam resistir às seduções fetichizadas do poder hegemônico do capital.

Na realidade, é preciso manter-se no horizonte das lutas de classe a impossibilidade de efetiva emancipação social ou econômica enquanto não se destruir a estrutura sociometabólica do capital em sua essência e que, portanto, os meios de convivência, ainda que contrapostos à ordem hegemônica, não constituem formas autônomas ou independentes dentro deste sistema. Mézáros destaca que somente suplantando os três pilares do capital – capital, trabalho e estado – inseparavelmente, é possível a constituição de uma nova sociedade:

Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articuladas – capital, trabalho e Estado – é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital(...). Enquanto as funções controladoras vitais do metabolismo social não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho como tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si mesmo, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade. (MÉSZÁROS, 2002, p.494).

O principal instrumento utilizado pelo MNCR para fortalecer ideologicamente seus membros seja na esfera do trabalho coletivo, seja na esfera individual é a formação político-pedagógica. A própria mobilização política, promovendo a participação dos trabalhadores em mesas de negociações com o poder público, os atos e manifestações nas ruas, as reuniões e assembleias que realizam, compõem uma práxis educativa que os fortalece em seu propósito contra-hegemônico de transformação social. Conforme Gohn (1992, p.58), estas ações são formativas para todos os envolvidos no processo:

O ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das relações sociais. Não se trata de um processo apenas de aprendizagem individual, que resulta num processo de politização de seus participantes. Esta é uma de suas faces mais visíveis. Trata-se do desenvolvimento da consciência individual. Entretanto, o resultado mais importante é dado no plano coletivo. As práticas reivindicatórias servem não apenas como indicadores das demandas e necessidades de mudanças, reorientando as políticas e os governantes em busca de legitimidade. As práticas reivindicatórias dos movimentos passam por processos de transformação, na estrutura das máquinas burocráticas estatais e nos próprios movimentos sociais. A pressão e a resistência tem como efeitos demarcarem alterações nas relações entre os agentes envolvidos. Neste sentido, o caráter educativo é duplo: para o demandatário e para o agente governamental, controlador/gestor do bem demandado.

Não é, pois, unicamente a constituição de associações e cooperativas de catadores condição suficiente para que o projeto de emancipação social desta categoria se consolide. É preciso considerar a precariedade social e econômica comum à constituição social destes trabalhadores. De fato, criar e manter um empreendimento autogestionário com recursos próprios, sem o devido apoio institucional, sem subsídios do poder público, implica grandes desafios. Muitos núcleos produtivos, mesmo depois de algum tempo constituídos, continuam enfrentando dificuldade para manter a viabilidade econômica, gerando uma renda mínima que mantenha os associados engajados. Esta condição de vulnerabilidade torna imperativo o apoio do poder público às cooperativas de catadores. Por este motivo, o MNCR iniciou uma campanha nacional para exigir das prefeituras o pagamento pelo serviço prestado de coleta seletiva pelos catadores.

Assim, outra reivindicação que ocupa a linha de frente nas pautas do MNCR, é o Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos - PSAU realizados por catadores organizados em associações ou cooperativas, conforme manifestam em nota pública⁷⁵ divulgada em maio de 2010:

O pagamento por serviços prestados pelos catadores é uma reivindicação histórica do MNCR, que, ao longo dos anos, vem estimulando o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades da categoria, que sobrevive do trabalho que é realizado em condições precárias e sem reconhecimento em todo o Brasil. Além disso, a instabilidade do mercado da reciclagem e a ausência de mecanismos de regulação do setor tornam a atividade dos catadores bastante suscetível a variações econômicas. Com a crise econômica internacional e a queda nos preços pagos por materiais recicláveis, a maior parte da categoria viu sua renda, que já é baixa, cair cerca de 62%.

A proposta, baseada no estudo realizado pelo IPEA, em parceria com o Ministério

⁷⁵ "Segundo Wunder, citado no relatório do IPEA como um dos estudiosos sobre o assunto, a ideia central contida nos diferentes programas de pagamento por serviços ambientais é permitir que os beneficiários de um serviço ambiental possam fazer pagamentos diretos, contratuais e condicionados aos produtores de serviços ambientais, em retorno a adoção de práticas que asseguram a conservação e a restauração dos ecossistemas." Disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/nota-publica-psau-programa-de-pagamentos-de-servicos-ambientais-urbanos>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

do Meio Ambiente - MMA, consiste no pagamento pelo serviço prestado com a coleta – do mesmo modo como acontece com o pagamento por serviços ambientais realizado na floresta com o plantio de árvores -, e tem o objetivo de garantir um preço estável pelo serviço da catação. O estabelecimento de valores tabelados conforme o trabalho executado protegeria o catador, segundo o MNCR, nos momentos de crise econômica e/ou sazonalidade do preço do material que oscila conforme a demanda do mercado.

O relatório apresentado pelo IPEA fornece dados que evidenciam os benefícios ambientais e econômicos do trabalho realizados pelos catadores. Revela, por exemplo, a estimativa de que:

os benefícios potenciais da reciclagem poderiam gerar em torno de 8 bilhões de reais sendo o aproveitamento hoje estimado é de 1.411.633 reais. Enquanto esse potencial não é explorado, estima-se que 37% de materiais potencialmente recicláveis não têm uma destinação adequada. Isso se dá, principalmente, pela falta de apoio e incentivo para a realização da atividade da catação. (IPEA, 2009, 2017).

Em caso de aprovação desta proposta apresentada em 2010 ao governo federal pelo MNCR, esperava-se principalmente, a elevação da renda média dos catadores e o estímulo à criação e desenvolvimento das cooperativas no médio e longo prazo. Conforme o nota pública apresentada pelo movimento: "a implantação de um programa com esse perfil edificaria as bases para uma profunda alteração estrutural nos alicerces de toda a cadeia da reciclagem, induzindo de forma permanente e contínua a inserção social efetiva dos catadores de materiais recicláveis". Importa destacar que a proposta até o momento está aguardando apreciação pelo Congresso Nacional.

O fato é que a atuação dos catadores tanto nas ruas como nos aterros e lixões desonera o município ao aumentar o tempo de vida útil dos aterros, além de reduzir os custos com as empresas de coleta, ainda que minimamente. Ademais, cabe reiterar que o volume de materiais recicláveis que chega às indústrias corresponde, quase em sua totalidade, ao trabalho realizado por estes trabalhadores. No entanto, numa sociedade em que o capital dita as regras, as políticas públicas se mostram inoperantes. Bursztyn (2000, p.29) compreende que:

O quadro atual configura um impasse: por um lado, há uma crescente demanda por mecanismos que ajudam a minimizar os efeitos da exclusão do mundo do trabalho; por outro, o poder público vai-se tornando cada vez menos capaz de oferecer um contraponto às “falhas do mercado”, em virtude do avanço das práticas neoliberais, que restringem a natureza e o alcance das políticas públicas.

Analisando-se o histórico de lutas e reivindicações dos catadores junto ao Estado, observa-se que ao mesmo tempo em que o poder público abre espaço para que os movimentos

reivindiquem seus direitos, age também a favor de atos que afetam negativa e violentamente essa população. É como se a organização dos trabalhadores até fosse estimulada pelas classes dominantes, como uma expressão fenomênica de um regime político democrático, a se mobilizar, mas desde que siga um processo de luta que obedeça aos limites do capital. Não se criam condições efetivas, por exemplo, para que os catadores detenham o controle social da produção (elemento central de suas reivindicações).

Como visto há pouco, ainda que o Estado seja atuante como parceiro das ações dos catadores, legislando e executando leis que os protejam e estimule a regularização de seu trabalho, e ainda que o trabalho dos catadores organizados seja estruturado nas bases do associativismo e da autogestão, ainda é o capital que financia as ações do Estado e todas as transações do trabalho associado da reciclagem. O ciclo não é rompido. A transformação social efetiva não pode acontecer sem que haja a superação real do sistema de metabolismo social do capital.

Uma clara demonstração de tal contrassenso é a realidade que se seguiu à tão esperada aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Reivindicação originária, também considerada essencial para o MNCR, exige que o encerramento dos lixões seja precedido de ações que garantam aos catadores que ali trabalham e moram (muitos deles), o acesso às políticas públicas, "como documentação básica, assistência social, saúde, assistência jurídica, educação, moradia, entre outras; e também a sua inclusão produtiva no mundo do trabalho" (MNCR, 2005, p.6) durante o processo de sua saída do lixão.

Após cerca de 20 anos tramitando no Congresso Nacional sem seguir adiante, haja vista os diversos conflitos de interesses envolvidos, a discussão sobre a elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos⁷⁶ se efetivou. Decerto, o que fomentou este processo foi a emergência dos catadores como sujeitos ativos na construção do novo marco regulatório: o posicionamento e o engajamento do MNCR definiu o modo como os catadores foram inseridos nesta política.

Pela PNRS, lançada em 2010, por intermédio da Lei 12.305/10, determinou-se que os lixões de todo o país tivessem suas atividades encerradas até agosto de 2014 e estabeleceram-se diretrizes gerais aplicáveis a todos os tipos de resíduos sólidos no país.

⁷⁶ A PNRS prevê a integração de catadores aos programas de coleta seletiva, cabendo aos municípios a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a responsabilidade compartilhada pela destinação dos resíduos, prioriza o acesso a recursos da União aos municípios que implantaram coleta seletiva com a participação de catadores organizados, além de instituir princípios como o do poluidor pagador e da logística reversa. "A lei 12.305/10 trouxe o conceito de resíduo sólido como material que poderá ser reutilizado e reaproveitado. Outro conceito define o rejeito como material não passível de ser adotado como matéria-prima em uma cadeia produtiva. Com isto, definiu-se que somente rejeitos poderão ser enviados para aterros sanitários". (Cartilha CIISC, p.5)

Seguidos três anos da data limite estabelecida por lei, apenas cerca de 30% dos municípios brasileiros desativaram devidamente seus lixões⁷⁷ cumprindo com a assistência social orientada na PNRS e reivindicada pelo Movimento. Mesmo com a garantia de instrumentos jurídicos legais que assegure a efetivação de seus direitos, a eliminação dos lixões com a integração de catadores em programas de coleta seletiva, ainda é uma bandeira de luta ativa do MNCR.

A conquista, em 2002 do reconhecimento da ocupação “catador de material reciclável” pelo CBO, constitui um marco histórico nas lutas do movimento – esta ainda é uma reivindicação não atendida em muitos países da América Latina. Após a formalização, verificou-se uma expansão das políticas públicas federais voltadas para os catadores. Criar, contudo, uma forma de reconhecimento legal por parte do Estado e incluir o trabalho de catação como categoria profissional não garantiu a redução do grau de exploração ao qual estes trabalhadores estão submetidos.

No decurso de suas manifestações populares, avanços com a formação de empreendimentos de catadores pelo país e negociações com o poder público, o MNCR conseguiu, junto ao governo federal, a aprovação de diversas leis e decretos. Uma das conquistas mais significativas foi a criação, em 2003, de um Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis – CIISC, integrado à Secretaria Geral da Presidência da República, composto por 25 órgãos ligados ao governo federal e pelo MNCR, cujo principal objetivo é articular as políticas de governo federal voltadas para os catadores. Seguida à criação do comitê, diversos programas sociais⁷⁸ vinculados às áreas da saúde, moradia, educação, capacitação profissional, incubação de cooperativas e associações, estudos e pesquisas, linhas de crédito e a viabilização de equipamentos e insumos para o trabalho dos catadores cooperativados foram implementados.

O MNCR, assim, se configura num mecanismo de pressão dos catadores sobre o governo federal, bem como sobre as diferentes esferas de governo. Junto a parceiros institucionais da sociedade civil organizada, movimentos sociais e organismos da Igreja, avançam nas reivindicações e nos resultados das manifestações, expressando a dimensão política imbricada nas relações que se estabelecem entre catadores, governos e sociedade. Na conjunção de forças que movimentam com o fito de fissurar o sistema sociometabólico do

⁷⁷ Não há estatística precisa da quantidade de municípios que cumpriram a Lei. O Sistema Nacional de Informação de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, mantém um “Observatório de Lixões” onde divulga os dados obtidos periodicamente. Disponível em <http://www.sinir.gov.br/web/guest/observatorio-de-lixoes>. Acesso em 05/10/2017.

⁷⁸ Alguns programas implementados com a inclusão do catador: Pronatec; Minha Casa, minha vida; Brasil Alfabetizado; PRONINC; Projovem (IPEA, 2013, p.23).

capital, têm construído um sólido alicerce, inclusive com articulações internacionais, a caminho da libertação dos catadores de materiais recicláveis das condições absurdas de exploração a que são historicamente submetidos.

4.4 Sobre a formação política de sujeitos potencialmente revolucionários.

“Então tem muito sangue, muito suor de nossos companheiros pra que acontecessem as realizações, né, porque as conquistas do movimento elas não podem ser construídas em castelos de areia, elas tem que ser construídas em castelo sólido e só vai ser construída em castelo sólido que o vento vai bater e não vai derrubar se cada um dos companheiros que estão assistindo, que estão vendo esse vídeo formativo agora, segurarem a bandeira do movimento e daqui pra frente dizer: eu faço parte dessa luta que se chama movimento nacional dos catadores”. Depoimento de uma liderança do MNCR no vídeo *De catador pra catador*.

Neste tópico, procurar-se-á relacionar o conteúdo proposto no material didático utilizado pelo MNCR nos processos formativos realizados nas Bases Orgânicas de todo o país, à práxis político-pedagógica do movimento, na dinâmica de suas ações e conquistas, demonstrando o quão ativo para esta organização é o projeto de formação política de sujeitos potencialmente revolucionários, explícito no Programa Nacional de Luta⁷⁹ do movimento.

O programa de formação nacional dos catadores é elaborado pela equipe pedagógica e pelo setor de comunicação do MNCR. Composto por cartilhas, vídeos, canções, documentários e documentos oficiais produzidos nos encontros nacionais, trazem em seu bojo o resgate da história de resistência de vários “mártires da luta popular brasileira” e debates críticos sobre as condições de exploração às quais os catadores são submetidos, problematizando os limites e a lógica do sistema capitalista. A este texto, serão trazidas, portanto, as vozes dos catadores como trabalhadores organizados que têm persistido na luta para escrever sua própria história.

Considerado um dos principais instrumentos de combate à exploração capitalista pelo MNCR, as ações político-pedagógicas ocupam um lugar de prioridade na agenda tática deste movimento, que elege a formação política de seus trabalhadores como uma estratégia imprescindível para fortalecer suas organizações de base. Dentre as várias frentes de atuação política, este movimento trabalhista de base popular executa seu projeto pedagógico

⁷⁹ MNCR: **Programa Nacional de Luta (2015)**. Disponível em <http://www.mnccr.org.br/setores/programa-de-luta>. Acesso em 10 de janeiro de 2017

capacitando os catadores tanto para o trabalho autogestionário como para a militância política.

Em suas “oficinas de capacitação”, realizadas nas Bases Orgânicas ativas em todo o país, a qualificação produtiva da força de trabalho dos catadores e de suas associações ocupa lugar de centralidade nas diretrizes do movimento tanto quanto a formação política e humana, calcada em estratégias de resistência e superação do sistema capitalista, ambas visando a “construção de uma nova sociedade” (MNCR, 2009a, p. 46). As possibilidades de efetivação destes objetivos são concretas desde que, mantendo ações organizadas de resistência, segundo Gramsci (1996, p.100):

A partir do momento em que um grupo subalterno torna-se realmente autônomo e hegemônico, criando um novo tipo de Estado (a classe dirigente), nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. (...) Desta forma, torna-se possível colocar a luta por uma cultura superior autônoma”.

Na metodologia proposta pelo Programa Político Pedagógico do MNCR, assim como no material didático adotado, observa-se uma correlação direta com as normas de conduta e os princípios orientados para o cotidiano produtivo das bases. Percebe-se que um processo é extensivo ao outro, numa visível proposta de relacionar as múltiplas práxis (produtiva, cotidiana, política, etc.) na perspectiva da totalidade, como forma de unificar as ações do movimento e fortalecer sua identidade de classe. Afinal, de acordo com Luxemburgo (2010, p. 36), “a organização, a conscientização [Aufklärung] e o combate não são fases distintas, mecanicamente separadas no tempo [...] mas apenas aspectos diversos de um único e mesmo processo”. Tal postura do MNCR denota, de certo modo, a amplitude de seus objetivos, visto que parecem apreender o primado da práxis na formação humana e reconhecer a importância da relação de organicidade das diversas dimensões humanas, em sua totalidade.

A correlação entre as metodologias e conteúdos pedagógico do ‘Programa de Educação’ e das ‘Bases de Acordo’ esta correlação está demonstrada, por exemplo, na definição de normas aplicadas aos momentos formativos e às reuniões internas. É expressa a determinação, no material pedagógico (MNCR, 2005, p. 68), que nestes espaços somente os catadores podem realizar as formações ou coordenar reuniões junto a seus companheiros. Por mais que as organizações da sociedade civil ou do poder público apoiem a realização destes eventos, com estrutura ou recursos financeiros, a capacitação é de responsabilidade exclusiva das lideranças do comitê regional e das lideranças de base. Estabelece-se, assim, uma definição de limites que favorece a autonomia do catador em sua práxis política, além da

preservação de princípios como a "independência de classe" e a "autogestão".

A metodologia adotada é a “de Catador pra Catador”. Abaixo, num depoimento concedido ao vídeo formativo realizado nas ruas com catadores avulsos, uma das lideranças do MNCR, que também é educador em sua Base Orgânica, explica em pormenores como se dá essa metodologia:

“A metodologia de catador pra catador ela se baseia no seguinte: o catador tá lá na ponta. Primeiro o catador tem uma formação, um treinamento e aí a gente do jeito da gente, do dia a dia, da mesma forma que a gente coleta, da forma que a gente tá coletando o material, para numa rua, senta numa calçada e bate um papo pra descansar com outro companheiro na rua. A gente viu que essas formações seriam dadas não só por técnicos da universidade. Ele só se transforma porque a gente cria conteúdos de formação. Acho que é isso; não tem muito segredo. Todos os conteúdos que são desenvolvidos são desenvolvidos por um catador auxiliado tecnicamente por uma pessoa que está se preparando ou já foi preparada pra isso, adequando a linguagem, os métodos, ferramentas administrativas, operacionais, segundo a linguagem e o saber que já está instalado em cada catador. Esse negócio de tá sentando em salas chiques, em mesas, em locais chiques, bacanas...mas sim, a gente senta em locais muito simples e bate um papo no espaço dos companheiros que estão lá, nos cantões deles, nas ruas mesmo. E aproveitando as duas coisas: as experiências acadêmicas, que são teóricas, e a experiência do catador, que já tem o seu saber instalado, e adaptar as duas coisas e chegar a um consenso de prática pelo catador, desses ensinamentos serem passados”. (MNCR, 2014).

A educação, pensada para além dos processos formais e dos espaços institucionalizados, é apontada pelo MNCR como um meio de qualificar as lutas pelo domínio da cadeia produtiva de reciclagem pelos catadores no país. Em uma de suas cartilhas, o movimento conclama: “é preciso estudar, companheiros; refletir sobre o nosso trabalho, buscar conhecimento para avançar cada vez mais na cadeia produtiva da reciclagem, pois é esse caminho que nos fará garantir uma organização econômica justa e a melhoria de vida das nossas famílias” (MNCR, 2009, p. 6). A educação, enfim, para este movimento, é um ato próprio de resistência:

“Os catadores que eu encontrei foi complicado porque eles vendiam o café da manhã e o almoço pra poder ter a janta. E depois que vc aborda ele que vc consegue trazer ele pruma sala pra vc expor todo o trabalho deles de uma forma que eles não tinham visão, muda”. (Depoimento de Catador/educador no vídeo Metodologia de Catador pra Catador, MNCR, 2014).

Ora, entendendo a educação como momento essencial da vida humana, inerente a toda práxis, não é possível pensar a formação do ser social sem que se considere o caráter pedagógico de suas atividades, em todas as dimensões. O MNCR, ao executar seu programa de formação política, exerce uma práxis revolucionária, que considera a ação transformadora como uma união entre conhecimento crítico e prática revolucionária (unidades indissolúveis, como já discutido no primeiro capítulo deste trabalho). Com seu projeto pedagógico de formação política dos trabalhadores associados, assume a proposta de executar uma prática de

mediação entre teoria e prática num processo essencialmente revolucionário, porque objetiva alcançar profundas transformações não somente na realidade do catador, mas na estrutura social em que se inserem.

Apesar da práxis produtiva constituir o eixo central desta organização - visto que é unicamente a partir da associação pelo trabalho que os catadores passam a compor o organismo político -, é na práxis cotidiana, considerado inclusive o tempo de 'não-trabalho' ou os "tempos livres", que se consolida uma formação revolucionária na perspectiva da totalidade. De fato, trabalhador em geral emprega todo seu tempo disponível a serviço da reprodução ampliada do capital, não dispondo de qualquer tempo para a educação, desenvolvimento intelectual, enfim, para as demais práxis além do trabalho (KUENZER, 1989). Na contramão desta lógica, é preciso:

que o recipiente vazio do tempo de não trabalho seja preenchido por atividades determinadas que efetivamente se oponham à alienação/estranhamento originados do/no trabalho. Nesse sentido, o que nossa análise propõe como oposição à alienação/estranhamento do trabalho é a práxis político-educativa dos trabalhadores como construção proletária que enfrente e destrua as representações, reflexos fetichizados nas consciências dos trabalhadores – a pseudoconcreticidade; uma práxis que ensine, eduque, forme para o enfrentamento e conseqüente destruição da base material dessa pseudoconcreticidade, as relações burguesas, que se expressam e se reproduzem tanto no trabalho quanto no tempo de não trabalho ou no tempo livre. (SOUSA, [no prelo], p.158)

Neste sentido, a ideia central do programa de formação é construir uma concepção de movimento em que a práxis cotidiana se torne o elemento central de aprendizagem, pela qual os sujeitos sintam a necessidade de transformação no exercício de sua experiência histórica. Um programa que apresenta como convergência dos objetivos a construção de um projeto político que aponta para a superação da realidade social estabelecida. A proposta de formação do movimento passa pela construção de um "saber", transformado em "compreender" a realidade do catador. Portanto, o que se define como "táticas de atuação", está diretamente relacionado às rotinas de trabalho desenvolvidas diariamente que delineiam a consecução de uma "estratégia geral" (MNCR, 2005, P.27).

“Eu sou testemunha real e completa dessa metodologia. Eu era um catador avulso, me tornei um catador organizado e hoje sou um catador educador. Que nós catadores, possamos ser multiplicadores de experiência e de conhecimento; que a gente possa reaplicar dentro do contexto do nosso trabalho o saber, dividir o saber, compartilhar o saber. Não adianta eu saber e não compartilhar com o companheiro. Ver o companheiro sendo explorado, ver o companheiro sendo humilhado e eu não fazer nada. Eu também sou catador” (Vídeo Metodologia de Catador pra Catador).

Um dos principais objetivos do programa de educação ao qual se refere é,

portanto, “fortalecer a classe trabalhadora dos catadores de materiais recicláveis e refletir sobre a importância da ligação entre todos os movimentos sociais que lutam pela igualdade de classes e pelo respeito dos direitos dos trabalhadores brasileiros” (MNCR, 2009, p.63). Tratando-se de uma população historicamente explorada, descartada, negada em suas condições humanas mais elementares e que, ainda assim (des)estruturada, mostram possibilidades de como a organização para o trabalho, sendo ele autogestionário, cooperativo, pode culminar numa organização política contra-hegemônica, pode-se compreender daí o resultado de um processo da práxis revolucionária, no qual estes sujeitos, em suas diversas práxis, tomam consciência de sua capacidade de transformação da realidade imposta pelos ditames do capital.

Um processo dessa organização de trabalhadores em classe-para-si, ou seja, como classe que se eleva ao nível da compreensão do seu lugar e da sua importância na história através de diversos e complexos processos sociais, das diversas práxis que formam o sujeito social revolucionário. Conforme Sousa:

Recolocando o problema noutros termos: se as condições do processo de formação do sujeito potencialmente revolucionário estavam dadas pelas próprias potencialidades contraditórias do sociometabolismo do capital na sua fase progressiva no trabalho abstrato, na escola e nos espaços democráticos formais em expansão, como se colocariam essas condições para o exercito de Lázarus expulsos, dos processos centrais de produção e circulação de mercadorias – para os quais são úteis apenas como recicladores das matérias descartadas – tratados como indivíduos de segunda ordem pelas instituições da sociedade burguesa estando fora do alcance, inclusive, dos instrumentos formais de luta como os sindicatos? (Sousa, [no prelo], p. 156)

No Anexo 5 deste trabalho estão apresentadas as vozes de alguns catadores organizados que deram seus depoimentos num dos vídeos de formação produzidos pelo MNCR. Nele, pretendeu-se mostrar o nível da tomada de consciência de alguns desses trabalhadores que escolhem se engajar no movimento político que os representa. Também no Anexo 5 foram selecionadas algumas canções utilizadas pelo MNCR em seus momentos formativos, mas também em marchas, atos de manifestação e nos encontros internos, invariavelmente embalados por letras que trazem os anseios de luta e libertação dessa gente, utilizando, por exemplo, os termos, “emancipação” e “socialismo”. Enfim, todo o conteúdo do material político pedagógico desenvolvido pelo MNCR traz elementos que parecem objetivar a tomada de consciência dos catadores e caminhos para uma transformação social efetiva, elementos que comprovam a proposição política desta organização de trabalhadores em reconhecer seus membros como sujeitos potencialmente revolucionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indignação, desconforto e compaixão. Eram estes os sentimentos que me assolavam ao pôr-se ali, bem à frente, outro ser humano revirando, consumindo dejetos despejados nas ruas. E havia ainda uma concentração deles logo adiante, engolidos pelo lixão do Jangurussu. Algo de muito absurdo, uma relação de extrema obscenidade se explicitava no cotidiano povoado de uma cidade revestida de consentimentos. Ser humano, lixo, fome, fins do século XX. Como permitimos tamanha violência, a olho nu? Grito contido.

Ao longo da década de 1990, a catação ainda estava fortemente relacionada à mendicância, tendo o consumo direto como fim. A relação perniciososa entre o rejeito social e o rejeito material se apresentava sem maquiagens. Do lixo eram retirados desde alimento aos brinquedos para o autoconsumo. A indústria de reciclagem já havia se estabelecido no país no início do século, mas não a ponto de absorver toda aquela força de trabalho descartada como efeito de mais um ajuste estrutural da engrenagem do capital. Uma população que transbordava, fazendo aparecer aos olhares mais indolentes, as abjeções concebidas pelo sistema produtor de mercadorias.

Da inquietude que beirava o insuportável, culmina o impulso por transformar. Seguidas duas décadas, surge a oportunidade de trabalhar junto a esta mesma população, o que me desafia os limites da práxis. Agora, a situação havia se reconfigurado. Não se tratava mais de “lixeiros”, o que ficou claro na primeira reunião de trabalho que tivemos, quando uma catadora imponente, enérgica, exige: “Nós não somos catadores de lixo, catamos o material reciclável”. E continuava: “Não queremos esmolas, cestas básicas, piedade, queremos trabalho, que o governo nos reconheça enquanto categoria!”.

A partir dali, uma intensa caminhada em meio a seres humanos que viviam do e no lixo se inicia. No entanto, outros sentimentos passaram a me habitar. A realidade (pelo menos a fenomênica) havia mudado. Os “catadores de materiais recicláveis” até consumiam um objeto ou alimento que achasse interessante do lixo que reviravam, mas agora aquele era o “fruto” de seu trabalho. O produto da cata tinha a finalidade primeira de comercialização e, portanto, de geração de renda. A indústria de reciclagem se expandiu no país e no mundo, bem como a produção de elementos descartáveis (sociais e materiais). Catar agora era uma ocupação formalmente reconhecida pelo Estado e o trabalho do catador, exaltado socialmente como uma primorosa atividade de relevância ambiental e econômica. O mais surpreendente, contudo, foi constatar que estes sujeitos que viviam em condições de extrema precariedade, a quem eram negados o acesso básico à educação, saúde, segurança alimentar, moradia, lazer,

estavam organizados em torno de um movimento político forte, nacional, inserido nas instâncias do governo federal; articulado internacionalmente a outros movimentos de catadores de materiais recicláveis.

Como trabalhadores da catação assessorados pelo projeto social ao qual estava vinculada, todos deveriam estar organizados em núcleos produtivos autogestionários. Compor uma Base Orgânica também era critério para se tornar um catador associado ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Embora somassem ainda um número pequeno quando relacionados à quantidade de catadores avulsos trabalhando independentemente em ruas e lixões, aquelas centenas de catadores estavam organizadas para o trabalho associativo, com todas as dificuldades operacionais e estruturais que lhes eram inerentes. Tratava-se de uma proposta de trabalho que pretendia-se revolucionária, porque ousava estabelecer formas contra-hegemônicas de produção e de sociabilidade e porque figurava como uma práxis pedagógica, estendendo os princípios ali efetivados para as outras instâncias de atuação, inclusive em suas comunidades. Nos atos públicos, mobilizações e encontros nacionais organizados pelos catadores, tais diretrizes eram explícitas.

No entanto, mesmo identificadas todas as reconfigurações da realidade de trabalho e níveis de consciência desses sujeitos - reconfigurações que se deram como resultado de muita luta organizada -, vale ressaltar que aquele 'algo' de absurdo e de obscuro ainda se explicitava, como uma chaga social aberta. O lixão do Jangurussu fora desativado no final da década de 1990, mas nos municípios vizinhos à cidade, vários lixões continuavam operando, assim como em todo o estado, e no país. Ser humano, lixo, força de trabalho explorada, doenças, condições precárias de vida, desamparo do Estado, início do século XXI. Continuávamos permitindo tamanha violência. Sentimentos de indignação, resistência e respeito. Grito atônito.

Agora o sujeito que revirava o lixo, mas que estava vinculado ao Movimento Nacional de Catadores, se reconhecia como agente ambiental, era convidado a dar palestras sobre reciclagem em escolas e universidades, promovia e participava de oficinas de capacitação para o trabalho e militância política, viajava para outros estados ou até países representando seus coletivos em eventos realizados por catadores, levantava suas vozes nas assembleias de Base, mas também nas Assembleias Legislativas, Ministérios Públicos e nas ruas, portando suas bandeiras de luta. Faziam piquetes, com apoio de lideranças nacionais, na entrada de lixões para impedir o fechamento de seu local de trabalho sem o devido cumprimento da lei; se reconheciam como classe oprimida, falavam no combate à exploração capitalista e no desejo por uma nova sociedade, emancipada. Em meio a tal realidade que

ebulia, ativa, duas reivindicações centrais norteavam as ações cotidianas destes trabalhadores organizados: o devido reconhecimento de sua profissão (não somente um reconhecimento formal, mas efetivo, com a remuneração que se entendesse devida pelo serviço prestado) e o controle da cadeia produtiva de reciclagem do país.

Enquanto educadora popular, consciente da classe a que estava a serviço e da qual sou parte, já não me continha em questionamentos cuja necessidade de respostas se tornou fulcral para o aperfeiçoamento do meu trabalho com estes catadores; e mais, para a continuidade das ações que desenvolvíamos.

Ora, mas afinal, como um segmento de trabalhadores informais, situado na esfera mais degradante da estrutura social do capital conseguia se organizar politicamente num movimento tão forte quanto o MNCR? Do que se constituía a formação política destes sujeitos com baixa escolaridade e alto índice de analfabetismo, que tinham o lixo como objeto de trabalho, e que ainda assim se apresentavam, em sua práxis, como sujeitos potencialmente revolucionários, portando “um vulcão amarrado pelo umbigo”? Por fim, quem, de fato, eram estes trabalhadores e que lugar tinham na história humana?

O ativismo no qual estava envolvida me situava na esfera superficial, típica da realidade cotidiana. Era preciso mergulhar no que estava por detrás do aparente que, de tão urgente, parecia caótico. Era preciso desconstituir algumas falácias forjadas tão astuciosamente no seio dos interesses das classes dominantes que, por pouco, virariam verdades. Foi assim, da necessidade de desvelar a pseudoconcreticidade complexa que envolve a realidade dos catadores, de sua relação com o mundo do trabalho, bem como tentar compreender sua luta ativa e organizada por uma nova sociedade, livre da opressão imposta pelo sistema sociometabólico do capital, e do entusiasmo em acompanhar o MNCR reafirmando-se como parte do movimento social brasileiro, do conjunto das lutas da classe trabalhadora, que esta pesquisa se originou. E, em seu curso, muitas das questões que investigamos puderam ser elucidadas.

Iniciamos a pesquisa com o estudo da práxis, considerando-a em sua importância ontológica na formação humana, reconhecendo o papel que estabelece com as complexas dimensões inerentes ao processo formativo do ser natural em ser social foi fundamental para compreendermos adiante, neste trabalho, as mediações formativas do segmento social que pesquisamos.

Desconstituir, com uma investigação mais amiúde, concepções do senso comum, que identificam a práxis seja como uma prática diferenciada, "reflexiva", baseada em teorias críticas, seja como uma categoria híbrida que nasce da ação na qual se alia teoria à prática, ou

ainda, as concepções que atribuem a esta o mesmo sentido do 'trabalho', nos possibilitou reconhecer os sentidos filosóficos e ontológicos desta categoria que se configura como central no processo de formação humana. Identificamos, pois a necessidade de aprimoramento nos debates sobre a práxis, trazendo à tona sua essência ontológica.

O estudo das concepções de 'práxis' na história nos possibilitou compreender que o trato dicotômico entre teoria e prática, subsumindo uma categoria a outra, manipulando-as a serviço da manutenção da ordem vigente, se sobressai como precioso instrumento de poder social, desenvolvendo-se, a partir daí, mecanismos de exploração da força de trabalho e de dominação de classes. Mostrou-nos o quanto é imprescindível reconhecer nosso papel enquanto sujeitos históricos, que tenhamos consciência de que a realidade é produzida por nós na mesma medida em que nós mesmos produzimos a realidade. De que nesta condição podemos mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque somos nós próprios produtores desta última realidade. Uma concepção revolucionária, já que se trata de reconhecer o ser humano como um ser que se faz a si mesmo a partir de suas atividades materiais, ou seja, a partir de sua práxis.

Como categoria de análise, portanto, considerado seu caráter inerente de totalidade, a práxis nos ajudou a realizar a mediação entre a teoria proposta no programa pedagógico do MNCR e a prática cotidiana dos catadores. Afinal, trata-se de uma classe de trabalhadores que cotidianamente se educa durante o desenrolar de suas atividades coletivas, seja na dimensão do trabalho autogestionário, da militância política em atos e manifestações públicas, nas sucessivas reuniões internas ou com representações sociais diversas, etc., enfim, em suas múltiplas práxis.

As precárias condições materiais de existência às quais os catadores de materiais recicláveis se submetem cotidianamente, lhes impõe a urgente (embora aparente) restrição de preocupar-se com o imediato. Diante da necessidade de despender a maior parcela do tempo com extensas jornadas de trabalho alienado, até o limite do esgotamento de sua capacidade física, estes trabalhadores parecem não dispor de espaço-tempo para o desenvolvimento das demais potencialidades humanas. Uma parcela significativa de tempo útil de vida lhes é usurpado e com ela possibilidades concretas de acesso aos diferentes níveis de autoformação obtidos a partir das complexas mediações estabelecidas com as diversas práxis. A referida postura, bastante habitual, finda por afastá-los da acepção concreta das coisas, dificultando o processo de efetivação de ações transformadoras rumo à emancipação social e contribuindo, ao contrário, para consolidar uma relação de poder na qual o conhecimento (ou a limitação dele) se torna elemento estratégico. Sem a devida apropriação crítica da realidade em sua

essência pelas classes oprimidas, somadas às práxis revolucionárias, a manutenção do poder hegemônico permanece inalterada em sua estrutura.

Vimos, com Kosik, que somente desvelando e destruindo a pseuconcreticidade (realidade fenomênica, que esconde o mundo real e que se dá na esfera da representatividade, e não numa esfera sólida), é possível chegar à concreticidade (a essência das coisas), pelo pensamento dialético, que não considera a realidade imediata, mas a decompõe em sua totalidade.

O estudo que aqui fizemos sobre pseudoconcreticidade foi fundamental na análise de alguns fenômenos que envolvem a realidade do catador no Brasil, seja na esfera dos discursos ambientais, quando a ele é atribuído o papel de "educador" ou "agente ambiental", seja na esfera dos discursos econômicos, quando a atividade da cata é considerada uma alternativa de geração de trabalho e renda viável e “digna” para uma população “excluída”; seja no discurso político, quando muitas vezes o catador é considerado um “protagonista” da luta contra a hegemonia capitalista porque se organiza de forma autogestionária para o trabalho. Nesta esteira, pretendendo encontrar a essência da realidade pela análise dialética dos fatos, questionamos também o caráter de autonomia do trabalho informal e das múltiplas formas de precarização que esta relação de trabalho apresenta. Procuramos mostrar que não é necessariamente por não se estabelecer uma relação de assalariamento do trabalho (seja esta associativa ou independente) que o trabalhador se exime de ter sua força de trabalho subordinada ao capital ou que passa a se situar à margem do processo de acumulação capitalista.

A práxis político educativa se configura, pois, como um poderoso instrumento de luta e resistência popular; um elemento imprescindível para que se efetivem ações radicalmente transformadoras na ordem hegemônica estabelecida. As ações formativas do MNCR mostram que o conhecimento teórico crítico não é inacessível ao senso comum, ao contrário, para se assimilar e materializar tais conhecimentos é preciso um alto nível de consciência crítica. Analisando as práticas pedagógicas do MNCR, notamos que o conteúdo teórico proposto pelo movimento no curso dos processos formativos estabelecem nexos com a realidade concreta dos catadores, para os quais a ação formativa é finalidade.

O programa de formação política do MNCR– Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis assume este propósito. Faz chegar a cada associação produtiva de trabalhadores da catação o conteúdo teórico que foi elaborado com a pretensão de nortear as práxis política, produtiva, cotidiana, enfim, as múltiplas práxis desses sujeitos.

Mediante o exposto até aqui, damos voz à pergunta central que motivou esta pesquisa: se pelo princípio educativo do trabalho, a formação de sujeitos que trabalham com o lixo não poderia ser outra senão degradante, o que forma sujeitos como os catadores em potencialmente revolucionários? Pudemos compreender que é própria formação pela própria práxis. Uma práxis de militância política, de resistência cotidiana aos ataques violentos e discriminatórios do poder público, quando lhes são negados direitos básicos (desde a emissão de documentos de identificação até creche pra suas crianças) e de forma recorrente lhes impede o trabalho nas ruas ou nos lixões alegando proteção à saúde, mas sem assegurar-lhes outra fonte de renda; dos pequenos empresários (atravessadores), quando estabelecem uma relação de trabalho com características de dependência semelhante ao trabalho escravo, com jornadas extenuantes de trabalho e uma remuneração ínfima. De resistência aos ataques violentos da sociedade civil que, embora se esconda sob o discurso cômodo, oportuno dos benefícios ambientais que o trabalho da catação resulta, ainda trata esse segmento da população com a mesma discriminação histórica observada há alguns séculos.

É no percurso da necessidade de resistência contínua que se forma o catador militante, que, apesar das diversas dificuldades materiais, procura se organizar para o trabalho coletivo, autogestionário e em sua práxis produtiva, aprende outras formas de sociabilidade. Nos processos formativos que realizam, fazem críticas estruturais ao sistema sociometabólico do capital, pelo qual são explorados, espoliados, e para além da crítica, pensam formas coletivas de suplantá-lo.

Conclui-se esta pesquisa com a certeza de que ainda há muito a ser discutido, investigado. A aproximação com a realidade desses trabalhadores socialmente vulneráveis, mas politicamente resistentes, aguerridos, porque precisam dispor na práxis cotidiana de um estado constante de luta pela própria vida, nos mostra que a organização para um trabalho autogestionário, calcado nos princípios da ação direta, independência de classe e democracia direta pode culminar numa organização política forte o suficiente para se somar às demais lutas das classes trabalhadoras que tem o fito de suplantar o sistema sociometabólico do capital. A história de lutas e conquistas do MNCR, com todos os desafios impostos, nos provoca a investigar mais atentamente essa realidade.

Por fim, é mister reiterar que esta pesquisa está a serviço do conhecimento acadêmico tanto quanto a serviço da classe trabalhadora, em especial à organização desses sujeitos para quem os sentidos de viver e resistir se confundem.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Bertrand S. **Novos protagonistas no espaço urbano: origem, estrutura e emergência da organização dos catadores no Brasil.** In: XII encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém, 2007.
- ANCAT – Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. **Expocatadores.** Disponível em <http://ancat.org.br/portfolio-item/expocatadores/>. Acesso em 10/09/2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação).** *Caderno Crh*, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez 2002.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo** in Obras escolhidas III. Ed. Brasiliense, 1989, p.16.
- BORTOLI, M. B. **Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações.** *R. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, jul./dez. 2013.
- BOSI, Antonio de P. **A organização capitalista do trabalho “informal”:** o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, 2008.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Agenda 21.** 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil.** 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situa_caosocial_mat_reciclavavel_brasil.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CAMPANI, D. B. *et al.* **Programa Nacional Lixo & Cidadania.** In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE RESÍDUOS, 2005, México. D.F; AIDIS / DIRSA, 2005, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico2005/campani2.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. **“Ecologia” e condições físicas de reprodução social:** alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, n. 16, São Paulo: Boitempo, 2003.

COELHO, A. P. F. *et al.* **Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde.** *Rev Gaúcha de Enfermagem*, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-47.2016.03.57321>>. Acesso em: 20 de Agosto 2017.

EIGENHEER, Emílio M. **A história do lixo: a limpeza urbana através dos tempos.** Rio de Janeiro: ELS2 Comunicação, 2009. Disponível em: <<http://www.lixoeeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>>. Acesso: 25 mar. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FREITAS, César A.L.L. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado.** 2010. Tese de Doutorado em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

GOMES ,T.; SANTOS, T. **Os invisíveis que eles querem esconder: A luta por direitos básicos, a violência e os reflexos da Copa do Mundo FIFA 2014.** Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=72cad9e1f9ae7987>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

GOHN, Maria G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Reciclagem de resíduos sólidos: a propaganda é bonita, mas o processo explora os catadores.** 2014. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/artigos/reciclagem-de-residuos-solidos-a-propaganda-e-bonita-mas-o-processo-explora-os-catadores>>. Acesso em: 01 set. 2017.

JUNCA, Denise C. M. **Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo.** 2004. Tese de Doutorado em Saúde Pública - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2004.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, K. **A dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAYCHETE, G. **Processos de Trabalho, Territórios e Sustentabilidade dos Empreendimentos Associativos Populares.** *In: Caderno de Formação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.* Salvador, 2010.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica: As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LAJOLO, L. **Antonio Gramsci: uma vida.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LÖWY, M. **A centelha se acende na ação:** a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Revista Educação e Filosofia Uberlândia*, v. 28, n. 55, p. 27-38. Uberlândia: EDUFU, 2014.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1. (Coleção Os Economistas).

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. 14. ed. São Paulo: Bertrand Brasil S.A., 1994. v. 2.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 3. (Coleção Os Economistas).

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. Tradução de Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

_____. **Miséria da filosofia:** resposta a filosofia da miséria do senhor Proudon 1847). São Paulo: Centauro Editora, 2003.

_____. **Salário, Preço e lucro.** 4. ed., São Paulo: Global editora, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo. 2002.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **A carta de Brasília 2001.** Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Caderno de Formação Nacional do MNCR.** Módulos I e II. São Paulo: Equipe pedagógica e de formação MNCR, 2005.

_____. **Cartilha de Formação.** São Paulo: Setor de comunicação MNCR, 2005a.

_____. **Cartilha de Formação.** Nível 1. São Paulo:Equipe pedagógica e de formação MNCR, 2009.

_____. **Manual Amigo do Catador.** Programa de formação do Movimento Nacional dos Catadores– Módulos I e II. São Paulo: Equipe pedagógica e de formação MNCR, 2009a.

_____. **Catador fala para catador.** São Paulo: wwf/fbb, 2012.

MOURA, Barata J. **Prática:** Para uma aclaração do seu sentido como categoria filosófica. Caderno I. Lisboa: Ed. Colibri, 1994.

NASCIMENTO, ML *et al.* **De catador de lixo a agente ambiental:** educação ambiental na qualidade de vida. *Rev. Mundo da Saúde*, São Paulo, p. 581-587, out./dez. 2006.

ONCA. **Exploração animal – tração animal.** Disponível em: <<http://www.onca.net.br/exploracao-animal/exploracao-animal-tracao/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

OLIVEIRA, Edneia. **Superpopulação relativa e “nova questão social”:** um convite às categorias marxianas. *Rev. Katál.*, Florianópolis. v. 13, n. 2, p. 276-283, jul./dez. 2010.

SANTOS, J. ; MEIRELES G.; MACIEL, R. **Refugos sólidos e refugos humanos:** catar lixo como prática de reinserção social de ex-presidiários. *Caderno CRH*, Cidade, v. 26, n. 68, p. 377-390, 2013.

SEMERARO, G. **Filosofia da práxis e as práticas político-pedagógicas populares.** *Revista Educação e Filosofia.* v. 28, n. 55, p. 131-148. Uberlândia: EDUFU, 2014

SENADO FEDERAL. **Aumento da produção de lixo tem custo ambiental.** Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/residuos-solidos/mundo-rumo-a-4-bilhoes-de-toneladas-por-ano>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SEWELL, G.H. **Administração e controle da qualidade ambiental.** São Paulo: USP, 1978.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 1. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA Jr. J. de. **Princípio educativo e emancipação social:** validade do trabalho e pertinência da práxis. In: MENEZES NETO et al. (Orgs.). **Socialismo e educação.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Fino Traço, 2013.

_____. **Marx e a crítica da educação:** da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2010.

_____. **Trabalho e práxis** - fundamentos ontológicos da formação humana. 2017. (No prelo)

SOUZA, Andrea D. **Tigres:** tristes operários do labor imundo. 2007. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SOUZA, D. C. C. **A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal.** *Cadernos cemarx*, n.2, 2005.

TEIXEIRA, M.A; PEREIRA, M.C. **A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional.** *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 895–913, set. 2011

VÁZQUEZ, Sánchez A. **Filosofia da práxis.** Tradução de Maria Encarnación Moya. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VELLOSO, Marta P. **Os restos na história:** percepções sobre resíduos. *Revista Ciências e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n.13, 2008.

WELMOWICKI, J. **Cidadania ou Classe?** O Movimento Operário da Década de 80. São Paulo: Ed.Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 – CARTA DE BRASÍLIA

1º Congresso Nacional do MNCR em 2001

Os participantes do 1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

- 1.1 Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
- 1.2 Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- 1.3 Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4 Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- 1.5 Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- 1.6 Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

- 2 - Em relação à cadeia produtiva:
 - 2.1 Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.
- 3 - Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua
 - 3.1 Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.
 - 3.2 Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o *direito à cidade*.
 - 3.3 Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.
 - 3.4 Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.
 - 3.5 Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.
 - 3.6 Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.
 - 3.7 Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

ANEXO 2 – CARTA DE CAXIAS DO SUL

1º Congresso Latino Americano - RS em 2003



Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso.

Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora.

É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuímos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida.

Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós?

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos,

uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.

Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latinoamericano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;
2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latinoamericano deste setor.
3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas;
4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;
5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;
6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o

funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;

7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;

8. lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;

9. garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;

10. lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;

11. lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;

12. dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;

13. lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;

14. lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;

15. exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;

16. lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;

17. lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;

18. mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, reforçando a luta pela paz.

Caxias do Sul, 20 a 23 de janeiro de 2003.

ANEXO 3 – CARTA DE BOGOTÁ



III Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis

Em Bogotá – DC entre os dias 1 e 4 de Março de 2008, os delegados de 15 países latino-americanos representando Argentina, Chile, Peru, Brasil, Bolívia, México, Porto Rico, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, Haiti e Colômbia, como exercício de pronunciamento das organizações de base dos recicladores, pepenadores, cartoneros, cirujas, clasificadores, buceadores, guajeros, minadores, catadores, thawis, barequeros e um infinito número de denominações de acordo com o local onde trabalham. No marco do III Congresso Latino Americano de Catadores para a opinião pública, os governos, as comunidades, a sociedade em geral, as agencias de cooperação e suas próprias organizações orgânicas:

PROCLAMAM

- Mobilizar mundialmente o reconhecimento da profissão dos catadores e de suas organizações, por meio de espaços de discussão. Por meio do desenvolvimento de estratégias de presença ativa nestes cenários.
- Gerar ações e estratégias para qualificação e certificação que reconheça a Rede Latino Americana de Organizações Recicladoras/Catadores (RLOR), para classificar o trabalho e a profissão do catador e de suas organizações em sua atividade.
- Conseguir compromissos de socialização do conhecimento aos catadores e suas organizações nacionais, suas estruturas locais, e as bases orgânicas dos diferentes movimentos.
- Tender para o avanço dos catadores e sua organização na cadeia de valor, de forma que facilite o acesso e o usufruto da renda que gera a atividade.
- Gerar mobilização mundial de cada país articuladamente buscando a proclamação do dia Mundial dos Catadores e de sua profissão orientado ao reconhecimento da atividade e das pessoas que a exercem.
- Os participantes do Congresso exigem dos poderes públicos e governos que na contratação de serviços de limpeza, priorizem as organizações de catadores dando as condições para sua efetiva inclusão, mediante o desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais que concretizem ações afirmativas.
- Revisar as leis e as políticas para que de agora em diante em suas formulações vinculem efetivamente as organizações, como autores das decisões, para que tenham condições iguais.

- As organizações participantes comprometemo-nos em nível mundial a realizar a formação, capacitação e conhecimento para a profissionalização da atividade.
- O compromisso mundial se estenderá a promover o contato com o maior número possível de catadores e suas organizações.
- Avançar nos comitês mundiais, regionais e locais a luta para controlar a cadeia de valor produtiva de reciclagem e suas rendas através de redes e centros de produção.
- Fica mantido o compromisso de trabalhar para concretizar os objetivos proclamados no segundo Congresso e seguir o cumprimento dos acordos.

ANEXO 4 – DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR



ARTIGO 1º - O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela 'auto-gestão e organização'¹ dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a 'participação' de todos os(as) catadores(AS) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com o Base Orgânica, com um critério de democracia direta² em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

¹ "Auto-gestão" é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas equipamentos de produção. Auto-gestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

² "Democracia direta" é forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das idéias e o debate.

ARTIGO 2º – O MNCR tem na 'ação direta popular'³ bem como em outras formas organização um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores ;

³ "Ação direta" é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto organizado, ou seja é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando para que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso; A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento, e do movimento para a sociedade;

ARTIGO 3 ° – O MNCR busca garantir a 'independência de classe'⁴ em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem.

⁴ “A independência de Classe” é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos; Não significa ignorar as diferenças, sabemos que elas existem e são saldáveis, porém estas, não podem ficar acima do movimento a ponto de dividido. O acordo com este princípio é o que pode contribuir para que não sofreremos manipulações futuras;

ARTIGO 4 ° – No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o 'apoio mútuo'⁵ entre os companheiros(as) catadores(as) , e praticando no dia a dia das lutas a 'Solidariedade de Classe'⁶ com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando “o direito à cidade”, local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de “todas as famílias”, com creches e escolas para as crianças.

⁵ O “Apoio Mútuo” ou Ajuda Mútua é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrário aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância;

⁶ A “Solidariedade de Classe” é o princípio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, Opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz parte das classes Oprimidas, como um setor dentro delas, porém existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como: os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e quilombolas, os trabalhadores assalariados, etc.... É importante compreendermos isso pois em nossa luta sozinhos, não venceremos, a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a “solidariedade com todos os setores das classes Oprimidas”.

*O catador organizado, jamais será pisado!
Pela construção do Poder Popular!
Viva o MNCR !!!*

III – BASES DE ACORDO DO MNCR

1-COM RELAÇÃO À CATEGORIA:

- 1.1- Assumir o trabalho e o nome da categoria de Catador de Materiais Recicláveis como profissão.
- 1.2- Ter conhecimento da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), que reconhece e descreve a atuação do Catador de Materiais Recicláveis no mercado de trabalho.
- 1.3- Ser um profissional Catador(a) da Material Reciclável organizado em uma Cooperativa, Associação, Entrepasto ou Grupo que seja auto gestor e orientado pelos princípios do MNCR.

2-COM RELAÇÃO AOS COMPANHEIROS(AS) DE TRABALHO ORGANIZADOS ENQUANTO BASES ORGÂNICAS DO MNCR:

- 2.1- Ser solidário a todos os catadores (as) em sua organização e crescimento.
- 2.2- Participar de atos e ações que promovam a inclusão social de catadores(as) que vivem do trabalho nas ruas e lixões
- 2.3- Respeitar e manter um relacionamento de companheirismo e solidariedade, sem discriminação, com aqueles catadores(as) que ainda não estão organizados e com os catadores moradores de rua
- 2.4- Respeitar os Pontos de Coleta dos Catadores (as) organizados e não organizados.

3-COM RELAÇÃO AS COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES E BASES EM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO:

As Cooperativas, Associações e Grupos considerados Bases Orgânicas do MNCR devem:

- 3.1- Ser compostas e dirigidas exclusivamente por Catadores(as) de Materiais Recicláveis.
- 3.2- Basear a organização de sua atividade produtiva nos princípios do MNCR
- 3.3- Desenvolver práticas solidárias, incentivando a troca de experiências relacionadas a formas de produção, comercialização, tecnologia, modelos de administração e gestão.
- 3.4- Manter em suas sedes sociais a simbologia do Movimento Nacional dos Catadores(a) através de bandeiras, uniformes, grafite etc..
- 3.5- Manter um espaço de formação e informação para todos os Catadores(a) participantes das Bases Orgânicas para apresentar e discutir os princípios, objetivos e ações do Movimento Nacional dos Catadores no nível municipal, regional, estadual e nacional.

- 3.6- Ocupar-se com a capacitação contínua dos componentes das Bases Orgânicas, criando programas internos para sua formação política, administrativa e operacional.
- 3.7- Priorizar ingresso nas Bases Orgânicas para os catadores de lixões ou de rua em situação de exploração mediante cumprimento dos critérios de ingresso acordados com o MNCR.
- 3.8- Promover o protagonismo dos catadores de materiais recicláveis por via da ação direta na luta para conquistar direitos relativos a saúde, habitação, lazer, educação, segurança e desenvolvimento social
- 3.9- Para ingresso e permanência no MNCR os grupos interessados deverão cumprir os seguintes critérios:
 - 3.9.1-Estar de acordo com todos os itens descritos neste documento;
 - 3.9.2 -Ser avaliado pelo Comitê Regional conforme critérios do MNCR;
 - 3.9.3 -Ser aprovado pela Coordenação Estadual;
 - 3.9.4-Dar seqüência prática e submeter todas as ações da Base Orgânica aos critérios fundamentados neste documento.
 - 3.9.5-Promover ato público de lançamento da base orgânica do MNCR bem como assinar o termo de adesão e enviar cópia a secretaria estadual;

4- COM RELAÇÃO AO TRABALHO.

- 4.1 Manusear de maneira adequada e segura os materiais recicláveis nas ruas e galpões, garantindo a organização e limpeza do espaço de trabalho.
- 4.2- Estar consciente do valor e da utilidade pública dos serviços prestados pelo desempenho da sua atividade profissional, que proporciona benefícios econômicos e ambientais para toda a sociedade.
- 4.3- Zelar pela saúde e preservação ambiental evitando a prática e impedindo atos que possam comprometer ou prejudicar a vida em sociedade.
- 4.4- Não praticar qualquer ato que, direta ou indiretamente, possa prejudicar os legítimos interesses dos catadores de materiais recicláveis e classes de oprimidos em geral
- 4.5- Proceder de maneira idônea no exercício de sua atividade profissional, prevenindo acidentes, evitando situações ou exposições a riscos à saúde pessoal, familiar ou pública.
- 4.6- Comercializar os materiais recicláveis com compradores que dão um destino ambientalmente adequado aos materiais e que não se utilizem de mão de obra infantil e trabalho escravo
- 4.7- Respeitar os acordos entre os catadores das Bases Orgânicas do MNCR e grupos sobre a distribuição de pontos e áreas de coleta, levando em conta a necessidade de sobrevivência de todos e a localidade histórica e prioritária dos catadores nas regiões das cidades.

5- COM RELAÇÕES AS PARCERIAS.

5.1- Estabelecer parcerias que contribuam com a comunidade, com as Bases Orgânicas e que sejam ambientalmente responsáveis.

5.2- Estabelecer parcerias em que os parceiros se comprometam com os catadores(a) de Materiais Recicláveis através de um termo de cooperação mútua.

5.3- Ter os seguintes critérios para o estabelecimento de parcerias com universidades ou centros de pesquisa:

- 1)Atendimento aos critérios e demandas do MNCR;
- 2)Registro das informações(Bibliografia)
- 3)Retorno dos Projetos desenvolvidos às Bases Orgânicas;
- 4)Garantia do repasse de resultados às Bases Orgânicas.

5.4- Divulgar solidariamente para as Bases Orgânicas informações sobre parcerias, projetos de financiamento e novas tecnologias .

5.5-Buscar informações sobre a idoneidade e (ética) dos que propõem parcerias, sua trajetória e se estão de acordo com os conceitos e princípios do MNCR.

5.6- Garantir que entidades parceiras não venham desenvolver interferência interna nos assuntos da base orgânica, preservando a independência e auto-gestão verdadeira da organização.

5.7- não permitir o uso da imagem das bases do MNCR, bem como dos catadores individualmente para fins de propaganda das entidades, entendendo que os verdadeiro parceiros são aqueles que querem realmente apoiar sem aparecer ou usar a imagem do povo.

6- COM RELAÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E ATOS PÚBLICOS.

6.1- Comprometer-se com a luta para o desenvolvimento e reconhecimento da categoria, participando e contribuindo nas discussões e ações do MNCR no município, estado e país

6.2- Participar das discussões para a construção de Políticas Públicas nos âmbitos Municipal, Estadual e Nacional tendo como referência a postura do Movimento Nacional de Catadores(as) expressa na Carta de Brasília, Carta de Caxias e a Declaração dos Princípios, Objetivos e Bases de Acordo do MNCR..

6.3-Criar meios para estabelecer intercâmbios e trocas de informações sobre Políticas Públicas as Bases Orgânicas promovendo uma rede de discussão e articulação entre elas.

6.4- Garantir que todo Ato Público que tenha a participação do MNCR com sua simbologia seja aprovado pela Coordenação Estadual e que as informações sejam encaminhadas à Secretaria Nacional Itinerante., a fim de legitimar a ação

6.5- As articulações de Políticas Públicas e manifestações não deverão ter ligação religiosa ou partidária garantindo a independência da classe

6.6-Garantir a unidade de ação direta das Bases Orgânicas em todas as mobilizações do MNCR

**7 – CASOS NÃO PREVISTOS E DESCUMPRIMENTO DE ACORDOS
CRITERIOS E PRINCÍPIOS;**

7.1- Os Casos não previstos nesta base de acordo deveram ser resolvidos pela coordenação estadual do MNCR e remetidos para avaliação da comissão nacional ou equipe de articulação;

7.2- O descumprimento dos acordos estabelecidos, critérios ou ações por parte de indivíduos de bases orgânicas que afetem os princípios e objetivos do MNCR, poderão significar a suspensão temporária dos envolvidos, e a instalação de ética e/ou garantias políticas na qual deveram participar os envolvidos, a coordenação estadual e a equipe de articulação nacional.

8 – TERMO DE ADESÃO DAS BASES ORGANICAS AO MNCR

(Modelo – deve der copiado em folha própria, preenchido e assinado por todos)

Através deste nós organizados como membros da

(cooperativa, associação, entreposto, ou grupo)

Vimos firmar nosso compromisso como base orgânica do MNCR, expressando nosso acordo com os seus princípios e objetivos, bem como os critérios expressos nas bases de acordo, ao qual comprometemo-nos a dar consequência prática;

Subscrevemo-nos:

Assinam membros da coordenação e da Base

_____, _____ de _____ de 200 ____.

ANEXO 5 – AS VOZES DOS CATADORES (MATERIAL PEDAGÓGICO)

MATERIAL 1 – VÍDEO FORMATIVO ‘DE CATADOR PRA CATADOR’

TRANSCRIÇÃO DE RELATOS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, RETIRADOS DO VÍDEO “DE CATADOR PARA CATADOR”⁸⁰, COMPONENTE DO KIT DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR).

Tema abordado: O que é o movimento de catadores.

“É uma luta de classes, onde o movimento de todos nós, todos os catadores, resolveram organizar um movimento” (2’07).

“Eu vejo o movimento como uma oportunidade de a pessoa crescer, ter uma vida digna, ter o reconhecimento como trabalhador” (2’45).

“A luta do movimento é uma luta bonita, pela igualdade, pela justiça, pelo reconhecimento do catador, que fortalece muito a categoria” (3’00).

“E o movimento é esse, o movimento é a luta dos catadores de todo o Brasil em busca, em reivindicação por uma vida de qualidade de vida, moradia, enfim, de tudo o que é necessário, de modo específico, nas ruas, trabalhando” (3’19).

“Reivindicamos a diversidade do povo brasileiro, dos povos brasileiros, e a dimensão continental desse país. Igualmente nos entendemos latino-americanos, somos parte de um continente pleno de feridas, de sangue, e ainda com esperanças. Os brasileiros/as são parte da América Latina, com todas as suas características e contradições. Neste pedaço do mundo, vivemos e lutamos, ao contrário do que a elite tenta nos fazer acreditar. Não somos um povo de falsos malandros, vagabundos e covardes. Desde as primeiras flechas e lanças lançados contra os invasores, até a última foice e facão dos sem terras, dos pequenos piquetes com os carrinhos e carroças, viemos lutando por nosso destino” (7’06).

“Mas a gente tem uma utopia, tem uma conquista, a gente ainda vê em vários lixões crianças, ainda pessoas trabalhando num trabalho escravo, então, a militância é essa. A luta pra mim é isso” (9’57).

“É esse que eu vejo o movimento. Não é uma coisa onde escraviza a pessoa e nem se aproveita da pessoa, muito pelo contrário, é um lugar onde você tem a oportunidade de crescer junto com o movimento e crescer tbm individualmente, porque você aprende muita

⁸⁰ **DE CATADOR pra Catador.** Roteiro: Davi Amorim. Locução: Claudia da Silva. 40 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OhRQI248cJg>>. Acesso em: 19 out.2017.

coisa” 12’05.

Tema abordado: Autogestão

“Autogestão é o processo nosso, dominado por nós, coordenado por nós, administrado por nós” (13’03).

“Ter nossas próprias vontades, nossas próprias opiniões, a gente debater entre nós, nós mesmos catadores” (13’08).

Tema abordado: Apoio mútuo

“O apoio mútuo é ser solidária com os outros companheiros. As organizações que estão mais avançadas tem que apoiar aquelas que são menores. Não se acomodar em sua base, vendo outros companheiros passando por dificuldades, sofrendo em aterros sendo mutilados e a gente ficar sentado” (15’18).

Tema: Ação direta e independência de classe.

“O que a gente vê em vários movimentos sociais hoje é que se acabaram, as lutas se acabaram por causa de que? Porque tem partido político dentro dos movimentos sociais que faz parar a ação direta, os companheiros compreender o que é conquistas, correr atrás de direitos” (16’27).

“Nós temos que fazer parcerias com empresas, com poder publico, mas que não se deixe levar porque uma empresa tá sendo parceira da gente que ela vai manipular nós catadores individualmente ou coletivamente. Que os catadores tenham conhecimento que nossa independência é muito importante ao longo da nossa caminhada, porque nós não queremos ter rabo preso com ninguém. Nem com empresário, nem com poder publico nem político nenhum” (16’44).

“Ação direta é ir pras ruas. Reivindicar com as prefeituras, reivindicar com o Governo Federal, reivindicar com as autarquias publicas, mas reivindicar com propriedade, companheiros. Precisamos se formar, precisamos ler, saber o que queremos reivindicar, se é

possível ou não, aonde que é e aonde que não é” (17’27).

“Pra fazer uma marcha, fazer uma caminhada, pra dá o grito pra sociedade do que realmente nós queremos e o que realmente está acontecendo com a administração pública para a sociedade, para o município, para o estado para o país” (17’59).

Tema: Solidariedade de classe.

“Solidariedade de classe é fazer uma rede de movimentos sociais pra gente enfrentar o capitalismo. Quando a gente começa a se juntar a gente acaba tendo o poder, poder de decisão junto ao poder público para mostrar ao poder público que as pessoas são unidas ainda” (18’53).

“Nós, enquanto catadores, não podemos estar sós no processo. Nós, enquanto catadores, não podemos lutar só com a nossa bandeira do movimento. Outras bandeiras de movimentos precisam estar juntas. Então, a solidariedade de classe ela tá muito alinhada aí pra nós a não termos medo de participarmos, de se reunirmos com outros movimentos sociais” (19’19).

Tema: Conquistas: leis, decretos, políticas públicas.

“As conquistas do movimento na verdade, elas se dão sempre através das lutas e tem sempre que continuar através das lutas. Hoje os catadores são reconhecidos em boa parte do Brasil, não são mais (em alguns momentos, sim), mas boa parte já não são mais os coitadinhos, já está sendo feito um novo conceito sobre nosso trabalho” (23’43).

“E outra coisa: você está no movimento, tem um diferencial entre o catador que tá no movimento e o catador de outra coisa, porque nós temos um respeito, uma dignidade com a população que eles... Eles tratam a gente de um outro modo” (25’51).

“Então tem muito sangue, muito suor de nossos companheiros para que acontecessem as realizações, né, porque as conquistas do movimento elas não podem ser construídas em castelos de areia, elas tem que ser construídas em castelo sólido e só vai ser construída em castelo sólido que o vento vai bater e não vai derrubar se cada um dos companheiros que estão assistindo, que estão vendo esse vídeo formativo agora, segurarem a bandeira do movimento e

daqui pra frente dizer: eu faço parte dessa luta que se chama movimento nacional dos catadores” (26’18).

MATERIAL 2 – CARTILHA DE FORMAÇÃO DO MNCR – 2005

MÚSICAS UTILIZADAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DOS CATADORES

Canto de Resistência Popular

A história são os pobres que a fazem
 A vitória esta na mão de quem peleia,
 Nossa gente tão cansada de sofrer
 Vamos juntos descobrir o que fazer,
 Se o governo e os patrões só nos oprimem
 Acumulando riqueza e poder
 Ação direta é a arma que nós temos
 Pra fazer justiça pra viver (2x)
 Povo na rua pra resistir e pra lutar
 Povo que avança para o poder popular (2x)

Passando a Rasteira nos Ôme

Tamo cansado dessa vida de amargura
 Ferro- velho e prefeitura querendo nos dominar
 Levando fardo de cem quilo nas paleta
 E o doutor com as suas canetas com mais leis pra
 nos ferrar
 O catador sabe que tem um movimento
 Que prepara o enfrentamento para o poder
 popular
 Auto-gestão da cadeia produtiva
 Ação direta todo dia pro socialismo alcançar
 Vem catador
 Pro movimento organizado
 Pois unidos ficamos fortes

E não seremos mais explorados
 Vem catador recuperar a dignidade
 Lutando pra construir
 o socialismo com liberdade!
 Sou catador e sempre vivo num sufoco
 Quando chove como pouco
 E no verão só passo mal
 Mas eu me ligo prefeitura e ferro-velho
 Nos querem ver num cemitério
 Ou numa cama de hospital
 Separo tudo que encontro na minha mesa
 Eu reciclo a natureza sem patrão pra nos mandar
 Organizado eu tempero a rebeldia
 E quando eu vejo a burguesia sei que é hora de
 Lutar

Os Meninos em Volta da Fogueira

Os meninos em volta da fogueira
 Não aprender coisas de sonho e de verdade
 Não perceber como se ganha uma bandeira
 E vão saber o que custou a liberdade.
 Palavras são palavras, não são trovas,
 Palavras desse tempo sempre novo
 Lá os meninos aprenderam coisas novas...
 E até já dizem que as estrelas são do povo (bis)

Já que os homens permanecem lá no alto
 Com suas contas engraçadas de somar
 Não se aproximam das favelas nem dos campos
 E têm medo de tudo o que é popular (bis)

Mas os meninos desse continente novo
 Não de saber fazer história e ensinar (bis).